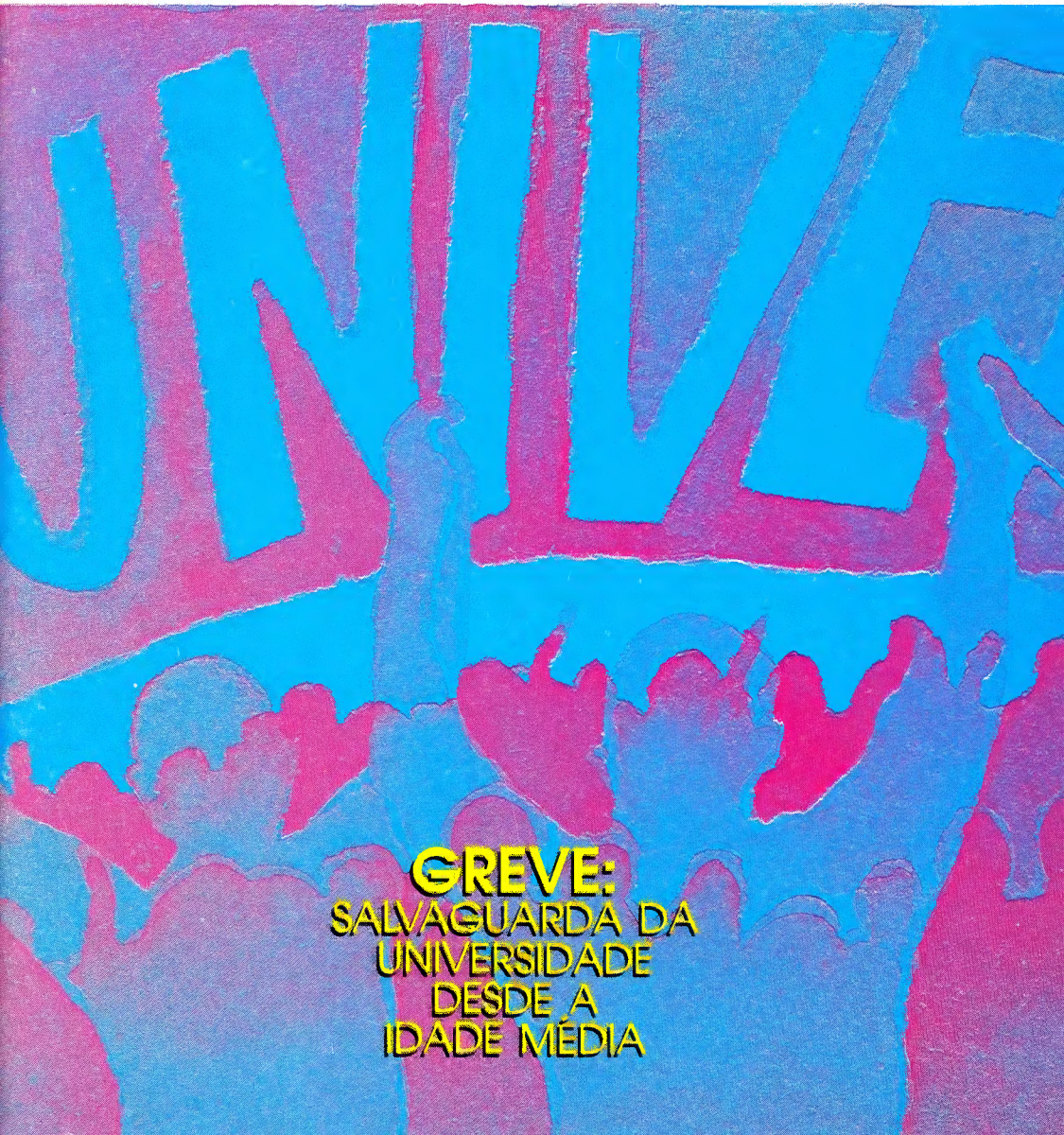


ENTREVISTA:
WARWICK
ESTEVAM
KERR

caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte dez. 91 Nº 4



GREVE:
SALVAGUARDA DA UNIVERSIDADE DESDE A IDADE MÉDIA

caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
Dezembro/1991 - Nº 4

EXPEDIENTE

Diretoria APUBH - Gestão 89/91:
Elias Antônio Jorge . José Henriques Maia Filho . Domingos A. Giroletti . Laura S. Miccoli . Herzila Maria de Lima Bastos . José Maurício Machado da Silva . José Antônio Armanelli . Paulo Augusto M. Camargos . Pompéia Peret de Brito da Rocha.

Conselho Editorial:
Domingos A.Giroletti . Herzila Maria de Lima Bastos . Humberto Coelho de Carvalho . Cleuza Graça Fonseca . Vera Lúcia de C. Casa Nova . José Milton dos Santos.

Gerência:
Vânia Macedo Reis

Apoio:
Fernanda Veloso Torres . Mary Oliveira de Assis

Jornalista Responsável (Edição e Revisão):
Clara Arreguy (reg. prof. nº 3.453-MG)

Ilustrações:
Maria de Lourdes Ramos

Projeto Gráfico, Composição e Arte:
Intermeios Comunicação Publicidade e Marketing (212-2827)

Impressão:
Segrac (462-7857)

As opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

As colaborações deverão ser enviadas à APUBH
Rua Carangola, 300 - Salas 1 e 2
Coleginho.
CEP: 30.350, Belo Horizonte-MG.
Telefone: (031) 342-3504, Fax: (031) 344-3642

Os artigos terão, no máximo, 120 linhas (ou 5 laudas), datilografadas em espaço 2 com a identificação e endereço do autor para eventual contato.
De comum acordo com os autores, "Caminhos" reserva-se a iniciativa de propor mudanças de títulos e/ou passagens de textos para melhor adequá-los às exigências de caráter editorial.

ÍNDICE



CONJUNTURA
Reforma Constitucional que o governo quer pode piorar a crise
· **Domingos A. Giroletti** 06



ENTREVISTA
Warwick Estevam Kerr, dedicado professor, cientista e cidadão 15



DESAFIOS
Cultura capitalista se diz utopia realizada e decreta fim da história
· **José de Anchieta Corrêa** 28

Por que universidade pública, democrática e de qualidade
· **Maria Inez Salgado de Souza** 33

Falta de método cria vácuo na formação do professor de matemática
· **Sônia Pinto de Carvalho** 41



DEBATE
Movimento docente: resistência e luta em defesa da universidade
· **Délcio Vieira Salomon** 48

Por que a UFMG foi à greve por 124 dias no ano de 1991
· **Elias Antônio Jorge** 58

Confusões teóricas levam à estagnação do pensamento marxista
· **Luiz de Carvalho Bicalho** 64



C & T
Queda da fecundidade cria novo padrão demográfico no Brasil · **José Alberto Magno de Carvalho** 74



INTERNACIONAL
Falência do modelo soviético põe fim à mística comunista
· **José Clóvis Machado** 82



ENSAIO
Universidade Estadual: em busca de soluções para cada região
· **Aluísio Pimenta** 90

EDITORIAL

A discriminação, a viabilização e outras preocupações

A auto - imagem atual do brasileiro é muito negativa. A intensidade deste sentimento aumenta quando a ele se agregam tratamentos discriminatórios vividos por brasileiros no exterior.

Essa discriminação choca-se com a tradicional hospitalidade brasileira dispensada ao estrangeiro. Somos um país de imigrantes. Aqui o alienígena tem acesso às melhores posições, em igualdade de condições com os nativos. Torna-se funcionário público efetivo. Ascende aos postos de direção. Tem acesso a cargos políticos e econômicos estratégicos. Vira empresário, reitor, presidente do Banco Central. É raro encontrar-se tratamento semelhante a um estrangeiro em qualquer outro país, especialmente no que se refere ao acesso aos centros estratégicos de decisão.

Na Europa, a discriminação externa aumenta paralelamente ao nacionalismo e ao racismo, que renascem como forma de proteção ao mercado de trabalho e à qualidade de vida. Uma sociedade de afluência, em construção, protege-se contra a invasão dos novos bárbaros: africanos, asiáticos, latino-americanos, nós e, mais recentemente, os europeus do Leste.

A recessão econômica e o aumento do déficit levam-nos à adoção de medidas similares, principalmente em relação aos "cucarachas": latino-americanos e brasileiros. Esse tratamento discriminatório parece estar aumen-

tando em proporção à crise americana e à nossa emigração, chegando a se estender à nossa perplexa classe média.

O não reconhecimento, por parte de Portugal, dos diplomados brasileiros em Odontologia, mostra que o sentimento contido de discriminação contra brasileiros, que se acreditava fosse dirigido exclusivamente contra prostitutas e travestis invasores das capitais européias, tem raízes mais profundas.

Quando a discriminação atinge os "homens de bem" e vem do país em que até há pouco tempo os cidadãos tinham direitos recíprocos, é natural o afloramento de uma "santa indignação", embora a reciprocidade não tenha sido uma exigência nem uma condição definidora das nossas relações internacionais.

Ao voltar-se para a unificação européia, Portugal abandonou seu projeto anterior de integração com países de língua lusitana do Atlântico e da Ásia.

A auto-imagem negativa do brasileiro é explicável pela constatação de que a década de 80 foi perdida em termos de desenvolvimento e de não serem mais promissores os anos 90. A percepção de que a crise se agravará no próximo ano, com suas conseqüências nefastas em termos de desemprego, fome, miséria, violência etc, é um dado de realidade cruel, não nos consolando as promessas governamentais de retomada do crescimento para o final de 1993.

O pessimismo e o baixo astral que atingem a população brasileira, a classe média, a universidade, não são meros sentimentos que se exorcizam com pensamentos positivos ou campanhas publicitárias, por mais que vendam otimismo.

A imagem negativa contra o Brasil no exterior é o de menos. A nossa questão central é interna. A retomada do desenvolvimento é a nossa saída. Impõe-se com urgência, antes que nos tornemos inviáveis. Nesta tarefa, a Universidade produzindo ciência e tecnologia tem um papel essencial e intransferível.

Papel imprescindível cabe ao governo, através da definição de sua política econômica. Se a opção primeiro-mundista é correta, a abertura unilateral de nossa economia aos produtos manufaturados estrangeiros implodirá nosso parque industrial. O novo protecionismo é uma realidade que ninguém pode desconhecer.

Redefinir o Estado é medida necessária, mas a política de desmonte, de privatização das empresas públicas e de sua retirada do controle da economia tem efeitos econômicos e sociais deletérios.

O combate à inflação desvinculado de uma política de desenvolvimento é igualmente funesto. O pessimismo diante de tanto desgoverno e tantos infortúnios não é apenas sentimento negativo. É também um mecanismo de defesa prevenindo as pessoas contra o pior.

Não menos preocupantes para o destino da universidade pública foram as decisões tomadas pela plenária do XXIII Conad, que, por sugestão da atual diretoria da Andes-SN, colocou sub-judice até o XI Congresso a participação da APUBH como a seção

sindical daquela entidade. Não nos parece que tenha sido uma decisão sábia nem que os reais interesses da unidade do movimento tenha prevalecido. A diretoria da Andes-SN agiu como uma facção lutando pela preservação de sua hegemonia política dentro do movimento docente.

A decisão exorbitou a competência estatutária reservada ao Conad, dando a impressão de ter sido um ato de força revestido de vícios de forma. As diferentes concepções de organização sindical que opõem posições mais autonomistas a outras mais centralistas devem ser resolvidas democraticamente no interior do movimento. A conjuntura difícil não recomenda retaliações divisionistas.

A Andes-SN é ou não um movimento sindical plural? Temos que discutir melhor nossas questões e ter a sabedoria necessária para conviver com nossas diferenças. Não devemos nos fechar em posições monolíticas, autoritárias e centralistas que comprometam a unidade do movimento.



CONJUNTURA

■ Numa análise da situação política nacional, o professor Domingos Giroletti, do Departamento de Ciência Política da FAFICH-UFMG, não vê na proposta de "Emendão" do governo chances de resolver a crise generalizada. Pelo contrário.

DOMINGOS A. GIROLETTI

Reforma constitucional que o Governo quer pode piorar a crise

O debate político dos últimos meses tem-se concentrado sobre a crise, a mais aguda que o País já viveu. Para solucioná-la, tentou-se, entre outras medidas, mais uma vez sem sucesso, o entendimento nacional e a mudança de regime político. A derrota da Emenda Richa no Senado, propondo a antecipação do plebiscito para 1992, postergou esta última solução. O Governo, perdendo o controle sobre a inflação e a economia, aposta agora na reforma constitucional. Ao mesmo tempo, num conflito aberto com o empresariado, passou a jogar com a ameaça de hiperinflação, para forçar a redução dos preços e a queda inflacionária.

A adoção da estratégia do "quanto pior melhor" pelo Governo é, além de inusitada, irresponsável. É temerário brincar de feiticeiro numa crise como essa. Suas conseqüências sociais, políticas e econômicas podem ser de dimensões imprevisíveis. E a primeira vítima será o próprio Governo.

Enquanto a queda de braço entre Governo e empresários não se resolve, resta-nos refletir sobre a natureza da crise, contraposta às soluções pretendidas pelo "Emendão" enviado ao Congresso.

Complexidade

A complexidade da crise permite observá-la de vários ângulos. Através de seu componente intelectual e moral, ela sinaliza a derrocada de uma civilização e a gestação de uma outra, a suposta morte das ideologias e a

eclosão do Pós-Moderno, o fracasso do socialismo real, a queda do Muro de Berlim e a perplexidade da esquerda e da direita. Ambas passam pelo desafio de ressituar-se no mundo, na história e na política. Quando o sonho acaba, o mundo do interesse seguido do individualismo retorna com força redobrada.

Os problemas não se resolvem, agravam-se. Como assegurar o mesmo nível de vida para todos os trabalhadores, mesmo dos países desenvolvidos? Que fazer com a expectativa e a qualidade de vida dos países do Terceiro Mundo? Como negar a natureza concentracionista e exploradora do capitalismo?

O amadurecimento da consciência ecológica levou ao questionamento das concepções de ordem, de progresso e de crescimento indefinido. A expansão dos movimentos preservacionistas recoloca a questão dos custos e benefícios do desenvolvimento econômico. Os países do Terceiro Mundo reagem à idéia de serem "jardim" dos países ricos.

Hoje é pertinente perguntar-se como construir uma nova ordem que emerja de condições tão caóticas. Ou como o desenvolvimento permitirá o salto para meios mais altos de diversidade e como essas mudanças pressupõem formas mais sofisticadas de integração.

No âmbito interno, a crise de valores não é menos aguda. Reflete-se nas mudanças de pensar, nos costumes, nos hábitos, na visão de mundo, próprias de uma sociedade que experimentou um intenso processo de modernização nos últimos 40 anos. Em 1950, 60% da população brasileira eram rurais. Na década de 90, 75% vivem nas cidades. As transformações, em termos de expectativa e qualidade de vida que esta alteração provocou, não foram acompanhadas do correspondente entendimento de suas causas e motivações, gerando frustrações de caráter individual e coletivo de grande capacidade desruptiva, social e política.

Quando o sonho acaba, o mundo do interesse seguido do individualismo retorna com força redobrada.

Universidade

O projeto de reforma constitucional enviado ao Congresso não toca nestas questões. Causa estranheza a inclusão da autonomia universitária nessa proposta que objetiva, segundo o Governo, resolver a crise econômica. Além do mais, tramita no Congresso o projeto de LDB que trata da educação na sua amplitude. Teria sido ali incluído como resposta do Governo à última greve das universidades?

Do ponto de vista do mérito, a emenda, ao tratar de autonomia

universitária, menciona a "gestão dos recursos humanos" como seu elemento essencial, tendo o mesmo destaque dos componentes "didático-científico, administrativo e financeiro" previstos na Constituição. Na definição constitucional em vigor, a administração dos recursos financeiros era considerada complementar. No "Emendão", ao reservar-se às universidades públicas federais o "status" de entidade com natureza jurídica própria, a menção à autonomia na "gestão dos recursos humanos" revela a intenção do Governo de desvincular as instituições federais de ensino superior do MEC.

Cada universidade, à semelhança da organização fundacional, teria, caso fosse aprovado, sua carreira específica, com seu quadro próprio de remuneração de pessoal. Os recursos seriam repassados pela União, segundo o "Emendão", em "parcelas fixas", sem correção. As despesas com inativos e pensionistas passariam a fazer parte do orçamento de cada unidade, com o condicionamento de não exceder os 80%. Para que se possa avaliar o que significa esta "inovação", basta dizer que 40% dos gastos de pessoal na UFMG correspondem aos aposentados e inativos.

O "Emendão" prevê ainda o fim da isonomia, estabelecida no Regime Jurídico único, entre os ativos e inativos. Do ponto de vista político, ele quebra a unidade organizativa do movimento docente. A luta salarial, que hoje é conjunta, passaria ao âmbito de cada universidade, transformada em entidade patronal em substituição ao MEC.

A aprovação destas medidas, ao invés de debelar, alimentará a crise, numa reação defensiva natural contra a implosão das universidades, dos institutos e dos centros de pesquisa governamentais. Do ponto de vista prático, vai-se agravá-la com o desmantelar do que foi construído em termos de ensino e pesquisa em instituições públicas nos últimos 30 anos.

Tecnologia

O Governo e o Congresso merecem ser lembrados de que as conquistas econômicas dos países do chamado Primeiro Mundo estão em estreita sintonia com a maior ou a menor utilização das novas tecnologias. Estas baseiam-se em conhecimentos desenvolvidos nas universidades e em institutos de pesquisas. O avanço científico e tecnológico tornou-se um recurso essencial para os países e para as empresas que pretendem liderar o desenvolvimento futuro. Investir nas universidades e na geração de novos produtos é vital ao nosso crescimento econômico.

A crise tem duas facetas mais visíveis, a econômica e a política. Os sintomas da primeira manifestam-se pela retomada da inflação, acompanhada pela recessão, falta de novos investimentos, desemprego e aumento da miséria. A inevitável urdidura desse quadro é o crescimento da violência, do submundo da droga e de várias formas de desajustes sociais e individuais.

A retomada da inflação, a recessão e a falta de novos investimentos

mostram o esgotamento do modelo nacionalista de desenvolvimento, auto-sustentado e centrado no Estado. A falta de vontade política das elites brasileiras, aliada à redução da capacidade de endividamento estatal, em nível interno e externo, revela que a crise não é apenas de natureza fiscal, embora este aspecto se manifeste agudamente.

Neoliberalismo

A opção do Governo Collor pelo neoliberalismo agrava a situação, na medida em que significa, na prática, o desmonte do tripé Estado, Capital Nacional e Internacional, responsável pelo nosso desenvolvimento. Iniciou-se a inversão deste modelo pelo desmantelamento do Estado. O saneamento das suas finanças, implementado pelo Plano Collor I, começou com o seqüestro dos capitais especulativos, incluindo neles a poupança popular. Isto transformou o Estado, do dia para a noite, de devedor em credor, e só aparentemente o fortaleceu como regulador da economia. Se este passe de mágica aliviou momentaneamente o déficit público, não eliminou, porém, sua causa principal, a dívida e seus encargos.

O seqüestro da poupança popular desgastou o Governo, quebrando a confiança e a legitimidade conquistadas pelo voto popular em pleito direto. Diminuiu a confiabilidade nas instituições políticas, nos dirigentes e nos destinos futuros do País.

A reforma econômica do Plano Collor I só fez desacreditar o Estado e o Governo, enfraquecendo a pouca percepção do público e do coletivo que existe na nossa sociedade. A falta de confiança, ao agravar a crise de governo, constitui-se em caldo de cultura que poderá vir a alimentar a ingovernabilidade futura, se providências não forem tomadas.

O Emendão prevê o fim da isonomia entre ativos e inativos e quebra a unidade organizativa do movimento docente.

A desastrada reforma administrativa, englobando a extinção ou a fusão dos ministérios e de outros órgãos públicos com a colocação em disponibilidade de milhares de servidores, é outro elemento do desmonte do Estado, mais um problema do que uma solução. A reforma, ao ser julgada anticonstitucional, ao invés de reduzir, aumentou os gastos com o funcionalismo e trouxe o caos no serviço público. A desconfiança dos servidores com relação às intenções do Governo dificulta o funcionamento da máquina no cotidiano. Novamente, predominam o açodamento e a falta de diagnóstico correto das causas do inchaço do Estado.

O excesso de funcionários se deve ao empreguismo, ao nepotismo e à política eleitoreira de clientela. O funcionário competente e de carreira foi confundido e colocado na vala comum do afilhado sem concurso. A desvalorização do servidor concursado veio facilitar a atuação da famosa "República das Alagoas". A corrupção generalizou-se de tal maneira que muitos parlamentares de esquerda reduziram taticamente as denúncias, evitando que a crise econômica e política evolua para uma de natureza institucional, muito mais grave.

O "Emendão", ao propor alteração no estatuto da estabilidade, insiste no mesmo equívoco: não distingue o funcionário de carreira do nomeado sem concurso. Terá, se aprovado, mais um efeito demolidor da esfera pública porque propiciará o aumento das indicações por critérios clientelistas, diminuindo o peso dos funcionários recrutados por sistemas de mérito e competência.

A estabilidade do concursado não é necessariamente privilégio, podendo ser considerada condição para o exercício da profissão com certa independência face às injunções políticas das mais diversas ordens. Poderá ser um mecanismo, pela consciência profissional que desenvolve, a ser usado contra a corrupção e a malversação dos recursos públicos. O servidor, um profissional competente e estável, passará a ser defensor da "Res pública" e o responsável primeiro pela qualidade dos serviços que presta.

Privatização

A privatização das estatais, importante peça de desmonte do tripé desenvolvimentista, implementada através de procedimentos e critérios questionáveis, é mais um fator agravante do que solucionador. O fato de ter-se iniciado pelas empresas mais rentáveis, pelas mais viáveis e mais bem estruturadas, coloca em dúvida as intenções do Governo e a sua eficácia debeladora.

Foram questionados os preços e a prioridade das empresas a serem privatizadas. A avaliação da Usiminas ficou muito aquém dos valores necessários à criação de uma nova siderúrgica do mesmo porte. O tempo de construção e de retorno do investimento, bem como o patrimônio constituído pelo seu quadro técnico e pelo corpo operário qualificado e organizado, nem sequer foram objetos de avaliação.

O êxito da privatização da Usiminas propalado pelo Governo foi apenas simbólico: ter inaugurado o processo. Não teve o aporte de novos recursos externos. Por ter sido privatizada com "dinheiro podre", títulos governamentais de baixo preço de mercado, não trouxe recursos novos para serem aplicados em novos investimentos produtivos. Nem foram criados outros empregos. Fez-se apenas a transferência do controle acionário.

Outra conseqüência prevista: aumentou-se o grau de desnacionalização, com o acréscimo da participação do capital japonês no empreendimento. Do ponto de vista econômico, foi outra iniciativa inócua. Pelo lado po-

lítico, só aumentou o grau de desconfiança em relação ao Governo e quanto ao seu projeto político.

Crise fiscal

Outro componente é a crise fiscal do Estado: o déficit público e, por conseqüência, a perda da sua capacidade de investimento e de regulação da economia. Conhecendo a gravidade deste problema, a Nação ficou estarrecida ao constatar a falta de seriedade manifesta pelo Governo e pelo Congresso na elaboração do Orçamento para 1992. Ficou patente que este Governo, ao priorizar o combate à inflação, não tem plano de desenvolvimento para o País, com metas e prioridades claramente definidas que possam aumentar a eficácia dos parcos recursos a serem investidos.

O clientelismo está tão disseminado que até o montante previsto para recuperar a malha rodoviária, mal conservada e perigosa, está sendo distribuído por critérios político-eleitorais. Cálculos elementares de custo e benefício estabelecidos em função dos efeitos diretos no desenvolvimento econômico não contam na tomada de decisões sobre esta importante matéria. Por este exemplo, pode-se imaginar que critérios são utilizados para distribuir os demais recursos orçamentários. Não há maior prova do desgoverno do que este fato.

A evasão fiscal, importante fator gerador da crise, não tem sido devidamente combatida pelo Governo. A redução de impostos sem critérios e a manutenção de uma política de incentivos e subsídios, além de desrespeitarem dispositivos constitucionais, são de eficácia duvidosa. Diminuíram substancialmente a arrecadação pública e a capacidade de investimentos por parte do Estado, o que não está sendo compensado, mesmo com o mais forte arrocho salarial imposto aos servidores públicos.

A falta de confiança, ao agravar a crise de governo, constitui-se em caldo de cultura que poderá vir a alimentar a ingovernabilidade futura, se providências não forem tomadas.

A não aprovação pelo Congresso de impostos sobre grandes fortunas, ganhos de capital e sobre a propriedade agrícola é outro fator responsável pela debilidade fiscal do Estado e pela estagnação atual. Vale lembrar que o Governo, ciente do problema, não se empenhou pela votação dessas propostas, descarregando o ônus fiscal sobre a massa assalariada.

As medidas fiscais aprovadas em 1º de novembro de 1991 aumentam a capacidade de arrecadação em 2,5% a 3% do PIB, mas causam sobressalto por sobrecarregar de impostos os setores médios e os assalariados, diminuindo o poder de compra e de consumo da massa trabalhadora.

O aumento de impostos previsto pelo "Emendão", excetuando o imposto sobre a distribuição de combustíveis, que se destina à construção e preservação de rodovias, não terá efeitos multiplicadores porque será utilizado exclusivamente no pagamento do serviço da dívida. Mais uma vez, os sacrifícios que se pede à sociedade não se traduzirão em benefícios sociais nem em empreendimentos econômicos que venham estimular a retomada do crescimento, beneficiando a todos.

Isolamento

Ao fracasso da política econômica e à perda de credibilidade do Governo, some-se o isolamento presidencial e do Executivo diante da sociedade civil organizada e do Congresso. A retomada do chamado entendimento nacional, agora em banho-maria, visava romper esse isolamento e colher apoio para a política de combate à inflação.

A falta de base político-parlamentar do Governo no Legislativo não é um dado novo mas uma característica permanente do nosso regime presidencialista, presente tanto nos períodos autoritários como nos democráticos. A eleição do presidente Collor por um pequeno partido sem maioria no Congresso foi denunciada durante a campanha como prenúncio de ingovernabilidade futura.

Esta debilidade política original foi agravada durante os primeiros 18 meses porque, impulsionado pela legitimidade das urnas e apoiado pela mídia, o Governo passou a pressionar o Parlamento e a desconhecer o Poder Judiciário e a sociedade organizada. O caráter imperial do exercício do Poder Executivo e a não preocupação com a construção de uma maioria político-parlamentar levaram-no, porém, ao isolamento político e ao impasse em que nos encontramos.

Na política externa, o Governo Collor, ao optar desde o início de sua administração pela abertura unilateral da economia brasileira, facilitando a importação de manufaturados, implementou uma decisão equivocada de não condicioná-la à renegociação da dívida externa, ao ingresso de novos capitais ou ao fim de barreiras protecionistas aos nossos produtos de exportação. Acreditou piamente que o gesto de boa vontade trouxesse, como contrapartida, facilidades nas negociações.

A decisão política do Governo brasileiro foi um grave erro estratégico, que só fez revelar a fragilidade da economia brasileira e vem sendo competentemente explorada pelos credores na negociação da dívida e nos futuros empréstimos externos a serem aprovados.

As novas concessões feitas unilateralmente ao capital estrangeiro, previstas no "Emendão" se aprovado - redefinição de empresa nacional, fim da reserva de mercado, desobstrução

legal para investimentos em áreas definidas anteriormente como de monopólio estatal - insistem no mesmo equívoco, aumentando o grau de fragilidade e de dependência da nossa economia, sem que se constituam como alternativa à solução das dificuldades, podendo trazer, pelo contrário, novos complicadores.

A recente conduta intervencionista do FMI é um flagrante abuso, só explicável devido ao estado de fragilidade da economia e do Governo brasileiros. Este, por sua vez, ao enviar a proposta de reforma constitucional, dá sinais claros de ceder às pressões do Fundo, já que a Constituição de 1988 foi responsabilizada por ele pela situação atual. Como nas novelas de costumes, a dispensa do funcionário do FMI que ousou falar de público tamanha heresia não altera a natureza das coisas nem a autoria do crime, invariavelmente atribuído ao mordomo.

A alteração constitucional não resolve a questão nas suas várias ramificações porque não assegura nem constrói a maioria político-parlamentar de que o Governo necessita. A mudança da Carta Magna não altera a correlação de forças entre Presidência e Congresso Nacional nem acaba com o isolamento político do presidente perante a sociedade.

Entendimento X Autoritarismo

A atual estratégia do Governo para lograr aprovação do "Emendão" no Legislativo difere da dos pacotes anteriores pela prévia sondagem de alguns parlamentares. Não muda, porém, o grau de acuamento sobre o Congresso, próprio dos regimes autoritários, ao colocá-lo numa posição claramente defensiva. Que opção lhe resta? Ou aprova a emenda ou será responsabilizado social e politicamente pelas conseqüências.

O clientelismo está tão disseminado que até o montante previsto para recuperar a malha rodoviária está sendo distribuído por critérios político-eleitorais.

O Governo, falando em entendimento, insiste na prática autoritária do pacote, da mudança por decreto e do fato consumado, impedindo que o Legislativo se afirme como poder independente e autônomo. A estratégia usada pelo Governo poderá aumentar os riscos de ingovernabilidade, com sérios perigos à consolidação da democracia que tão arduamente vem sendo construída.

As articulações promovidas pelas várias lideranças partidárias no Congresso e a cassação do deputado Jabes

Rabelo são, entre outras medidas, indicativos de que o Poder Legislativo - ao contrário do que ocorre com o Executivo - poderá fazer jus a uma maior confiabilidade da opinião pública.

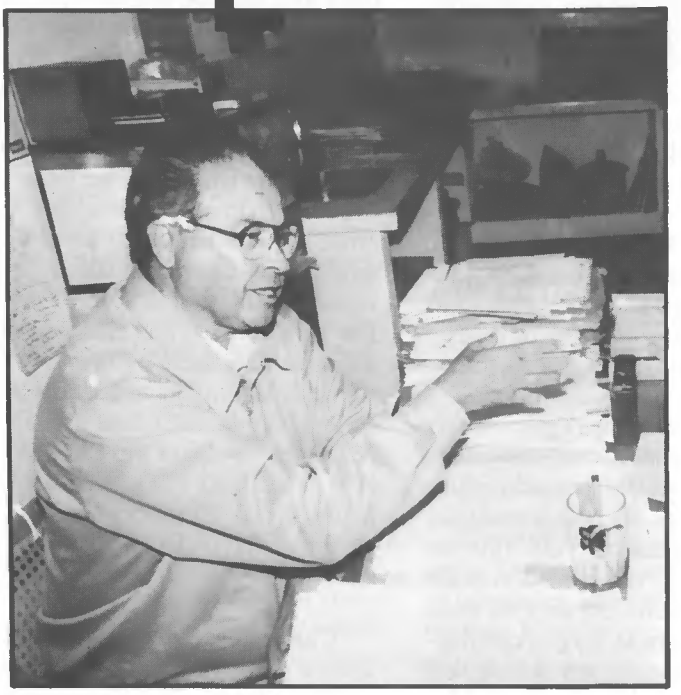
A mudança constitucional é por si só incapaz de solucionar a crise porque ela é de governo. A quebra da confiabilidade perante a Nação, o isolamento político-parlamentar do presidente junto à sociedade e ao Congresso, a improbidade e a incompetência do Ministério, a perda do controle governamental sobre a economia face ao recrudescimento inflacionário não se resolvem com reforma constitucional. A superação destes problemas deve ser antecedida por mudança profunda do Governo, que assinale sua disposição de recuperar a credibilidade junto à sociedade e ao Congresso. Por isto, uma reforma ministerial poderá se constituir no primeiro passo nesta direção.

Propor reforma constitucional em momento tão difícil é, no mínimo, uma imprudência política. Não há a tranqüilidade necessária para promover qualquer mudança desta ordem que seja fecunda ou duradoura. Pretender alterar a Constituição em conjuntura tão adversa poderá ser o pretexto que ainda falta para aboli-la definitivamente em futuro próximo. A emenda, ao invés de solução, poderá se constituir no atalho que levará o País, pelo descontrole, à ingovernabilidade. A defesa do "impeachment" presidencial neste contexto não tem outro significado. A preservação das instituições democráticas é um valor que transcende qualquer governo eleito livremente, por pior que seja.

O País não pode também ficar à deriva. É preciso agir enquanto há tempo. A articulação das forças políticas no Congresso e das forças vivas da sociedade deve continuar para prevenir o pior. É possível que o parlamentarismo esteja mais próximo do que se imagine. Desanuviado o risco da hiperinflação neste final de ano, aguardam-se novas medidas para 92. Entre tantas dúvidas, resta uma esperança: caberá ao Congresso um papel significativo na solução deste "imbróglio".

Domingos A. Giroletti
Professor do Departamento
de Ciência Política da UFMG

ENTREVISTA



Warwick Estevam Kerr, dedicado professor, cientista e cidadão

Um dos mais renomados pesquisadores brasileiros em todo o mundo, o professor Warwick Estevam Kerr, entre tantas qualidades, possui uma rara capacidade: reúne a dedicação ao ensino da Biologia a uma militância política e humanista que por duas ocasiões o levou à prisão.

Eram tempos de ditadura, e somente a repercussão internacional de uma perseguição ao então presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pôde conter a repressão.

Formado engenheiro agrônomo, o professor Kerr destacou-se como biólogo e geneticista. Foi acusado injustamente, nos anos 60, pela introdução das abelhas africanas no País, o que na época se julgava "um crime". Aos 69 anos de idade, feliz em seus 44 anos de casamento com D. Lygia, não despreza nem a atuação em defesa dos oprimidos nem a vida familiar em Uberlândia, onde leciona na Universidade Federal. Tem sete filhos, 14 netos e um sonho: ser enterrado na sua cidade natal, Santana de Parnaíba (SP), envolto na bandeira do PT. As perguntas foram feitas pelo professor Humberto Coelho de Carvalho, do ICB da UFMG.

Caminhos: Você é tido como um velho socialista. É idéia recente?

Kerr: Em 1952, iniciei um trabalho de extensão, por conta própria, entre os camponeses, moradores do bairro das Pederneiras (município de Piracicaba, limite com Laranjal), que durou até 1958 e me deu enorme satisfação: era um contato direto com a mais alta ciência biológica, a Genética, com os lavradores mais necessitados daquele rico município, e com o meu Deus para saber como eu os poderia ajudar. Estudei a fundo e, mesmo assim, não vi saída fora do socialismo. Difícil de ser bem aplicado mas o único sistema justo - seus erros de hoje nada têm a ver com a teoria, mas com a corrupção, burocracia e falta de aplicação da ciência. Por isso, em 1957 e 1958, de entremeio às minhas lides universitárias, fui vereador em Piracicaba pelo antigo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Ao mudar- me para Rio Claro, formei lá o núcleo do PSB. Assim que os partidos puderam reorganizar-se, entrei para o PT, com grande número dos antigos companheiros.

Caminhos: Qual a sua opinião acerca da formação dos professores de Biologia do 2º grau nas nossas universidades? Idem para o 3º grau.

Kerr: Varia muito. As universidades de São Paulo estão-se distanciando muito das federais, tanto em salários como em equipamento, bibliotecas, aulas práticas e viagens didáticas. Mesmo assim, para ser bom professor do 1º e 2º graus, é necessário ser muito dedicado a seus alunos e ter criatividade. Considero a melhor professora de Biologia do País uma formada em Alfenas (MG). Trata-se da professora Nilma Vigato de Araújo, que leciona em Santana da Vargem (uma pequena cidade do Sul de Minas, de 5000 habitantes - sem cinema) que soube entusiasmar seus alunos a fazerem Clubes de Ciência. Hoje, San-

tana da Vargem tem 52 Clubes de Ciência - um pouco mais de um para 100 habitantes! Cada um com, em média, cinco membros - ou seja, um em cada 20 habitantes de Santana da Vargem pertence a um Clube de Ciência. Fui visitar o ginásio: um espetáculo! Tem oito computadores, ensina-se computação para todos os alunos; tem sala para o curso de ciências, com televisão, videocassete, microscópios e vários aparelhos. Em síntese, a dedicação pessoal é mais importante do que a universidade em si. Porém, uma boa universidade abre campos a melhores oportunidades.

Caminhos: O senhor é considerado pelos seus ex-alunos do Maranhão, do Amazonas, de São Paulo, e agora também de Minas, um professor muito criativo, mágico despertador de vocações e hábil encaminhador de talentos. Algum truque que possa ser repassado aos nossos leitores?

Kerr: Acho que não há truque nem mágica. Precisa-se ter dedicação, trabalho e amor aos alunos (com atenção mesmo fora da sala de aula), saber relevar e mesmo perdoar a aparente ou evidente falta de educação de muitos deles (lembrando que hoje os alunos vêm dos mais variados extratos sociais e econômicos), e usar a técnica Dreyfuss (perca mais tempo com os mais interessados e mais esforçados). É importante manter esse interesse, mesmo após terem cursado sua matéria. Falei no Maranhão, aos meus alunos, que podiam contar sempre comigo, e adiantei: o professor tem de ser "parentis in absentia" (o pai na ausência). Um aluno, em nome de todos, agradeceu, mas disse: "Caro professor, o nosso problema é a absentia dos parentis, tal o número de professores faltosos!"

A escola paga, no Brasil, é pior e leva o vírus do capitalismo: lucro a qualquer preço.

Caminhos: Por que não um livro texto de Genética e Evolução para os iniciantes, para os alunos do ciclo básico? Um livro com sotaque brasileiro...

Kerr: Para fazer um bom livro, eu precisaria parar aulas de graduação e pós-graduação, parar pesquisas e atividades de extensão, conferências e participação em comissões de ensino e pesquisa. Talvez depois dos 70...

Caminhos: Escola pública, gratuita e de qualidade para todos ou...

Kerr: Todos os meus sete filhos estudaram em escola pública. Fizemos em Ribeirão Preto um estudo sobre os pais dos alunos do Instituto Educacional Otoniel Motta, e constatamos que entre eles havia agrônomos, dentistas, engenheiros, médicos, professores do secundário, professores de cursos superiores. Reunimos todos, mais professores e diretor, e

estabelecemos o seguinte: a) haveria, todas as semanas, pelo menos uma conferência-aula, ministrada por um desses especialistas; b) haveria uma contribuição quando se precisasse comprar um equipamento ou livro importante; c) seríamos convocados sempre que houvesse necessidade importante. Com isso, os alunos saíram bem preparados e muitos enfrentaram o vestibular sem cursinho. Sou fanático pela escola pública gratuita e de qualidade para todos. A escola paga, no Brasil, é pior e leva o vírus do capitalismo: lucro a qualquer preço. Infelizmente o preço é a má qualidade do ensino.

Caminhos: Atividades de pesquisa: como desenvolveu seu interesse pela Genética, Evolução, pelas hortaliças?

Kerr: Eu fui para a ESA Luiz de Queiroz porque gostava de insetos, especialmente abelhas. Porém, no 2º ano, desiludi-me com a entomologia porque o catedrático não correspondia à minhas ansiedades. Ao ter as primeiras aulas de genética com o professor F. G. Brieger, fiquei extasiado. Na aula prática, com o doutor J. T. A. Gurgel, fique maravilhado com a segregação 3:1 e 9:3:3:1. Pedi a meu pai que comprasse um bom livro de genética. Comprou-me a "Modern Genetics" de Waddington. Aprendi inglês o suficiente para lê-lo. Que ciência maravilhosa! Eu já havia, no 1º ano, aprendido a teoria da evolução com o professor Salvador Toledo Pizza. Agora, com a genética, via os detalhes da meiose, da segregação, da mutação, da seleção, da migração, da deriva genética, da especiação e entendia a evolução e os processos evolutivos. Também caiu-me nas mãos o livro "A Bíblia nos Tempos Modernos" de Fosdick, que me fez entender que a Bíblia não é um livro de ciência mas de religião, ética, moral: passei a interpretar Deus como o maior cientista e, portanto, não poderia haver incompatibilidade entre religião e ciência. Hoje, creio nas palavras de Dobzhansky: "Nada em biologia faz sentido, a não ser pela teoria da evolução." O melhoramento (que é a evolução feita pelo homem) e introdução de hortaliças e fruteiras constitui meu pequeno esforço para fazer algo pela alimentação do povo dos arredores de onde eu estiver.

Caminhos: Dizem que a maior angústia do intelectual contemporâneo é o medo de que tudo já tenha sido pensado, de que nada de novo possa ser criado, daí o abuso das citações, das referências e das paródias. O senhor compartilha dessa angústia?

Kerr: Absolutamente, não tenho essa angústia. Inclusive, recomendo aos meus alunos terem sempre um bom caderno para aí colocar idéias de pesquisa (completada com material, métodos, bibliografia), coisas a fazer num futuro longínquo, alvos, idéias para melhorar a vida na sua cidade, etc.

Caminhos: Fale-nos de sua tese, o hoje clássico "Experimental Studies of the Distribution of Genes in Very Small Populations of D. melanogaster", em colaboração com o

grande evolucionista americano Sewall Wright.

Kerr: Eu achava de extraordinária beleza as pesquisas feitas com milho, Drosófila, gente e microrganismos que demonstravam experimentalmente teorias e idéias. Todavia, não encontrei nenhum trabalho demonstrativo das teorias de deriva genética de Sewall Wright. Fiz o trabalho com três populações, cada uma iniciando respectivamente, com... idem dos alelos... e spineless (SP) que são heteróticos; e idem com a duplicação Barh (B) e normal b, ligado ao sexo. A escolha de um gene ligado ao sexo foi devida à semelhança que tem com a maioria dos genes das abelhas (pois as fêmeas são 2n e os machos são n). Iniciei o trabalho em junho de 1951, na Universidade de Wisconsin, em Madison, no laboratório do Dr. Crow. Três meses depois, todos os tubinhos com Drosófila seguiram comigo para Nova York, para o Laboratório do professor Th. Dobzhansky (Columbia University). Os dados foram ficando cada vez mais bonitos. Em fevereiro de 1952, veio pronunciar uma conferência para todo o Departamento de Zoologia o Dr. Sewall Wright. Quando viu meus dados, ficou entusiasmado e perguntou-me se eu permitiria que ele ajudasse na análise e assim publicaríamos em colaboração.

Caminhos: Custos e benefícios. Qual o balanço que o senhor faz dos 40 anos do CNPq e da Capes?

Kerr: Acho o CNPq o órgão pioneiro no financiamento de pesquisas no Brasil. Antes dele, a pesquisa era embrionária. O grande impulso do CNPq foi na presidência de José Dion de Melo Teles. A Capes teve e tem grande importância na pós-graduação e aperfeiçoamento. Em 1962, o Estado de São Paulo criou e pôs em funcionamento a Fapesp, que colocou aquele Estado em situação muito melhor que os demais. Depois de São Paulo, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro tiveram também suas Faps (Fundação de Amparo à Pesquisa) e neste 1991 foram organizadas também no Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco. Esperemos que os políticos não atrapalhem os seus trabalhos.

O pesquisador e professor cristão precisa transformar seu laboratório numa agência do 2º mandamento.

Caminhos: Pesquisa na universidade ou pesquisa em institutos isolados? Colégio versus centros de excelência?

Kerr: Ambos. Os institutos isolados da universidade correm o risco de ficar esclerosados. O jovem aprende o que a gente sabe e passa para a frente. Áreas de pesquisa são como uma família: têm de ter gente de toda a idade. São duas saídas para os ins-

titutos: a reciclagem a cada três anos de seus pesquisadores, como uma família progredindo junta; fazer convênios com a universidade mais próxima, e colaborar num curso de pós-graduação.

Caminhos: Considera privilégios justos as aposentadorias aos 25 e 30 anos, as aposentadorias múltiplas, as funções gratificadas, as incorporações...?

Kerr: Há poucos dias, o Joelmir Betting disse que, na Coréia, nenhum salário pode ser mais alto do que o do professor titular e que, por isso, ela é um dos "tigres" da Ásia. Em circunstâncias norte-americanas, francesas, alemãs, coreanas, japonesas, eu diria que a aposentadoria da mulher deveria ser aos 65 anos e a do homem aos 70. Nas condições brasileiras, de salário vil, considero que as aposentadorias aos 25 e 30 constituem uma oportunidade de aumentar a renda familiar. O mesmo digo das aposentadorias múltiplas. Sou contra gratificação de função, de incorporação e acho que dentro de uma universidade apenas o reitor deveria ganhar igual ao professor. Todos os outros deveriam ter salários inferiores, inclusive os aposentados, como distinção ao professor que ensina e pesquisa. Com isso, acabaria a ânsia por posições burocráticas.

Caminhos: O senhor acha que a burocracia universitária está cada vez mais eficiente na sua capacidade de infernizar o dia-a-dia do professor e do estudante?

Kerr: Infelizmente, acho que sim. Deveríamos ter uma lei limitando o funcionalismo burocrático da universidade a 2% a 3% do número de professores.

Caminhos: O compromisso religioso: o senhor, o professor Freire Maia e o professor Moure, cada um à sua maneira, são exemplos no nosso meio de biólogos que estabeleceram uma convivência pacífica, às vezes com algum bulício, entre Ciência e Religião. Ser apologista da teoria da evolução não lhe trouxe problemas na comunidade religiosa que o senhor freqüenta? Quais suas relações com os criacionistas?

Kerr: Acho que uma vida integral é a que temos: um Deus em que creio e confio; uma mulher dedicada, inteligente (burrice para mim é pecado mortal!!), com amor, muito amor mútuo, que caminha comigo pela vida em condição de igualdade; e uma profissão que me dá prazer e oportunidade de exercer minha criatividade e bem servir ao meu povo. Acho a Bíblia um livro extraordinário, inspirado, mas não por ser e sim por conter a palavra de Deus. É claro que nos encontramos com criacionistas mais vezes que com os agnósticos. Alguns são terríveis. Mas considero-os calmamente como manifestações da variabilidade genética e ambiental. Em geral, os cristãos praticantes constituem um grupo muito preocupado com a qualidade de vida... dos outros, e os universitários cristãos encontram maneiras muito habilidosas de ajudar populações inteiras. Eu sempre digo que o pesquisador e professor cristão

precisa transformar o seu laboratório numa agência do 2º mandamento.

Caminhos: O engajamento político: na recepção ao Papa, em Vitória, entre as muitas faixas com mensagens sociais, havia um enorme cartaz ilustrado pelo desenho de uma criança esquálida: "Em 1980, o povo passava fome. Agora, o povo morre de fome". Sabendo que o tema do encontro era a devoção à Virgem, como o senhor interpreta?

Kerr: Fui católico na minha infância. Na minha mocidade tive vários desencontros com o catolicismo. Em 1939, tornei-me protestante (porém com fortes tendências católicas). Em 1943, minhas preocupações sociais eram muito grandes. Engajei-me na Esquerda Democrática, que se dissolveu para constituir o Partido Socialista Brasileiro, grande partido, o qual, após 1983, ingressou no PT (onde permaneço). O Papa João XXIII deu-me uma enorme esperança ao executar, 460 anos depois, as reformas que Lutero queria. O atual é extremamente retrógrado. Regressou ao culto de dulia (aos santos), de hiperdulia (a Maria) com franco prejuízo ao de latria (devido a Deus). Não sabendo perceber que o socialismo nasceu com o cristianismo (Atos 2:2-4, 42-47, Atos 4:31, 32-35), como consequên- cia do Espírito Santo, não soube distinguir o socialismo da corrupção do governo (roubalheira) e do povo polonês (falta de trabalhar). Vem sugerindo uma perigosa ausência: falta de controle familiar, vem estabelecendo uma perseguição a teólogos como Boff, vem contrariando a doutrina da libertação, vem substituindo os bispos progressistas por conservadores, e vem mantendo a antibíblica inovação (em 1074, por Gregório VII) do celibato clerical I Tim 4:3, I Cor 9:2-5). Portanto, a manifestação de Vitória mostrou ao Papa que a população brasileira (que acorreu às praças 40% menos que na última visita) está mais esclarecida, não está contente com seu dirigente espiritual. Assim como sofro influência católica no meu modo de pensar, muitos católicos sofrem influência protestante e não aceitam o culto a Maria (que foi permitido pela primeira vez em 754, pelo Concílio de Constantinopla) nem o celibato clerical.

De vez em quando, precisa-se de um líder de 1ª classe para tirar o país do fundo do poço.

Caminhos: "O Brasil, sendo um país periférico, dirigido por uma elite insensível, cujo comportamento ético beira a marginalidade, necessita de um 'mandrake' para tirá-lo dessa crise em que está imerso". Qual a sua concordância com essa afirmação?

Kerr: Talvez precise. Olhando a história das Américas, percebe-se que houve apenas três revolucionários: Lincoln nos Estados Unidos, que acabou com a escravidão, estabeleceu os Landgrant Colleges - a origem das grandes e melhores universidades de hoje (cujo ensino, livros, moradia e comida são gratuitos para alunos do próprio Estado) - e executou a reforma agrária; Pablo Benito Juarez, que acabou com a monarquia, estabeleceu a democracia, acabou com a justiça eclesiástica e militar separadas, promoveu a reforma agrária, acabou com a escravidão velada dos índios e separou a Igreja do Estado, e Fidel Castro, que acabou com a imoralidade de Cuba ser um prostíbulo da América Central e do Norte, que estabeleceu o socialismo, que reduziu o analfabetismo de 70% para 2%, que tornou o cubano, em média, o povo mais saudável e forte do mundo, que estabeleceu institutos e universidades de alto padrão, que fez a reforma agrária (inclusive das propriedades da Igreja), e é um dos países de moralidade administrativa mais alta que se conhece. Ou seja, de vez em quando, precisa-se de um líder de primeira classe para tirar o país do fundo do poço.

Caminhos: Qual a parte que nos toca, enquanto professores universitários, na saída desse "imbrógolio" em que nos encontramos? O senhor se sente moralmente culpado por não estar contribuindo como seria desejável?

Kerr: Realmente, não me sinto culpado, pois tenho a impressão de estar fazendo o que posso. Mas sinto que 80% dos professores universitários estão acomodados. A nossa elite (inclusive os professores) é insensível. Veja o caso dos 14 ticuna mortos e 23 feridos no Amazonas, perto de Benjamin Constant. Sabe-se o nome de todos os índios assassinados (Natalínio, Marcos, Jucá, Raimundo, Angelito, Davi, Agripino, Valentino, Jordão, Lourenço, Getúlio, Aldemir, Lourenço, Batista) e de todos os assassinos (Oscar Castelo Branco - mandante; Wanderley, Bucho de Traíra, Modestino, Jonas, Walney, Juvenal, Luís, Damião, Manuel Franco e seu filho, Itamar, Francisco e Ambrózio), e não se faz nada. Veja agora os acusados pela Câmara dos Deputados como participantes do narcotráfico: um deputado, um desembargador, três juízes, dois agentes da Polícia Federal, 11 bicheiros e mais centenas de pessoas. Estamos em estado de calamidade pública. É por isso que o deputado Genuíno protestou quando puseram nas nossas notas a expressão "Deus seja louvado". Ele disse que era mais apropriado colocar "Deus nos acuda".

Caminhos: Tudo o que fizestes a um destes meus irmãos pequeninos foi a mim que o fizestes (Mt, 24:40). Se aplica a nossos dirigentes do Planalto e aos da universidade a advertência contida nesse versículo?

Kerr: É claro que se aplica. E se aplica também Mat 5:11, 41, Apoc 3:15-17 e especialmente Tiago 5:1-6.

Caminhos: Qual a adesão de sua universidade ao último (e demora-

díssimo!) movimento grevista do corpo docente? Qual foi a sua posição pessoal?

Kerr: Se o Collor não acabar com a escola pública, nós, os professores, vamos acabar com ela. Precisamos achar um método mais japonês. A greve não funciona. Temos em Uberlândia mais de 1000 professores. Fui favorável à greve, porém constatei muitas falhas. Nossa maior audiência (que foi aquela para terminar a greve) não teve 50% do professorado. A maioria dos professores e alunos age como se tirasse férias mesmo, com grande prejuízo para o futuro da Nação. No Japão, os professores e alunos grevistas vão às aulas e determinam uma hora para passeatas, discursos e quebra-quebra (viram o carro do ministro da Educação, põem fogo em carros de polícia, batem nas autoridades, certos de que podem resolver o problema). Mas vão às aulas. Também acho que precisamos de um fundo de greve para nos pagarmos durante a greve. Somente um governo que sabe que está errado e incompetente continua a pagar-nos quando não estamos trabalhando. É uma palhaçada completa, desde o dono do circo até os executores do espetáculo. Somos criativos, precisamos de um sistema diferente de protesto, porque nas nossas mãos está o preparo do nosso povo em ciência, literatura e tecnologia. Povo que não domina a ciência terá dificuldade até em obter alimentos no futuro próximo.

No Japão, os professores e alunos grevistas vão às aulas e determinam uma hora para passeatas, discursos e quebra-quebra. Mas vão às aulas.

Caminhos: O senhor enfrentou problemas ao questionar alguns dos valores da "revolução" de 64. Como foi mesmo essa história?

Kerr: Fui preso duas vezes: em 1964, sem muitas conseqüências, e em 1969 com a proibição de sair do País, por estar incurso na Lei de Segurança Nacional. Essa segunda vez foi provocada por um discurso que fiz numa das três últimas tribunas que me restavam: minhas aulas na Faculdade, minhas declarações na SBPC e minhas falas na igreja. Falei numa aula de genética contra a tortura em geral e a da freira Maurina Borges em particular. Fui imediatamente dedurado por um garoto da TFP, às 10h um carro me levou e passeou comigo duas horas e 15 minutos, com ordem do delegado Miguel Lamano para que todos vissem que tinham prendido o professor Kerr. Também fui colocado na lista do general Frota de 97 comunistas que ocupavam cargos importantes no País (publicada a 24.11.77). O perigo dessa

lista é que foi uma demonstração de como o nosso Exército era mal informado. Continha gente morta, gente que estava fora do País e gente que mesmo que quisesse não poderia ser comunista por não ser aceita pelo partido.

Caminhos: Na sua opinião, o MEC está travando o bom combate? Se o presidente Collor lhe dissesse: "Professor Kerr, faça três pedidos relacionados à educação que amanhã mesmo os implementarei", o que o senhor responderia?

Kerr: O MEC está nas mãos de um homem inteligente, o professor José Goldemberg. E ele está se arriscando, se não fizer uma boa administração, a ser o mais xingado ministro da história. É que pertence a um governo muito ruim, que até agora não deu importância à educação. O presidente Collor parece um Midas às avessas: tudo o que toca apodrece. Até a idéia ótima dos Ciacs parece já estar metida até o pescoço numa enorme corrupção. Meus três pedidos ao presidente seriam cinco: 1) destinar 30% do orçamento nacional à educação; 2) melhorar os salários dos professores, nos três níveis diferenciados conforme a produção didática, científica (ou artística ou literária) ou de extensão; 3) melhorar a qualidade dos professores, nos três níveis; 4) usar os 50000 funcionários que estão parados na alfabetização; 5) punir exemplarmente qualquer corrupção na área da educação.

Caminhos: Dizem que somos dependentes culturais crônicos, envergonhados da nossa condição de brasileiros. O senhor, que participou da organização de várias universidades, acha que o modelo americano que importamos é a melhor solução para a Universidade brasileira?

Kerr: Não tenho dúvida que, em geral, o brasileiro se envergonha de suas origens. Fazemos piadas com portugueses; depreciamos os negros; não nos importamos com as injustiças praticadas contra os índios. A universidade poderia ter um grande papel em eliminar esses três pecados. Mas os alunos preferem as roupas americanas que as nordestinas (com a saudável exceção dos gaúchos). Nas festas, 80% das músicas são americanas e a bebida preferida é o "whisky" ou a coca-cola (com exceção dos maranhenses, que têm as deliciosas Geneve e Cola-Jesus). Até a nossa música caipira virou "country" e os pseudo-caipiras, em vez de cantar o luar do sertão, a estrada de Ouro Fino, o cavalo baio, o rei do café, etc, só cantam sacanagens. Quanto ao modelo americano de universidade, acho-o excelente. Na minha opinião, os maiores passos na educação superior do Brasil foram a fundação da USP em 1936, do CNPq em 1948, da Unesp em 1958, a primeira FAP em São Paulo, em 1962, uma universidade em cada Estado, desde a centenária UFRJ até a de Roraima e Tocantins; e a instalação de cursos de pós-graduação a partir de 1968. Estes têm sido copiados dos Estados Unidos que hoje são padrão para o Japão, Alemanha, França, Inglater-

ra, Itália. É uma experiência que deu certo.

Caminhos: O senhor, o professor Beraldo e o professor Darcy Fontoura são considerados viciados em SBPC...

Kerr: Sou vidrado nas reuniões anuais da SBPC. É uma universidade ambulante. Aprendo demais.

Caminhos: Como o senhor avalia a produção científica brasileira em geral e da genética em particular?

Kerr: A produção científica brasileira deveria ser matéria de um livro como o do Darcy Ribeiro: "Aos trancos e barrancos". É como ela vai progredindo. Porém, a genética me parece progredir mais que as outras. Em 1963, lembro-me que a genética brasileira era considerada a 3ª do mundo, apenas abaixo dos Estados Unidos e da França. Hoje, devemos estar beirando o 10º lugar. E o que nos falta? Melhores ordenados, mais viagens ao exterior, melhores laboratórios, mais fundos para levar todos os jovens geneticistas pelo menos aos congressos brasileiros de genética; e mais entusiasmo.

Caminhos: Quais são seus objetivos atuais?

Kerr: Aposentar-me e continuar trabalhando na Universidade Federal de Uberlândia. Orientar uns cinco alunos em iniciação científica, uns quatro em aperfeiçoamento e uns cinco em pós-graduação. Escrever as publicações referentes à enorme quantidade de dados que tenho. Continuar minhas pesquisas em abelhas, flores, hortaliças e frutos. Morrer e ser enterrado em Santana de Parnaíba com meu caixão envolvido pelas bandeiras do Brasil e do PT.

O brasileiro se envergonha de suas origens. Fazemos piadas com portugueses; depreciamos os negros; não nos importamos com as injustiças contra os índios.

Caminhos: Brieger teve alguma influência em sua carreira? Como era trabalhar com ele?

Kerr: É claro que o professor Brieger teve influência em minha carreira. Primeiro, pela liberdade de pesquisa que me deu. Segundo, pela metodologia de trabalho: não admitia chutes em matéria científica. Terceiro - a mais importante -, por colocar pesquisa na universidade. Sem dúvida, o professor Brieger é o mais importante professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz nos seus primeiros 60 anos de existência. A chegada dele perseguido pelo nazismo, em 1936, é um grande marco na história da

ESALQ. Também, vale dizer que F. G. Brieger foi discípulo de Carl Correns. Numa linha papalina, ele é 2ª, eu 3ª geração e meus alunos de aperfeiçoamento e pós-graduação são 4ª geração, a partir do maior dos redescobridores da genética!

Caminhos: E as florestas brasileiras? Mantê-las intocadas? Preservá-las com exploração supervisionada? Transformá-las em campos de pastagem? Destiná-las a assentamento de pobres de outras regiões do País? Submergi-las, transformando-as num imenso lago?

Kerr: Acho que precisamos ter enormes parques florestais federais, grandes parques estaduais e miniparques em cada município. Todos os visitantes deveriam ser examinados para deixar fósforos e isqueiros na entrada. A população do Brasil vem crescendo em taxa superior a 2% ao ano quando, a meu ver, já estamos na época de ter crescimento populacional zero. Com 2% de crescimento populacional por ano, não há floresta amazônica, nem atlântica, nem campo cerrado que resista. O futuro é Índia, Sudão, Nigéria, Saara. Como medida séria, de alcance em 25 anos, dever-se-ia ter um grande programa de controle da natalidade.

Caminhos: Ciclo básico versus ciclo profissional. Pesquisa básica versus pesquisa aplicada. Visão reducionista versus visão holística. Como ficamos?

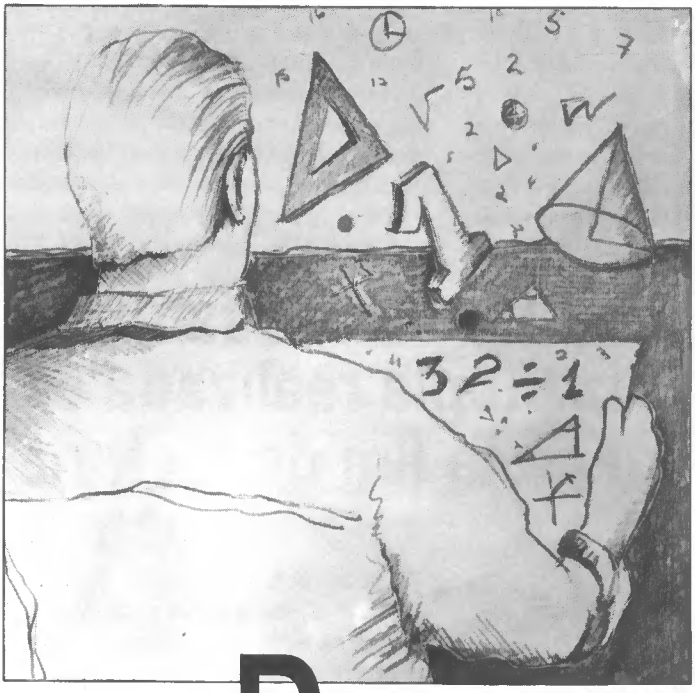
Kerr: O polimorfismo humano indica que devemos ter cursos básicos e profissionais, pesquisa básica e aplicada. Nas pesquisas, quando estudamos detalhes da biologia, a visão é cartesiana. Quando fazemos seleção, a visão é holística. Quando estudamos a espécie de um animal ou planta, a visão é reducionista, mas quando examinamos suas interações na natureza, a visão é integral.

Caminhos: Somos mais ou menos altruístas do que as abelhas?

Kerr: As abelhas são mais altruístas. A razão é genética. Cada mutação que me fizer dar a minha vida pelos meus filhos terá um valor adaptativo pouco maior que o gene anterior. Na abelha, se a rainha acasalar-se com um só macho, ela terá 50% de genes em comum com sua mãe e 75% com qualquer de suas irmãs. Assim, qualquer mutação que faça essa filha ajudar a mãe a produzir mais uma filha (sua irmã), em vez de acasalar-se e ter sua própria filha, terá 33% de vantagem sobre o gene anterior. É a grande descoberta de William Hamilton.

Caminhos: E as abelhas africanas? Não se ouve mais falar delas.

Kerr: Neste caso, cientistas e apicultores deram a volta por cima. O programa de hibridação e seleção de 1963 a 1970 resolveu a agressividade. E a melhor produção fez com que o Brasil pulasse do 27º lugar para o 5º em escala mundial na produção de mel.



DESAFIOS

- O professor José de Anchieta Corrêa, do Departamento de Filosofia da UFMG, analisa como a dominação planetária da cultura capitalista pretende substituir as utopias.
- A professora Maria Inez Salgado de Souza, da Faculdade de Educação da UFMG, se reporta às origens da luta pela universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.
- A repetição de métodos inadequados à realidade nacional é um problema abordado pela professora Sônia Pinto de Carvalho, do Departamento de Matemática da UFMG, na formação do professor de matemática.

José De Anchieta Corrêa

Cultura capitalista se diz utopia realizada e decreta fim da história

Nos dias atuais, a Universidade brasileira, em específico a Universidade Pública brasileira - uma vez que é nela que se reconhecem projetos, caminhos, lutas e conquistas que merecem esse nome - se vê questionada como nunca. Questionada tanto pelo próprio Estado, seu principal mantenedor, quanto por grande parte da sociedade civil e, mais grave ainda, questionada dentro de si mesma. É nesse quadro que nos é proposto refletir sobre a relação Universidade e Utopia. Tarefa que não é de fácil desempenho, sobretudo quando o mundo é tomado por um espetáculo e uma orquestração jamais vistos, proclamando o fim da história e o fim das utopias.

Ilustração dessa nova ordem são as imagens da Guerra do Golfo Pérsico, ainda ontem transmitidas pela mídia, que as potências imperiais nos ofereceram zelosa e repetitivamente, com brilho e sabor de espetáculo pirotécnico, tentando fazer com que esquecêssemos a terrível realidade da guerra, empresa de morte, falsamente justificada pela absurda pretensão de conquistar a paz pela força das armas.

Na verdade, aquelas imagens tinham por metamensagem negar que ali estava em jogo a resposta de um tempo e de uma cultura ao desafio universal proposto a todo homem. Desafio face ao qual decidirá sua vida, forjará seu destino. Destino para o qual só existem duas possibilidades irrecusáveis e contrárias: aceita matar seu irmão e retorna à barbárie ou renuncia a essa empreitada de morte, transmuta-a em símbolos, linguagens

e obras e recria a vida, inaugurando a história humana. Toda a atenção era, ao contrário, seqüestrada a favor do admirável desempenho da tecnologia militar que, matemática, certeira, limpa e anonimamente, escolhia e acertava alvos. Alvos convertidos em sinais eletrônicos que os cérebros da informática captavam aparentemente despidos, aliviados de todo traço humano. Admirável mundo novo, até então jamais sonhado. Tudo o que se lhe opõe desmancha-se no ar. Todavia, não era a aventura da modernidade que o vídeo captava. De fato, era o fim da história que era registrado e documentado.

Os últimos acontecimentos do Leste Europeu só fizeram agravar tal cenário, na medida em que a mesma mídia, a serviço dos mesmos poderes, tudo fez para converter e reduzir a vitória da liberdade sobre a tirania, do estado de direito sobre a impostura policial e ditatorial, na afirmação do estabelecimento do capitalismo por todo o planeta, pondo fim às ideologias que se lhe opunham. Será como se o reconhecimento de ideais traídos desmentisse as razões que os sustentaram; anulasse as desigualdades e injustiças por eles denunciadas; apagasse a chama de esperança que acenderam; declarasse perdida a aposta a favor do homem por tais ideais mantida.

Como, então, nesse clima, falar de utopia? De que forma ligar Universidade e Utopia? Assim proceder não seria, igualmente, declarar sua morte?

Caminho de Oséas

Em tais situações, só nos resta fazer face ao obstáculo, ou seja, freqüentar e conhecer de perto essa nova ordem, essa cultura planetária e dominadora para descobrir, mais além desse visível, o invisível que a mantém e lhe dá sobrevida. Outro não foi, outrora, o caminho sugerido ao profeta Oséas para prosseguir em busca da Terra Prometida: tomar por esposa a prostituta e fazer dela a mãe de seus filhos.

A mídia tudo fez para reduzir a vitória da liberdade sobre a tirania, do estado de direito sobre a impostura ditatorial, na afirmação do capitalismo por todo o planeta.

Semelhante estratégia nada tem a ver com adesão, conluio ou pacto com a ideologia do lucro e da competitividade. É que não há mais como ignorar ou pôr-se a salvo da cultura capitalista. Não que através dela uma unidade tenha sido conquistada e refeita, qual nova Paz Romana. Ao

contrário, porque a possível, almejada e necessária unidade do homem consigo mesmo, com os outros homens e com a natureza foi perdida, feita refém, capturada pela astúcia do mais forte, do mais rico, do mais armado, na cegueira da competição e do lucro sem limites. É que a cultura capitalista fez morada por toda parte. Hoje se pode dizer que já não se vê mais suas bordas. Seu centro, desigual mas não menos eficaz, está por toda parte: no bairro classe A e na favela da periferia, no homem comum e no homem doutor, no sem fé e no dito religioso, nas grandes assembléias e nas pequenas reuniões de condomínio, enfim, nas macro e nas microestruturas.

No caso específico da Universidade,isto se impõe, de maneira particular, na medida em que a cultura capitalista é sustentada pelo progresso e dominação cada vez mais eficazes, velozes e avassaladores da tecnologia sobre todo o universo conhecido e mesmo desconhecido. E tudo isso só foi possível graças ao prodigioso avanço do conhecimento, das ciências de ponta, presumidamente produzidas na Universidade.

Freqüentar, pois, a própria cultura capitalista, lá onde ela se mostra em todo seu esplendor positivista: no prodigioso avanço da ciência posta a serviço da técnica, aliada à quase ilimitada lógica dos computadores operando nos laboratórios, indústrias e em empresas de toda sorte. Freqüentá-la significa mais que aprender e dominar tais conhecimentos e técnicas. Significa, sobretudo, conhecê-la em sua práxis cotidiana e efetiva, para verificar, para além de seu mágico desempenho, o modo de vida, os valores, os gestos, os comportamentos que ela efetiva.

Imperativo também se faz freqüentar igualmente essa mesma cultura vitoriosa e planetária lá onde é negada: o mundo dos oprimidos, dos banidos dessa sorte. Cientes de que, por uma espécie de astúcia diabólica, essa exclusão é, ao mesmo tempo, a mais violenta e aprisionante inclusão. É que, excluídos de ter acesso e usufruir dos bens dessa cultura - mesmo cruelmente contribuindo com sua força e trabalho para sua produção -, são obrigados, mais cruelmente ainda, pela força e artimanhas de sua sedução, a registrá-la lá onde, também, se registram todas as fantasias, fantasmas e delírios - no puro mundo do imaginário, onde todo limite se desfaz.

O que pode resultar da cultura capitalista assim implantada nessa terra de exclusão e banimento, nesse mundo de miséria, doenças, fome e analfabetismo, senão a instauração da violência sob todas as formas? Violência branca, escamoteada, silenciosa, dirigida contra si mesma: apatias, desilusões, anorexias de toda ordem, numa palavra, loucura. Violência exibida a fortes cores, contra o outro e a sociedade. Violência gritante, exposta a nossos olhos, no dia-a-dia, nas praças e ruas, inundando os jornais e as telinhas de nossos vídeos, objeto obrigatório dos comunicados das autoridades, dos discursos hipócritas dos faturadores de toda ordem. É que a cultura capitalista instaura entre os excluídos a práxis fundada no princípio de que "não levo vantagem em nada", traduzida por sua contrafacção ime-

diata e mais visível: "é preciso levar vantagem em tudo". Levar vantagem em tudo, mesmo às custas da vida de meu irmão, da aniquilação de minha sensibilidade, da impossibilidade de amar, termina por ser o traço de união entre excluídos e incluídos dessa cultura.

Essa dupla freqüentação da cultura capitalista, em seu verso fantástico e seu anverso miserável, ambos aparentemente sem limites, nos revelará sua face oculta projetando-se no espelho do tempo como a primeira e única utopia realizada. Eis aí o verdadeiro significado de todo esse espetáculo, de todos esses discursos proclamando o fim da história e a morte das utopias. É que a cultura capitalista funciona, para os privilegiados nela incluídos, como lugar onde todas as pretensões são possíveis e, ao mesmo tempo, para os miseráveis dela excluídos, como espaço vazio, imaginário onde os problemas são falsa e automaticamente solucionados. Assim, apresentar-se como utopia realizada é, na prática, selar de morte toda utopia e proclamar o fim da história.

Tarefas

O que então dizer sobre a relação Universidade versus Utopia? Em outras palavras: dado que a Universidade é o lugar, por excelência, da produção, transmissão e extensão do conhecimento a toda a sociedade, qual então a tarefa a ser cumprida, quando certa cultura hegemônica decreta o fim de todas as utopias, fazendo pretensiosamente crer ser ela própria uma "utopia realizada"?

Ao percorrermos as trilhas dessa cultura por toda parte nos foi dado ver o espectro da morte. Ora travestida na ilusão da perfeição, da promessa do desejo satisfeito, do progresso ilimitado sob o império da aliança ciência-tecnologia, alimentado pela acumulação do capital em benefício dos interesses de uma minoria. Ora sem pudor ou disfarces, escandida nas diferentes formas de aniquilação do próprio homem, por toda parte e por todos os modos presente no mundo dos excluídos. Num e noutro, voto e culto da morte.

Não resta à Universidade senão restaurar o elo perdido, a aliança entre o conhecimento e a vida.

Nesse contexto, não resta à Universidade senão restaurar o elo perdido, a aliança entre o conhecimento e a vida. Restaurar esse elo perdido é afirmar ser o homem por inteiro, que conhece e deve fazê-lo em função da vida. É dar conta da inserção do sujeito que conhece no objeto do conhecimento, denunciando as falsas

neutralidades metodológicas, conscientes de que em algum lugar a clivagem entre o sujeito e o objeto é arbitrária e por isso é necessário pôr a nu a contaminação, a perturbação operada no campo do conhecimento, não para purificá-lo, mas para tomá-lo em sua realidade perspectivista, como um campo, e inseri-lo no mundo da vida. Sabendo que perspectivismo e contaminação não são algo exterior ao conhecimento, de que outro especialista deveria dar conta, mas condição mesma de todo conhecimento humano, registrada até mesmo pelos físicos, ao afirmarem que todo objeto visto é outro, pelo fato de ser visto. Em síntese, é reconhecer que só se conhece em regime de finitude, registro de toda vida humana, ou seja, em presença de um "não" vital e criador: face ao outro, que me nega e é por mim negado, mas que assim fazendo do mesmo modo me afirma e é afirmado. Condição humana inserida na dimensão do tempo que nos desloca sempre, sustentados que somos pela negação do que já passou e tensionados pelo apelo do que será, ou ainda não é. Eis o remédio para todos os dogmatismos e falácias de nosso tempo.

Para onde apontam todos esses registros exibidos pelo laço operado entre o conhecimento e a vida, senão para a restauração da história e para a compreensão da utopia como horizonte da vida de todo homem? Não necessariamente para a construção de uma nova utopia, termo da história, lugar ideal por todos desejado mas irrealizável. Mas para a reafirmação da utopia como regra e medida do homem. Lugar e modo sempre produzidos através de sínteses incompletas, eivadas de déficits, expressão da continuada e infinda insuficiência humana, modo de se livrar da perfeição da morte, astúcia saudável da razão humana.

Assim restaurada a utopia, sairemos desse regime de perplexidade e niilismo, fruto da crença segundo a qual em algum lugar, através do progresso da ciência e tecnologia, se pôs termo a nossos problemas, com a condição de dizermos sim à nova ordem planetária. Libertos dessa ideologia sem amanhã, conheceremos a esperança, contrário e negação de toda espera porque plenitude e fruição antecipadas, prazer de caminhar.

José de Anchieta Corrêa
Professor aposentado do Departamento de Filosofia da UFMG

MARIA INEZ SALGADO DE SOUZA

Por que a universidade pública, democrática e de qualidade

A discussão que aqui se coloca pretende ser antes de tudo política, mais que uma digressão acadêmica, apesar de estarmos conscientes de que o político não se separa de outras instâncias a não ser artificialmente, ou por uma questão de método. Por uma questão de método - já que neste momento o político "se superpõe às outras dimensões da realidade" que aqui queremos discutir - esta análise se pauta antes de tudo por aquela dimensão, sem perder de vista, no entanto, o debate acadêmico que se realiza hoje sobre a Universidade.

O eixo desta discussão, a nosso ver, deve passar por dois momentos em que historicamente a questão esteve colocada: o movimento pelas reformas de base dos anos 60 e sua derrota pelo golpe de 1964, e o movimento pela redemocratização do País após os anos de autoritarismo vigente, e que culmina com a "campanha das diretas" e a nova Constituição. A defesa da universidade pública esteve presente em ambos os momentos e, se ela se manteve durante os anos do autoritarismo mais ferrenho, hoje, mais do que nunca, é preciso que seja retomada com firmeza e transparência.

Ao apontar, pois, o eixo histórico de discussão da universidade pública, estamos querendo enfatizar uma dimensão pouco discutida no movimento docente, que consiste em não se perder de vista a inserção maior da questão universitária dentro do processo histórico brasileiro e de sua condição de país dependente. Sem analisarmos desta maneira, parece-me

que se torna difícil buscar as formas de superação do nosso problema: que universidade queremos?

Sem ignorar as contribuições à discussão e o nosso débito para com aqueles que nos precederam nesta análise, gostaríamos de propor um enfoque mais globalizante do que os até agora apresentados. Voltando ao que foi acima sugerido, com relação aos dois momentos de inflexão na definição do modelo de universidade brasileira que temos e que queremos ter, colocaremos a seguir como e por que esses dois momentos se articulam entre si e como se inserem no contexto mais amplo da luta pela emancipação do País pelas forças sociais progressistas.

Luta e resistência

A luta pela universidade pública vem sendo torpedeada há anos pelas forças conservadoras nos seus "lobbies" diversos. Ao mesmo tempo, a Universidade que aí está é um produto híbrido, fruto de contradições, que veio resistindo aos anos de autoritarismo, forças privatizantes e forças internas oscilantes ora para o lado dos privatistas, ora para o dos progressistas, ao sabor dos seus interesses momentâneos. Esse produto híbrido e fruto tardio foi criado pelo Estado e por ele vem sendo mantido ao sabor das conveniências dos grupos dominantes no País. Sua primeira finalidade foi dotar o País de uma elite moderna: isto é, ela foi constituída para proporcionar os quadros para a direção e modernização do País.

É só após os anos 40 e sobretudo durante os anos 50 e 60 que a Universidade vai-se preocupar com a formação de uma massa crítica com finalidade oposta à formação das elites: a superação de problemas estruturais de uma sociedade subdesenvolvida. Esta foi a finalidade por que se bateram os professores e alunos no movimento pelas reformas de base que antecedeu 1964. Após 1964, a luta pela universidade pública foi arquivada em favor de outro projeto: o tecnicista. É dentro desta nova visão que se molda a Universidade que temos hoje e que veio para atender a um momento específico: o do realinhamento econômico do País ao lado do capital monopolista no regime pós-64.

Portanto, o projeto democrático de universidade foi arrebatado e em seu lugar colocou-se a estrutura que hoje temos e cuja filosofia continha nítidos contornos tecnocráticos. Não foram outros senão os tecnocratas os seus inspiradores e executores. Desde o período Roberto Campos no Ministério do Planejamento, acentuando-se ainda mais depois da criação do IPEA, que os seus técnicos deram o tom da política educacional, aliás, em conflito aberto com o MEC, a quem acusava-se de incompetência no gerenciamento da formação dos "recursos humanos" de que carecia o País para o seu desenvolvimento. (1)

Tal conflito durou pouco, porém foi apenas uma questão de tempo para que os burocratas do MEC assimilassem o idioma do Miniplan e isso se deu com desenvoltura a partir da gestão do então ministro da Educação Jarbas Passarinho. É bom lembrar que

a tecnocracia educacional, inspirada nos Estados Unidos, teve nítidas conotações militares, como ocorreu no caso de diferentes projetos que tiveram a sua matriz na famosa Rand Corporation, instituição que fornece estudos para o Pentágono, nos Estados Unidos.

O resultado foi o silenciamento de 15 anos ou mais, em que a Universidade, ainda que resistindo por um lado, principalmente através de sua produção científica na área das Ciências Sociais e Humanas, do outro resignou-se ao papel a ela atribuído por partidários da visão tecnocrata, tão bem ilustrada no documento "A educação que nos convém", típico paradigma de um ensino universitário voltado apenas para a produção e, portanto, para as elites. (2)

Primeiras vitórias

Sintetizando este primeiro momento, diríamos que a Universidade conseguiu algumas vitórias, apesar de tudo. Entre essas conquistas, estão a carreira docente e dos servidores técnico-administrativos que se profissionalizaram; a democratização interna que se seguiu à estruturação em departamentos, com a extinção da cátedra vitalícia e o aumento da participação dos vários segmentos em órgãos colegiados.

No entanto, só estas conquistas não bastaram para conseguirmos uma universidade pública democrática e de qualidade. No plano acadêmico, o desenvolvimento científico e, embrionariamente, o tecnológico, foram adquirindo mais desenvoltura enquanto propostas da Universidade, através do surgimento de cursos de pós-graduação. Estes, no entanto, também foram criados de cima para baixo, atendendo a demandas específicas de certas clientelas. Dialeticamente, porém, aí também se sediou a crítica constante ao sistema educacional vigente (principalmente a partir de 1980), e ainda formulou-se a crítica aos condicionantes sociais da produção acadêmico-científica.

O projeto democrático de universidade foi arrebatado e em seu lugar colocou-se a estrutura que hoje temos e cuja filosofia continha nítidos contornos tecnocráticos.

Nem tudo foram flores, porém. O arquivamento do projeto tecnocrático em suas últimas conseqüências - entre as quais se encontrava o projeto de extinção da gratuidade - seria uma questão contingencial. Na nossa análise, o congelamento dos propósitos

privatizantes tem sua solução de continuidade com diversos projetos a partir, principalmente, de 1984. É então que se inicia o segundo momento de inflexão desse eixo que aqui estamos tentando retraçar.

No bojo de um momento de transição política, quando a Nação se mobilizava em torno de um projeto de redemocratização, vai-se também procurar um novo modelo de universidade. No embate que então se travou, iniciado com a campanha das diretas e culminando com a votação da Constituição, o espaço democrático reconquistado permitiu que as forças progressistas desenhassem novamente sua utopia. Contudo, as forças da oposição conservadora, sempre presentes, não deixaram de atuar, e reconstituiu-se no Congresso o "lobby" privatista da educação.

Projetos privatistas

No caso da universidade, o projeto privatista retomou seu ímpeto e sua força com o "Projeto Geres" e, mais recentemente, com o "Projeto Chiarelli". Mas é de se perguntar: quais são os outros projetos que aí estão sem mostrar sua face, que nós da comunidade universitária ainda desconhecemos?

Ainda somos regidos pela lei da Reforma Universitária de 1968, a Lei 5.540. Por outro lado, se nos perguntarmos quem são hoje os responsáveis pela política universitária no MEC, veremos que muitos deles são elementos recrutados nos quadros do regime autoritário. Deixando de ser exclusivamente uma função do MEC, a formulação da política educacional foi, nos anos 70, objeto e área de influência do Miniplan, voltando ao MEC e dali passando a ser traçada pela Capes e CNPq, no que toca à política de pós-graduação. A graduação passou a ficar em segundo plano, uma vez que os quadros médios profissionais esgotaram sua capacidade de expansão com o fim do "milagre". Por sua vez, isto comprometeu a continuada expansão do quadro docente e dos regimes de tempo integral e DE. Daí surgirem os mecanismos como a CPPD, com sua aparente estrutura democrática, justificando a negação da expansão interna.

Outro mecanismo que vem servir justamente aos tecnocratas do MEC são as chamadas "normas acadêmicas" para o alunado que, se aparentemente procura proteger os direitos dos estudantes, por outro lado reedita, agora já sem resistência, a antes repudiada medida do "jubilamento". Recusou-se o projeto do Geres, mas, no entanto, aí estão as fundações e outros mecanismos de prestação de serviços de caráter inequivocamente privatizante porque eximem o poder público federal, encarregado de manter a Universidade, de fazê-lo. Procura-se hoje, internamente, suprir todas as necessidades básicas da Universidade, da manutenção à vigilância, do corpo de funcionários dos hospitais universitários ao financiamento de cursos de especialização, através de mecanismos internos que fragilizam a existência da Universidade enquanto órgão público.

Condições precárias

Há quem não veja nenhum mal extrínseco nisso, uma vez que tais mecanismos permitem a sobrevivência das atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão. Mas resta outra vez indagar agora: a quem têm sido destinadas tais atividades? E mais: qual está sendo a qualidade destas ações? Em que condições hoje se trabalha nos cursos de graduação? A partir de nossa própria experiência, diríamos que elas são precárias: não temos verba, não se fazem avaliações dos cursos e, para piorar, nem professores em número suficiente se tem hoje em alguns cursos.

Cabe a esta discussão problematizar de quem seria a responsabilidade por tal estado de coisas. Esta problematização nos leva a dois fatores que, por sua vez, desembocam na questão recorrente: a privatização. Uma vez proposto o modelo tecnocrático de universidade, ele foi implementado e serviu ao sistema até que as contradições levaram à mudança da natureza do regime militar-tecnocrático. Iniciou-se então o momento de transição democrática do qual, ao que parece, estamos nos limites. Paralelamente, as elites modernizadoras também se recompuseram, exigindo um novo pacto com o Estado, que culminou na eleição de Fernando Collor de Mello. Aí, deu-se o que todos já sabem: reinstalou-se no País a retórica da modernidade, que dessa vez vem com roupagens neoliberais.

O impacto do novo modelo sobre a Universidade está sendo sentido antes negativamente do que afirmativamente, como se dera com os militares. Tanto em Brasília como na mídia produzida no eixo Rio-São Paulo, engendram-se discursos sobre a ineficiência universitária, com o aparente corolário de que a eficiência buscada só virá quando o ensino for pago e as pesquisas financiadas pela indústria. Se verificarmos os discursos do IPES (3) nos anos 60, veremos que é muito semelhante. Aquela instituição produziu e emprestou seus quadros para que os governos militares implementassem medidas altamente concentradoras de renda e elitizantes.

Em Brasília e na mídia engendram-se discursos sobre a ineficiência universitária, com o aparente corolário de que a eficiência só virá quando o ensino for pago.

Ao lado disto, se verificarmos os agentes que no presente momento vêm dando as coordenadas da política universitária nos ministérios aos quais a educação superior está afeta, eles são ainda hoje os mesmos tecnoburocratas de ontem. Cabe perguntar se não seria uma mera casualidade, mas algo bem orquestrado dentro de uma

correlação de forças que, por algumas vezes, esteve em seu desfavor.

Hoje, no entanto, parece que o MEC está de pleno acordo com os planos de ontem, quando se fala na questão, por exemplo, da cobrança das anuidades. A pós-graduação caminharia, segundo esta visão, no sentido de se desligar da graduação e extensão, constituindo com a pesquisa os núcleos de "excelência", quem sabe os embriões dos "centros de excelência". A ela caberia dar a tônica das unidades de ensino e pesquisa, ficando os cursos de graduação com as "sobras". Não sabe o Brasil que tanto imita, que neste caso está imitando mal e defasado em décadas, quando nos países do Primeiro Mundo, agora, o que se está vendo é a revitalização do ensino e da graduação. E que para se ter um cargo permanente de professor, hoje, o que se pede, nas grandes universidades norte-americanas, é que ele seja um bom professor.

Projeto neoliberal

Contudo, não estaríamos discordando aqui do apoio e cuidado que se empresta à pós-graduação e à pesquisa, não fossem estes os pilares em que parecem apoiar-se as forças privatizantes. Por exemplo, tem-se a questão dos "centros de excelência", que se constituiriam, então, a partir da pós-graduação, já que a graduação tornar-se-ia privada com a instituição das taxas escolares. Quanto aos docentes, aqueles envolvidos com a pós-graduação e a pesquisa receberiam prêmios e incentivos, ao passo que os outros se tornariam aulistas, repetindo cursos insossos, pois que desligados da produção acadêmico-científica. Ora, se é isto que se critica e se quer evitar, como propor a separação de ensino, pesquisa e extensão? Esta é a lógica que não se pode compreender, a não ser que perscrutemos um pouco mais o que se vem chamando, na falta de melhor terminologia, de "projeto neoliberal".

Neste projeto, o que se quer é fornecer as condições para que o Brasil possa retomar sua participação como parceiro no processo de acumulação capitalista mundial. Para que consiga isto, o Governo Federal vem fazendo diversas demarches no cenário internacional, para a renegociação da dívida externa e retomada de participação nos mercados. Paralelamente, vem sendo assessorado por tecnocratas, para os quais o processo de encolhimento do Estado é fundamental para a consecução dos fins propostos, acima descritos. Nesse sentido, ele tem contado com parceiros muito importantes e já acostumados a ditar as normas para que um país se adeque ao jogo das grandes economias mundiais: FMI e Banco Mundial são dois deles. (4)

Neste momento, o Brasil vem contando com a assessoria e mesmo pressão daqueles organismos internacionais para que se enquadre no novo modelo que deve vigir para os países dependentes neste final de século. Este novo modelo parte da necessidade expressa pelos três grandes complexos transnacionais (5), de uma abertura dos mercados dos países do Terceiro Mundo. Esta teoria vem sendo

desenvolvida com cuidado por observadores dos complexos transglobais os quais, por sua vez, se servem de uma extensa rede de comunicação fechada para dominar mercados e conhecimento, com o qual se continuará mantendo a hegemonia econômico-financeira do Primeiro Mundo. (6)

Neste quadro, ainda que muito sucintamente descrito, países como o Brasil e os demais países da América Latina estarão alijados, a não ser que recomponham seu poder de crescimento. Para tal, eles necessitam ao mesmo tempo de quadros científica e tecnologicamente preparados e vontade política para administrar os conflitos com os interesses transnacionais já instaurados. É aí que a Universidade terá um papel a cumprir.

Parecem-nos, contudo, equivocados os encaminhamentos que vêm sendo dados, neste sentido, à questão universitária, de desvincular a pesquisa e a pós-graduação das outras atividades-fim da Universidade, retirando-as do âmbito do MEC e colocando-as no da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, como se a produção do saber não devesse ter vinculação alguma com a sua transmissão e vice-versa. Isto só vai concorrer para o empobrecimento e amesquinhamento dos cursos profissionais das universidades, que estão, sim, necessitando de novo oxigênio, um impulso que poderia vir da pesquisa e da extensão, se para tanto se criassem mecanismos.

Uma última reflexão se faz necessária aqui, quanto ao papel que vem tendo o aviltamento salarial na Universidade para o seu desmonte interno, servindo assim para se apressar o processo de sua transubstanciação numa nova instituição "sem vícios". Já se comentou o que têm representado as "fundações" dentro do âmbito universitário; o outro mecanismo privatizante seria o encolhimento funcional, restando um número reduzido de docentes e técnicos administrativos afinados com os novos propósitos, passando-se assim por um processo de depuração natural.

A história não tem retorno, mas o processo dialético de superação das contradições pode ser o gerador de um modelo de universidade para a sociedade brasileira.

Uma contraproposta

Concluindo, deveríamos aqui tentar apontar caminhos, possíveis saídas para que ainda se possa reverter a situação de descaso e crise em que a Universidade se encontra. Vale voltar aqui à questão inicial: que universidade desejamos, qual a nossa contraproposta? Sabemos que a história não tem retorno, mas o processo dialético

de superação das contradições, este sim pode ser o gerador de um novo modelo de universidade para a sociedade brasileira. Defendemos, sim, a universidade pública e gratuita, não esta que aí está, produto híbrido, fruto da tecnoburocracia, modelo esgotado em sua proposta de servir a um dado momento histórico. Ela precisa ser preservada, porém, naquilo que for importante para a continuidade da luta pela produção de um conhecimento genuíno, livre das peias que se colocam dentro de uma ótica apenas utilitarista.

É preciso que se construa - e logo - uma universidade pública afinada com os novos tempos, mas no sentido de uma contribuição para a real democratização da sociedade brasileira e distribuição equitativa do saber acumulado. É necessário pôr fim à elitização desse saber, ao isolamento acadêmico, à separação interna entre as categorias, seja entre docentes e pesquisadores, seja entre docentes e servidores técnico-administrativos. É preciso que se criem mecanismos de interação entre os segmentos, fundados num novo modelo de relações interpessoais a serviço do ensino, pesquisa e extensão. Para que isso seja possível, devemos desenhar juntos o nosso projeto de universidade e trabalhar em uníssono para torná-lo real.

REFERÊNCIAS

1. SOUZA, M. I. S. de. "Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964", Petrópolis, Editora Vozes, 1981 e COVRE, M. L. M. "A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 64-81", São Paulo, Brasiliense, 1983.

2. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/IPES. "A educação que nos convém", Rio de Janeiro, APEC, 1969.

3. Refiro-me ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, op. cit.

4. HAYTER, Teresa. "The Creation of World Poverty", Londres, Pluto Press, 1981.

5. A tríade é constituída pelos macromercados do Canadá, México e Estados Unidos (EU-CAN-MEX), a Europa-92, e o Japão e os tigres asiáticos. Ver DREIFUSS, René A. "Transformações globais: uma visão do Hemisfério Sul", Rio de Janeiro, PACS, 1991.

6. DREIFUSS, René Armand. "Transformações globais: uma visão do Hemisfério Sul", Rio de Janeiro, PACS, 1991.

Maria Inês Salgado de Souza
Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG

SÔNIA PINTO DE CARVALHO

Falta de método cria vácuo na formação do professor de matemática

Quem é hoje o professor de 3º grau em matemática é difícil de dizer. Porque esses professores atuam em vários lugares - nas licenciaturas e bacharelados em matemática, nas pós-graduações em matemática, mas também nos cursos de engenharia, arquitetura, informática, estatística, física, química, economia, farmácia, biologia, etc, etc.

É difícil até dizer quantos somos hoje. Só em Belo Horizonte, encontramos departamentos de matemática na UFMG, na Católica, naNewton de Paiva, na Fafi-BH e no Cefet, e professores de matemática na Fumec, UNA, Isabela Hendrix... Todas as universidades federais têm departamentos de matemática e só no Estado de Minas Gerais existem mais 5, além dos da UFMG e do Cefet.

A Secretaria Estadual de Educação estima em 400 o número de professores de matemática no Estado, atuando em licenciaturas em educação, tirando as federais. Isto nos dá uma idéia da magnitude da população que atua no 3º grau em matemática. Todos trabalhando, enquanto professores, para a formação de licenciados, bacharéis e profissionais de ciências exatas e técnicas.

Que preparação têm esses professores para o magistério superior? Esta é outra questão difícil de ser respondida, dado não só o número de professores, mas também o fato de estarem espalhados por escolas e faculdades de ciências em geral.

Numa tentativa de responder à questão, observemos o corpo docente do Departamento de Matemática da

UFMG, que não difere muito dos departamentos de matemática das federais das grandes cidades do Brasil. Atuando no 3º grau hoje, temos 61 professores, 56 dos quais com pós-graduação em matemática (6 especialistas, 29 mestres e 21 doutores). 82% do corpo docente são mestres e/ou doutores em matemática (só computamos a titulação mais elevada). Quanto à formação em nível de graduação, 31 são bacharéis em matemática, 4 em física, 13 são licenciados em matemática, 7 são engenheiros e 3 fizeram a graduação no exterior. Dos 31 bacharéis em matemática, 8 são também licenciados.

Os 5 professores não pós-graduados foram contratados entre 1961 e 1971. No último concurso realizado no departamento para auxiliar de ensino, em 1989, foram contratadas 3 pessoas: uma no fim do doutorado, um mestre e a outra terminando o mestrado.

Ao que tudo indica, a pós-graduação em matemática e, em menor escala, o bacharelado, constituem a formação do professor do Departamento de Matemática.

Por outro lado, de 1974 a 1991, o departamento formou 45 mestres, dos quais 40 são hoje professores de matemática de universidades federais e um é professor da Universidade do Porto. Assim, se um professor nem sempre (mas quase sempre) é mestre, um mestre será um professor.

O currículo do mestrado compõe-se exclusivamente de disciplinas de conteúdo matemático. No bacharelado, fora o ciclo básico, a única disciplina obrigatória que não é totalmente de conteúdo matemático é História da Matemática.

A questão do magistério superior vai aparecer na postura, a meu ver correta, de que não há metodologia que funcione sem o domínio do conteúdo. E reflete também uma posição mais geral de que a universidade deve ser um centro produtor e criativo. E o treinamento formal de um pesquisador com uma visão ampla e criativa em matemática é o bacharelado com pós-graduação.

Essa formação exclusivamente conteudística tende a nos tornar reprodutores acríticos de metodologias de ensino. O que acontece com cada um, individualmente, é basear sua prática de professor na sua experiência de aluno. Copiamos os professores de que gostávamos e tentamos evitar fazer o que faziam os que detestávamos. Além disso, os livros-textos são, na sua grande maioria, importados, e apresentam o conteúdo com uma metodologia adaptada ao país de origem. Nós simplesmente os usamos sem levar em conta este fato ou fazer algum estudo sobre isso (às vezes, o que é bom para os Estados Unidos é bom para nós, mas nem sempre!).

Se um bacharel, um mestre ou doutor tem uma formação matemática que lhe permite trabalhar o conteúdo de maneira mais segura, o licenciado que se torna professor de 3º grau sai em completa desvantagem. A licenciatura tem como objetivo a formação de professores de 1º e 2º graus e o conteúdo matemático do atual currículo é trabalhado deste ponto de vista. Eu não tenho conhecimento de nenhum estudo sobre a carreira do estudante for-

mado em licenciatura e não sei quantos dentre os nossos ex-alunos atuam hoje no 3º grau (tenho encontrado alguns atuando nas licenciaturas de escolas particulares de Belo Horizonte). Dentro do Departamento de Matemática, a situação é mais clara: o último licenciado contratado pelo departamento foi em 1980 e ele já estava com o doutorado em andamento.

Atuação

Onde e como atuam os professores do Departamento de Matemática? Atuam no bacharelado, na licenciatura, na pós-graduação em matemática, no ciclo básico e em algumas disciplinas de matemática dos outros cursos, como, por exemplo, no mestrado de engenharia nuclear ou na graduação em economia.

No bacharelado e mestrado, com o objetivo de formar futuros produtores de matemática, esta atuação é razoavelmente adaptada e vemos como resultado que nossos mestres não fazem feio nos concursos que prestam, e se mostram bem preparados quando ingressam em doutorados de outras instituições. É claro que a pesquisa no departamento ainda precisa ser consolidada e que a capacitação docente está aquém do que gostaríamos. Mas, do ponto de vista do magistério superior, encontramos no bacharelado uma experiência pedagógica diferente e extremamente criativa: a iniciação científica. Ela introduz uma relação professor-aluno distinta da existente em sala de aula, permite um trabalho de indagação e a utilização do erro como método de aprendizado. Do ponto de vista do professor-orientador, ela permite uma ligação estreita entre ensino e pesquisa e abre espaços para experiências didático-metodológicas que muitas vezes transformam a prática na sala de aula.

Do ponto de vista do magistério superior, encontramos no bacharelado uma experiência pedagógica diferente e extremamente criativa: a iniciação científica.

Na licenciatura, a questão se coloca de maneira mais delicada. Apesar de 13 dos 61 docentes serem licenciados e 8 serem bacharéis e licenciados, poucos têm alguma experiência no ensino de 1º e 2º graus. Vale lembrar que bacharéis e engenheiros não têm autorização para lecionar no 1º e 2º graus. A metodologia do bom e do mau exemplo continua a ser usada, mas um pouco fora de foco. Mesmo com essa delicadeza, o departamento tem-se mostrado criativo em

experiências pedagógicas em disciplinas de integração entre conteúdo, didática e metodologia (que têm o sugestivo nome de Mat-Escola). E temos um retorno ao encontrar ex-alunos nossos da licenciatura atuando de maneira muito criativa tanto na rede pública quanto na particular. E até mesmo em experiências paralelas, como o método Kumon (1).

Das 104 turmas sob responsabilidade do departamento no 1º semestre letivo de 1991, apenas 21 são específicas da matemática (básico, profissional e pós-graduação confundidos). 80% do nosso serviço são no ciclo básico, para alunos de fora da matemática. Todos os professores do departamento atuam, pelo menos uma vez a cada 3 anos, no ciclo básico, pelas normas internas de distribuição de carga didática (ninguém escapa dessa!). Assim, em termos numéricos, a maior parte do serviço, não só do departamento mas de cada professor individualmente, é no ciclo básico.

Esse ciclo básico é hoje um "colegião", um "hard" 2º grau. Enquanto o número de alunos do bacharelado e da licenciatura é pequeno, o do ciclo básico é enorme. A cada ano ingressam em torno de 800 calouros. Só nos Cálculos, no 1º semestre de 91, tivemos 39 turmas, com uma média de 45 alunos por turma.

Se um mestre ou doutor está bem capacitado para formar futuros pesquisadores, a inexistência de espaços onde sejam colocadas questões sobre o magistério superior me parece conivente com a perpetuação do ciclo básico no estado de "colegião". Frente ao número e à grandeza dos problemas que o ensino básico nos coloca, não é mais possível essa abordagem metodológica tão artesanal. Aparece ressaltada muito claramente uma contradição entre uma formação para a pesquisa, para a produção, para a criatividade em matemática, e uma reprodução não criativa na nossa prática em sala de aula nas disciplinas do básico. Por que podemos ser tão criativos com essa relação pedagógica professor-aluno que é a iniciação científica, e não o somos com relação ao ensino de massa?

É bom lembrar que matemático não é profissão reconhecida, que o mercado de trabalho fora das instituições de 3º grau é muito restrito. A enorme maioria dos matemáticos que formamos será de professores, quase certamente de uma universidade federal, se mestre, e, neste caso, sem dúvida, terá que enfrentar a questão do ciclo básico. E aí, ele não terá nem mesmo o exemplo do professor que ele mais gostava...

Longe de mim querer transformar bacharelados, licenciaturas e mestrados em cursinhos de formar professores. Mas acredito ser fundamental, hoje, garantir e valorizar um espaço para que as questões sobre o magistério superior possam ser trabalhadas entre os atuais e futuros professores de 3º grau. Se a situação continuar como está, veremos a nossa prática no básico tornando-se cada vez mais ineficaz. E nos arriscamos a transferir o buraco que hoje existe entre o 2º e 3º graus para entre o ciclo básico e o profissional.

E se for correta a tendência, que eu percebo, de deixar para os grandes

centros, como a UFMG, a formação de pesquisadores e a produção de conhecimentos, e para os centros menores a responsabilidade da formação de profissionais, talvez seja hora de nos preocuparmos com a formação desse enorme contingente de professores de 3º grau em matemática que atuam por esse Brasil afora.

REFERÊNCIAS

1. O método Kumon é um método japonês, tipo estudo dirigido, que vem sendo usado aqui no Brasil como método paraescolar (ou aula particular). Até onde eu sei, ele se baseia em memorização e automação de resultados de matemática elementar. Por outro lado, ele incentiva muito a independência do aluno e a auto-disciplina.

Sônia Pinto de Carvalho
Professora do Departamento de Matemática da UFMG



DEBATE

- O professor Délcio Vieira Salomon, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG,demonstra que a greve é instrumento de defesa da universidade desde sua criação, na Idade Média.
- A greve de 124 dias na UFMG foi consequência de problemas salariais acumulados, segundo o presidente da APUBH - Sindical, Elias Antônio Jorge.
- A estagnação do pensamento marxista a partir do stalinismo está na análise do professor do Departamento de Filosofia da UFMG, Luiz de Carvalho Bicalho.

DÉLCIO VIEIRA SALOMON

Movimento docente: resistência e luta em defesa da universidade

"A salvaguarda mais importante da integridade universitária era o direito de declarar-se em greve ou o de abandonar a cidade como protesto contra qualquer insulto que se fizesse à universidade"

Joseph Ben-David)(1)

A epígrafe acima é extraída do estudo que Joseph Ben-David fez para a "Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales - vol. X", sobre a origem da universidade no século XII e sua evolução até 1968 (data da primeira edição inglesa da referida enciclopédia).

Esse estudo constitui a principal referência bibliográfica em nossa abordagem, por causa de sua relevância histórica e sociológica: o autor captou a gênese da universidade como corporação, para cuja organização concorreram os estudantes e os professores, formando a "universitas scholarium" e "magistrorum".

As primeiras universidades - Bolonha, Paris e Oxford - surgem como entidades diferenciadas e servem de modelo para as demais que foram aparecendo e se multiplicando (no final

do século XVI, havia 79 universidades na Europa). De acordo com Ben-David:

"São inicialmente grupos de estudantes e professores de todas as partes do mundo cristão que se reuniam em certas cidades para organizar-se em corporações (daí o nome 'universitas'), que significa qualquer tipo de comunidade ou corporação)".(2)

A Universidade de Bolonha era predominantemente "universitas scholarium" e a de Paris era, sobretudo, "universitas magistrorum".(3)

Voltar às origens (até para redescobrir a verdade já descoberta mas oculta pelo tempo - como aconselhava Descartes em seu "Discurso do Método") tem sido sempre uma atitude científica e metodologicamente correta, sobretudo quando se trata de assunto polêmico.

Surge o movimento docente

Se um grupo de pessoas se une para formar uma corporação, a primeira condição para que o fato aconteça é, obviamente, a existência de um movimento - um movimento visando à organização. No caso em tela, a "universitas" implicou movimento de professores e movimento de estudantes - o nascimento da universidade é, por conseguinte, o próprio nascimento do movimento docente.

Pinçando elementos do estudo de Ben-David, detecta-se que esse movimento surge com o escopo de:

a) defender a própria corporação, portanto a universidade;

b) atender à necessidade de sobrevivência da corporação como tal, ou seja, da universidade;

c) resistir às ameaças do arbítrio do poder eclesiástico e das autoridades locais;

d) assegurar o reconhecimento, pelo papa, da instituição como universidade e sua proteção nos conflitos com os bispos locais ou com os cidadãos (o que sempre foi prontamente concedido);

e) garantir a autonomia da instituição, notadamente sua independência, pouco a pouco conquistada, em relação à igreja local;

O movimento docente é o responsável direto pela fundação da universidade, é o autor da universidade.

f) manter direitos, prerrogativas e privilégios, alguns específicos da universidade, outros típicos do movimento docente, como a jurisdição sobre matérias civis e, em certos casos, criminais, a concessão de graus acadêmicos, o direito de ensinar em todas as universidades ("licentia ubique docendi"), o reconhecimento dos professores leigos com "status" de eclesiás-

ticos pelo fato de serem instituições internacionais, a prerrogativa de acolher todas as correntes intelectuais importantes da época, a imunidade dos professores e estudantes diante da polícia e autoridade locais.

Neste inventário de objetivos, direitos e prerrogativas, não poderia faltar a salvaguarda da integridade universitária, lembrada na epígrafe desta comunicação, sobretudo porque o analista-historiador lhe confere a categoria de principal salvaguarda:

"O direito de declarar-se em greve ou o de abandonar a cidade como protesto contra qualquer insulto que se fizesse à universidade".

Tudo isso no século XII, em plena Idade Média - o período considerado por muitos historiadores como o mais obscurantista da história ocidental.

Se a corporação - "universitas" - só se faz através de um movimento, neste, além dos objetivos a alcançar, há de enfatizar-se a participação, organização, liderança, mobilização, capacidade e efetivação de negociação com o poder.

Por mais que a motivação inicial tenha o traço da espontaneidade, esta em si e por si não tem a força da aglutinação e da organização exigida pela corporação.

Sem esses elementos condicionantes, certamente a corporação - a universidade - não teria atingido seus objetivos. A universidade, portanto, não teria varado os séculos e alcançado a posição social e política de que hoje goza em qualquer país.

O movimento docente (tanto quanto o discente) está, como se observa, historicamente situado no momento da criação da universidade. É ele o responsável direto por sua fundação, o autor da universidade. A história da universidade é a história do movimento docente.

Ao debruçar-se sobre a realidade da universidade hoje, o analista haverá de identificar e avaliar em cada fase da evolução a presença desse movimento. Ele pode não ter tido a expressão ou a tipificação do que hoje se consagrou como a instituição "Movimento Docente" ou mesmo o caráter e a sugestionabilidade que a sigla MD lhe confere nos tempos atuais.

Mas, sem sombra de dúvida, tem sido, através de sua organização e de sua capacidade de concertar forças e idéias, mesmo diferenciadas no tempo, a entidade que historicamente mais assumiu a defesa da universidade.

Esta constatação é pertinente, particularmente no momento em que se deu a mais longa greve da Universidade brasileira.

É verdade que, no contexto desta Universidade e com a concepção e identificação de que hoje goza, o MD só ressurgiu como tal no final da década de 70.

MD e universidade

Muitos dos professores de hoje são testemunhas vivas de que a organização do MD foi uma resposta aos anseios da comunidade universitária de dar um basta ao processo de perseguição à universidade.

Existisse o MD organizado e ativo como o de hoje quando se desferiu o

golpe militar, certamente a história da Universidade brasileira seria outra.

Bastaria lembrar que, a partir das associações dos docentes como forma institucionalizada do MD, todas as tentativas e ameaças contra a universidade pública e gratuita empreendidas pelos governos ditatoriais e pelos pseudodemocráticos que os sucederam foram repudiadas veementemente.

À guisa de exemplificação, sejam recapitulados alguns desses momentos históricos:

- a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita (que acabou sendo parcial e restrita) teve no MD, juntamente com os movimentos de esquerda e as entidades progressistas, um de seus principais promotores. Através do MD, a universidade tomou consciência de seu papel na sociedade;(*)

- o grande movimento nacional pela redemocratização do País, simbolizado pela "marcha das diretas-já" e pela instalação da Assembléia Constituinte, em que a universidade, através do MD, constituiu-se em significativa força de atuação (basta rever os documentos da época);

- no âmbito interno da universidade, no início da década de 80, a resistência ao projeto de transformação das universidades federais autárquicas em fundações (primeiro passo, denunciado pelo MD, para a privatização da universidade pública);

- a conquista, em meados dos anos 80, do quadro da atual carreira docente, acompanhado de expressivos ganhos salariais: uma das primeiras greves, em que se patenteou que a defesa da universidade começa pela qualificação de seus professores, pela existência de um quadro permanente de carreira e pela remuneração salarial digna. Se se fizer um levantamento, constatar-se-á que o número de professores qualificados pela pós-graduação, a partir daquela data, aumentou significativamente;

- a democratização da Universidade, notadamente a eleição de seus dirigentes, a começar pelo reitor, campanha deflagrada pelo MD, desde o início da fundação das primeiras ADs;(**)

Em nenhuma greve como nesta a defesa da universidade e a reivindicação salarial convergiram para a mesma causa comum de maneira tão inquestionável.

- a rejeição do projeto Geres, que propunha cindir a universidade em duas - a universidade-pesquisa (confiada a "grupos de excelência") e a universidade-ensino (transformando a universidade em "colegião de terceiro grau"); o MD, sem ignorar a evolução da entidade de "universidade-ensino"

("universitas docendi") para "universidade-pesquisa" ("universitas inveniendi"), como mostra o estudo de Adolpho Crippa (4), jamais aceitou a quebra da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, nem o esvaziamento da graduação;

- a luta, que redundou em dispositivo constitucional, para se garantir à educação 18% das receitas de impostos no orçamento da união;

- recentemente, todo o processo de elaboração e aprovação da LDB, articulado e conduzido pelo MD, em que o ensino público e gratuito está sendo defendido contra os "lobbies" das escolas particulares.

Estes são apenas alguns exemplos da presença do MD em defesa tanto da universidade especificamente como da educação em geral e da própria sociedade, quando ameaçada em seu processo de organização e constituição política.

Quadro ilustrativo que evidencia o papel do MD como a principal força organizada neste País, quando se trata da defesa da universidade pública, gratuita, democrática, autônoma e de qualidade. Esta última greve claramente o demonstrou.

Os 124 dias de sua duração só se explicam pela capacidade de organização e mobilização do MD, que se opôs ao aviltamento salarial - instrumento que o Governo Federal usou para tentar o esvaziamento da universidade e assim torná-la presa fácil para seu intento de privatizá-la.

Em nome da dignidade da função do professor universitário, que tem na remuneração e nas condições de trabalho sua principal sustentação, eclodiu a greve.

Ficou patente para todos que a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade passa pela remuneração condigna de seus professores. Talvez em nenhuma greve como nesta a defesa da universidade e a reivindicação salarial convergiram para a mesma causa comum de maneira tão inquestionável.

Durante todo o processo desta greve, confirmam-se e destacam-se três teses.

A primeira: sem o MD não há salvação para a universidade (obviamente há de tomar-se aqui o MD em sentido amplo).

A segunda: o MD depende de mobilização e esta só se tem dado através da greve.

A terceira: a greve, quando se torna necessária, só se realiza e se concretiza através de assembléias.

Três constatações que são a resposta histórica, brotada dos fatos sociais e políticos concretos, às críticas e objeções dos adversários do MD (leia-se: todos os ministros de Educação, inclusive o atual, vários reitores, alguns grupos de professores e uns poucos órgãos da mídia). (***)

Resposta aos opositores

Entre as críticas e objeções dos adversários ao MD, convém ressaltar as principais e mostrar que os fatos os contrariam.

Uma das objeções ao MD é que se trataria de uma atividade corporativis-

ta e sindicalista e, por isso, não comprometida com a defesa da instituição.

Não fosse a carga de preconceitos, má vontade e reacionarismo que esta objeção encerra, mereceria resposta aprofundada e reflexiva.

Mesmo sabendo que é vão o esforço de contrastação dialética a este tipo de colocação (seus autores "ouvem, mas não escutam", "vêem, mas não enxergam"), bastaria retrucar:

- Que há de mau e errado na corporação, se a própria universidade, em sua origem (e etimologia) é uma corporação, como foi resgatado por J. Ben-David e lembrado neste artigo?

Se não fosse o "espírito corporativista" (em seu sentido sadio, não no pejorativo encampado pela distorção do discurso perverso), certamente o MD não existiria. E não existindo o MD, conforme se registrou neste quadro de considerações e na leitura de documentos históricos, a universidade deixaria de ser a instituição que é (ao menos a pensada corretamente) e, em breve, provavelmente se transformaria num "instituto de pesquisa" ou, quem sabe, numa "academia de letras", numa "casa de cristal".

No mínimo se consumaria a cisão da universidade em duas: a universidade-ensino (que deixaria de ser a universidade) e a universidade-pesquisa (confiada aos "grupos de excelência"), ficando aquela "a casa de todos" e esta "a de alguns privilegiados pela natureza e pela sorte", como ironicamente observou Adolpho Crippa. (5)

A razão é simples: o espírito de corporação (o sadio, não o perverso) é que mobiliza os professores e os faz participarem na defesa do corpo docente, que, juntamente com o discente, constitui a universidade, em sua essência ou substantividade concreta. Se o corpo docente transformar-se em corpo de pesquisadores, a universidade vira um "instituto de pesquisa". Esta visão e esta consciência estão fortes e claras no MD. Basta deter-se na leitura dos acontecimentos e dos documentos que Andes e APUBH têm produzido nestas duas últimas décadas.

É esta nítida percepção da realidade de ser um movimento político e social que faz e fez o MD transformar-se em sindicato.

A greve tem sido uma escola de aprendizado, o lugar e a ocasião mais ricos para se discutir os problemas da universidade.

Ao fazê-lo, não tem perdido seu objetivo de luta. Antes, pelo contrário, o tem reforçado. Pelo sentido de organização que o sindicato moderno lhe proporcionou, o MD tem conseguido harmonizar inteligentemente a defesa da universidade e a reivindicação do atendimento aos direitos trabalhistas. Mais ainda: tem sabido vin-

cular de maneira eficiente todo o processo de luta tipicamente sindicalista com o de produção de conhecimento - propriedade que identifica o corpo docente dentro da universidade.

A partir do momento histórico em que a universidade deixou de ser a "corporação" de suas origens e se transformou na "instituição de ensino, pesquisa e extensão" dos tempos modernos, o MD - pelo processo natural de adaptação à realidade - teve de assumir as funções, os direitos e prerrogativas da antiga "universitas magistrorum", em nova forma e constituição.

As próprias críticas de seus opositores, fundidas com seu constante processo de autocrítica, têm-lhe servido de referencial imprescindível para suas reformulações.

Concretamente, a opção do MD em institucionalizar-se como "associação docente" e como "sindicato" representa a decisão de não transformar-se em "grêmio cultural", "clube de lazer" ou "serviço social e assistencialista".

O espírito acadêmico que impregna a universidade continua no MD, mas não pode sufocar, muito menos substituir a alma do MD. A história do MD tem mostrado que esta preocupação freqüentemente surge em seus militantes, mas sempre tem sido superada. Em outras palavras: não há incompatibilidade entre o "acadêmico" e o "militante".

Por isso, é um movimento que incomoda. Se está incomodando tanto (a tão poucos!), é sinal de que está exercendo suas funções correta e eficientemente. Os incomodados, por certo, o são, ao verem repelidos ou frustrados seus propósitos de fazer valer suas concepções (quase sempre individualistas ou a serviço de grupos de interesses) ou suas ideologias incompatíveis com os objetivos pelos quais trabalha e luta o MD.

O reconhecimento e o respeito que o MD tem angariado junto à comunidade universitária, às entidades de classe, ao Poder Legislativo (federal, estadual e municipal), ao Poder Judiciário e à opinião pública, superam de muito e fazem diluir as críticas e malevolências de seus opositores.

Universidade de massa

Umberto Eco sinteticamente identifica que as mudanças sociais e culturais do mundo contemporâneo são responsáveis pela transformação da universidade:

"Antigamente, a universidade era uma universidade de elite. Apenas os filhos dos formados tinham acesso a ela. (...) Mas a Universidade italiana é, hoje, uma universidade de massa. A ela chegam estudantes de todas as classes, saídos dos mais diversos tipos de cursos secundários (...)". (6)

A referência à Universidade italiana não é certamente a um fenômeno isolado nem exclusivo. Há de estender-se à universidade de todos os países.

O que caracteriza a "universidade de massa" é a democratização da universidade para fora (o acesso a todos), a explosão da demanda, pelo ingresso hoje de milhões de estudantes, notadamente de trabalhadores, nos mais di-

versos cursos universitários. Este fenômeno parece ser irreversível.

Ora, um dos elementos denotativos da "massificação" da Universidade - em contraposição à sua elitização no passado - é a introdução da função não mais de formar exclusivamente o "profissional liberal-autônomo" do modelo tradicional, mas o "profissional trabalhador-empregado". Este há de ser preparado para as novas relações de trabalho e de produção sob uma nova ordem social, jurídica e política.

Por simbiose (talvez!), o professor universitário, desde a fase de sua formação para o exercício profissional, começa a tomar consciência de que foi um dos pioneiros nesta mudança. De fato, se o sistema educacional passa a exigir a formação do professor secundário na universidade (ou nas faculdades de filosofia e educação, para ser mais preciso), sua profissão não é a de um liberal autônomo, como a de seus colegas formandos - o advogado, o médico, o engenheiro, por exemplo - mas a de um "bacharel" ou "licenciado", que só sobrevive profissionalmente mediante contrato de trabalho em que se torna empregado (ou "servidor público") de uma empresa ou estabelecimento escolar. Um profissional, de certo modo, anfíbio: autônomo por formação e dependente ou empregado para conseguir exercer a própria profissão.

Seria atitude preconcebida subestimar o peso deste fato no movimento que levou os professores a se organizarem em associações profissionais e em sindicatos e, curiosamente, a se rotularem de "trabalhadores de ensino". Uma opção que, no fundo, significou a superação do conflito entre "autonomia" da profissão liberal e "vinculação empregatícia" que se estabelece na relação trabalho e capital. Como significou também a valorização do título de "trabalhador" versus o de "bacharel" (característico da fase elitista da universidade).

Uma das principais conseqüências desse fenômeno social foi a organização do MD em associação à imagem e semelhança do sindicato e, ultimamente, em autêntico sindicato.

Reagir contra este fato é, portanto, defender o retorno ao elitismo na universidade. É caminhar para trás, na contra-mão da história. E isso, é de se esperar, não enaltece nenhum intelectual engajado que se preze.

Outra crítica merecedora de resposta é a de que o MD seria visceralmente grevista e assembleísta. Uma acusação que tem como autores os mesmos opositores do MD identificados na primeira objeção acima contemplada. Trata-se, tanto quanto a anterior, de uma rotulação injusta e formulada preconceituosamente.

A greve - para tristeza dos adversários do MD - não é uma invenção de militantes sindicalistas que penetraram na universidade. A epígrafe desta abordagem, extraída de um estudo científico e histórico da universidade, feito por uma autoridade da área, revela-nos que a greve já existia no nascedouro da universidade no século XII, entre suas prerrogativas, e era considerada a "principal salvaguarda da integridade universitária".

Por mais paradoxal que pareça aos ferrenhos adversários do MD, a greve

tem sido o instrumento mais eficaz de que ele se tem servido para atingir seus objetivos de defesa da universidade e de reivindicação salarial.

Em todas as greves, sempre se levantou a questão: "Não haveria outra forma de luta mais eficaz?

Por mais que a retórica e a lógica se esforcem por demonstrar a existência de alternativas mais eficazes e ao mesmo tempo menos prejudiciais, não o conseguem.

Os fatos que fazem a história - a única realidade a que se deve voltar a atenção e "ouvir" (como já apontava Galileu) - estão a evidenciar que até hoje o MD não encontrou outro instrumento de luta que se equiparasse à greve e a substituísse.

Não existe a Greve - existem greves. Cada greve da universidade tem sido diferente. Mas todas têm trazido no bojo de sua motivação a necessidade de sua deflagração, justamente por ser uma reação coletiva contra situações insustentáveis criadas pelo Governo (ou por ele não resolvidas, como exigiria o cumprimento de seu dever de governante).

A sucessão de greves, por sua vez, tem mostrado que a experiência acumulada tem amadurecido o MD. A greve tem sido uma escola de aprendizagem e o lugar e a ocasião mais ricos para se estabelecer o encontro sempre esperado e nunca marcado para se discutir os problemas da universidade.

Só quem não participa da greve é que costuma condená-la. Atitude, inclusive, que depõe contra sua pretensão de falar em nome da instituição, uma vez que só quem observou e experimentou tem autoridade para analisar e criticar com fundamento.

A assembléia, como a greve - talvez aquela mais do que esta -, tem incomodado fortemente os adversários do MD. Desconhecem certamente a história da democracia ocidental. Na Grécia antiga, onde nasceu como doutrina e regime políticos, a democracia só se tornou realidade concreta a partir das assembléias consultivo-deliberativas, com a reunião do povo na "ágora" ou praça pública.

É na assembléia que se desenvolvem o pensamento coletivo e o discurso-ação - necessários e condicionadores das avaliações e das decisões exigidas pelo próprio movimento de greve. A assembléia, por ser soberana e democrática, deflagra, conduz e termina a greve. Como, pois, poderá o MD abrir mão da assembléia?

Freqüentemente, os opositores do MD direta ou indiretamente apontam que a assembléia poderia ser substituída por outros "foros" de decisão. Se indagados para apresentar quais, até hoje só têm conseguido indicar o plebiscito. Justamente porque vêem no plebiscito o refúgio da omissão e do individualismo. Do comodismo e do descompromisso. O voto plebiscitário freqüentemente repete o lava-mãos de Pilatos.

Apesar de sua origem na Roma antiga supor a decisão do povo (plebe) em comício na praça pública, sua evolução histórica o transformou na "arma secreta" mais simpática aos regimes ditatoriais ("memento" Hitler e Pinochet!). O plebiscito é uma decisão sem rosto e sem voz. Sua lógica perversa do "sim" ou "não" esvazia todo

conteúdo humano e social de uma decisão coletiva.

A assembléia, ao contrário, proporciona a discussão, o debate - condições necessárias para a tomada de decisão coletiva, sobretudo quando se faz urgente e se desdobra em tipos de ação a serem executados. O compromisso é assumido ao vivo e traz o testemunho de sua responsabilidade. Cada participante de uma assembléia é ator e espectador. Advogado, promotor e juiz. O processo de uma assembléia é o que mais reflete o do ser humano diante de um problema: pensa, sente, compara, avalia, decide para poder agir.

Entre tantas constatações que esta última greve trouxe para o MD, uma merece ser reproduzida como fecho desta reflexão: a forma mais sadia e mais mobilizadora do MD e que o leva a manter viva sua capacidade de associação é a assembléia.

Quem participou de todas as assembléias desta última greve é testemunha da riqueza de análises, da evolução do pensamento coletivo e seu discurso correspondente, do exercício da imaginação criadora tanto quanto da reformulação de atitudes das pessoas que se dispuseram a "fazer a assembléia".

* A UFMG foi uma das primeiras começando pelo ICB e Fafich, a antecipar-se à anistia, outorgando, em pleno regime ditatorial, o título de "professor honorário" (com todos os direitos e prerrogativas legais) a vários professores cassados ou compulsoriamente aposentados (ver o livro "UFMG - resistência e protesto" - B. Horizonte, Vega, 1977).

** Interessante observar que, na Idade Média, já nos primórdios da universidade, a "universitas magistrorum" conquistava esta prerrogativa: "Em Oxford, o chanceler (mais tarde substituído pelo reitor) era eleito pela própria corporação e era dela um funcionário" (ver: Joseph Ben-David, op. cit. p. 552)

***Curioso, para não dizer estranho e deplorável, é que esses grupos de professores contrários ao MD e, sobretudo, contrários à greve, nunca contestam nem o MD nem a greve no momento em que recebem seus contracheques recheados pelos resultados da greve, particularmente quando esses são significativos. Alguém já levantou, em contraposição ao cinismo desta atitude, a provocativa hipótese: "Se, um dia, a lei de greve contiver em seus artigos um que determine que os ganhos e prejuízos da greve atinjam só os grevistas, esses professores que sempre criticam o MD e as greves continuarão na mesma posição?"

REFERÊNCIAS

1. BEN-DAVID, Joseph - Universidade. In: "Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales". Madrid, Aguilar, 1977, v. 10, p. 551.

2. Idem, ibidem, p. 551.

3. Idem, ibidem, p. 551.

4. CRIPPA, Adolpho - "A universidade". São Paulo, Convívio, 1980, p. 58.

5. Idem, ibidem, p. 57.

6. ECO, Umberto - "Como se faz uma tese (Come si fa una tesi di laurea)". São Paulo, Perspectiva, 1983, p. XIII.

Delcio Vieira Salomon
Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH-UFMG

ELIAS ANTÔNIO JORGE

Por que a UFMG foi à greve por 124 dias no ano de 1991

Certamente os "antigos" teriam algo a dizer sobre o exótico verbete greve. Como futuro "antigo", pretendo acrescentar algo mais ao significado da greve. Mais especificamente, farei uma tentativa de explicitar para o analista distante (do futuro ou contemporâneo) as raízes, o por quê, o como e o para quê da greve de 124 dias dos docentes da UFMG.

Essa última (será mesmo?) greve tem suas origens mais remotas em 1977, quando os docentes universitários de Belo Horizonte decidiram se organizar através da APUBH, associação dos professores universitários da região metropolitana de Belo Horizonte.

Assim que surgiu a APUBH, o Sindicato dos Professores de Minas Gerais conseguiu ampliar sua área de representação para o 3º grau e, já em 1978, formalizava o 1º acordo salarial para a rede superior privada com validade para os anos de 1977 e 1978.

Isso contribuiu, decisivamente, para que a APUBH se restringisse, cada vez mais, aos docentes da UFMG e, apesar de formalmente o estatuto da APUBH só ter sido alterado em 06.12.90, os associados, já há algum tempo, eram todos docentes da UFMG. Isso se explica, sobretudo, porque a APUBH constitui-se no instrumento através do qual se expressa o Movimento Docente na UFMG.

Foi assim, na luta pelas liberdades democráticas, pela anistia, pela reintegração dos cassados, pela resistência à crescente privatização da universidade pública, pelas diretas já, pelas

propostas populares na Constituinte e pela defesa dos direitos sociais, inscritos na Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica de Belo Horizonte. Foi assim, também, no campo da luta política por condições individuais de trabalho (salário) e por condições coletivas de trabalho (verbas).

É, sobretudo, através da luta salarial, que a APUBH tem reafirmado sua legitimidade e representatividade.

Com inflação crescente, de 26,6% no semestre, a implantação do reajuste semestral através da Lei 6708, em 31.10.79, excluindo os servidores públicos, acentuou o quadro de degeneração salarial.

Em 01.03.76, um Professor Auxiliar I, em 20 horas, recebia um salário equivalente a 7,6 salários mínimos. Quando foi deflagrada a greve de 1980, esse mesmo Auxiliar tinha o salário inferior a 4 salários mínimos (salário mínimo que, em 1980, tinha poder de compra inferior ao de 76).

Essa greve, sendo a primeira de âmbito nacional, consolidou a necessidade de construção de uma entidade através da qual passaria a se expressar o Movimento Docente Nacional, a Andes.

Até 1980, greve na universidade era "coisa de estudante", que os professores apoiavam, ignoravam ou até reprimiam...

A principal conquista foi um Plano de Cargos e Salários para os docentes das universidades autárquicas.

Em 1985, os docentes das universidades fundacionais conquistaram a isonomia salarial através de um Plano de Cargos e Salários, o que representou um grande passo para se conquistar, pela greve, em 1987, a Lei da Isonomia (7596, de 10.04.87) e um Plano único (PUCRCE - Decreto 94664, de 23.07.87) para autarquias e fundações.

É, sobretudo, através da luta salarial, que a APUBH tem reafirmado sua legitimidade e representatividade.

Pela primeira vez uma greve arrancou do Governo compromissos explícitos e formais com relação à dotação de recursos para o Orçamento de Custeio e Capital (OCC) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Do Orçamento Geral (pessoal + custeio) das IFES seriam destinados 12,4%, em 1987, a 15%, em 1988, dos recursos ordinários (Fontes 000 e 044 - Tesouro Nacional) para o Custeio Capital e Investimento. Isso não foi cumprido nem em 1987 (menos da metade) nem em 1988 (cerca de 1/3 apenas). No trabalho encaminhado pela APUBH ao Congresso da Andes de 1988, "Um Modelo para Acompanhamento de Verbas", mostro que, em 1987, foi da ordem de US$ 5 milhões o montante de recursos para investimento nas 50 IFES em conjunto

(dados do Sistema Informações do MEC - Sipamec).

Novamente, em 1989, em função da greve, o Governo assumiu solenemente, perante Andes, Fasubra, Une e Crub, na presença de cerca de 50 parlamentares federais, o compromisso de repassar em valores de abril, quer dizer, preservado seu valor real, um montante de recursos que jamais chegou às IFES.

Em geral, as greves tiveram como desfecho reestruturações de carreira (ou tabela salarial) como forma de recomposição salarial; apenas em uma delas, no início da década de 80, houve um reajuste linear diferenciado para os docentes, 30% acima do reajuste geral do funcionalismo federal.

Em 1984, não se obteve nem rearranjo da carreira nem reajuste linear. O que se conseguiu foi, posteriormente, a extensão aos docentes autárquicos da Gratificação de Nível Superior (GNS), de 20%, paga aos servidores em geral, isso através da Lei 7333, de 02.07.85. Essa gratificação não extinta e que deveria alcançar, pela Lei de Isonomia, os docentes fundacionais, deixou de ser paga aos docentes autárquicos, a partir de 01.04.87, e constitui a primeira de uma série de pendências.

A forma correta teria sido a incorporação da Gratificação de Nível Superior pelo acréscimo de 20% à Tabela Salarial Básica Provisória de 1987, que de provisória só ficou com o nome.

A essa primeira aberração jurídica se seguiram muitas outras, que comprometeram a isonomia salarial, desfiguraram o Plano Único e continuam a fazê-lo.

O Governo, ao suprimir para os salários, através do Plano Bresser, a inflação de junho de 1987 (26,06% equivalentes ao 1º INPC semestral de 1979 - 26,6%) deixou um resíduo de 49,25% que, pela legislação salarial vigente, detonaria em 01.07.87 dois gatilhos de 20%, já que o acumulado seria 44%, restando ainda 3,64% para totalizar os 49,25%.

Só em 01.11.89, "30 salários depois", a inflação de 26,06% surrupiada em 1987 foi incorporada aos salários.

Depois vieram a supressão da URP de abril de 1988 (16,19%), reposta em agosto; a de maio de 1988, reposta em novembro; a URP de fevereiro de 1989 (26,05%), ainda não reposta.

O atual Governo, através do Plano Collor I, deixou de aplicar 93,54% de reajuste aos salários em 01.04.90 e passou a descontar dos salários, em 01.04.91, ilegalmente, 12% e não 6% para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSSS) que sequer foi regulamentado.

A não aplicação do reajuste de 93,54% em 01.04.90 significou:

1º - A "demissão salarial" de 48% de todo o funcionalismo federal (civis e militares, aposentados ou pensionistas).

2º - Durante 1991, a remuneração dos servidores federais está sendo feita com os rendimentos (caderneta de poupança compulsória) dos valores salariais retidos pelo Governo em 1990.

Esses dois significados foram abordados nos "Cadernos APUBH -

Temas em Debate" números1 e 2 e em minha tese de doutorado: "Uma Questão de Educação Política - A Submissão do Poder Legislativo e o Imperial Poder do Executivo na Execução Orçamentária".

Caso todas as agressões ao direito do trabalho fossem reparadas pelo mecanismo mais benevolente, o cálculo dos percentuais convertidos em número de salários atuais superaria a marca de 30 salários.

Pelo mecanismo usual, a correção monetária das perdas, expressa em salários atuais (muito inferiores aos da época das agressões) assumirá proporções estrondosas. Por isso mesmo, o Poder Judiciário está decidindo "politicamente" e se auto-agredindo juridicamente.

Se o Poder Judiciário tem agido assim, o Poder Legislativo, por sua vez, não pode ter nenhuma iniciativa que crie ou aumente despesas; isso é prerrogativa constitucional do Executivo.

Se o Governo anterior não cumpriu os compromissos relativos às verbas, assumidos em 1987 e 1989, o atual não cumpre sequer os acordos que propõe. É usual o atual Governo vetar dispositivos legais previamente negociados entre o Legislativo e Executivo. Os 14 vetos à Lei 8112 do Regime Jurídico único são um exemplo mais que suficiente para demonstrar este comportamento típico.

É diante desse contexto, agravado pelas ameaças de cassação da aposentadoria por tempo de serviço e da paridade de vencimentos, recém-conquistada no Regime Jurídico único, pela ameaça do MEC de mais um projeto incompetente para a Universidade, da brutal degeneração das condições de vida individuais e da própria UFMG, que o Movimento Docente desencadeia um processo de discussão política, na tentativa de reverter a tendência crescente de busca de soluções individuais. Era necessário acreditar e investir na capacidade de encontrar soluções coletivas.

Se não houver um vigoroso protesto, na prática o que ocorrerá é um sancionamento das perdas impostas, usando a máxima popular "quem cala consente".

Uma reunião do Conselho de Representantes da APUBH realizada no final de abril elaborou um diagnóstico da situação e gerou um documento que consolida as reflexões.

A Assembléia Geral dos Professores da UFMG de 16 de maio de 1991 deliberou pela participação na greve geral convocada para 22 e 23 de maio, mas decidiu pela realização de nova AG em 22 de maio, quando seria definida a deflagração da greve por tempo indeterminado, na expectativa de

que a reunião do Setor das Federais da Andes-SN indicasse greve nacional dos docentes das IFES, independentemente da deflagração da greve do conjunto dos servidores públicos federais.

No dia 22.05.91, em Assembléia Geral, com cerca de 500 professores, é deflagrada a greve dos docentes na UFMG, que só seria suspensa em 23 de setembro, a partir de indicativo do CNH-Andes-SN, que dirigiu a greve nacional, deflagrada a partir de 5 de junho.

É certo que a greve foi "uma forma utilizada pelos antigos para demonstrar insatisfação". Mas não foi só isso. Praticamente todas as assembléias gerais estão registradas em vídeo e, muito mais que insatisfação, o que se registrou foram manifestações, esperança, vitalidade e muita dignidade. Desde o professor que foi descrever o perfil do "fura-greve", ele mesmo, até o outro que, chegando da Alemanha, considerou um escândalo uma greve de mais de 100 dias. "Na Alemanha, a maior greve de professores que vi durou 24 horas". Foi fraternamente contestado, em alemão, por seu colega de unidade, também pós-graduado na Alemanha. Duas assembléias depois estava lá o professor recém-chegado, indignado com a tabela salarial fruto da greve. Quando o Movimento Docente nacional já sinalizava o fim da greve e na UFMG havia um cansaço explícito, houve quem temesse que a comparação dos salários com os da Alemanha levasse o professor a propor não mais o fim imediato da greve, como na 1ª assembléia de que participara, mas na sua continuação por mais 100 dias.

O Movimento Docente da UFMG decidiu suspender a greve para aguardar o resultado das negociações da Comissão de 90 dias - MEC, Andes-SN, Andifes. Foi a forma política de explicitar que as soluções encontradas não eram suficientes nem satisfatórias.

Decorridos os 90 dias desde a proposta da comissão pelo MEC, em 03.09.91 nada foi encaminhado. Sequer as distorções mais gritantes do Plano Único (PUCRCE) foram resolvidas, nem mesmo a odiosa discriminação contra os docentes de 1º e 2º graus foi eliminada.

O reajuste de 20% em 1º de dezembro não cobre nem a inflação do mês anterior.

Para 01.01.92, a data-base de reajuste, o Governo não abriu negociações, não pretende abrir, e pode estabelecer um índice irrisório, de acordo com a proposta de política salarial embutida no Projeto de Lei 2092 que mandou ao Congresso e depois retirou.

Como não existe política salarial, o Executivo pode definir qualquer coisa. Se não houver um vigoroso protesto, na prática o que ocorrerá é um sancionamento das perdas impostas, usando a máxima popular "quem cala consente".

Para 1992, não há Belo Horizonte, nem belo nem horizonte; a proposta orçamentária de verbas para as IFES é alarmante. A dotação orçamentária do MEC é apenas 66% da dotação de 91 - para as IFES, cerca de 45%, e atenção, para pessoal, cerca de 36%.

A conversão da proposta do Executivo para dólares, pelo valor da data

de referência (01.04), a exemplo do que fiz no ensaio publicado na revista "Caminhos" nº 2 - "O Dinheiro de Todos Nós", explicita de início uma diminuição de 1,3 bilhão de dólares na dotação do MEC e um crescimento de 46 para 98 bilhões de dólares na rubrica "Encargos Financeiros da União".

Portanto, é possível que tenhamos que acrescentar ao significado do verbete "greve" outros, tais como, mecanismo de sobrevivência, necessidade imperiosa, inevitabilidade social, etc.

A última greve de docentes da UFMG foi de 124 dias em 1991, mas se foi a última (derradeira) só 1992 dirá!

Se com a greve de 1991 a situação está assim, como seria sem ela?

Elias Antônio Jorge
Professor do DCC-ICEX-UFMG
Presidente da APUBH-Sindical 89-91

LUIZ DE CARVALHO BICALHO

Confusões teóricas levam à estagnação do pensamento marxista

Erigido em doutrina do Estado, o marxismo soviético, como tal, era professado por todo o movimento comunista mundial. Mas já não se tratava de uma teoria viva, e sim de um pensamento morto, artificialmente morto. O conhecimento se limitava, então, a citações e transcrições dos chamados "clássicos do marxismo".

Sobre esse caráter oficial e dogmático, apresentamos dados bastante esclarecedores.

O "Dicionário Filosófico Marxista" dos soviéticos Iudin e Rosental, edição uruguaia de 1940, dedica em seus verbetes 833 linhas a Stalin, 624 a Lenin, 448 a Engels, 458 a Marx; significativamente, 110 a Pavlov, que só é superado entre os clássicos da filosofia citados, de Platão a Hegel, por este último, ao qual se dedicam 130 linhas. Toma-se ao pé da letra a tese de Marx de que os filósofos interpretaram o mundo de diferentes maneiras, cabendo agora transformá-lo. E se inclui entre os grandes transformadores o psicólogo dos reflexos condicionados, travestido de filósofo. Certamente ao gosto de Stalin, de que corria a opinião sobre a formação dos quadros do Partido, nas sessões de crítica e autocrítica: "Bater, bater: se é de vidro quebra, se é de aço tempera". Nenhum filósofo contemporâneo merece uma linha sequer, mesmo marxistas mundialmente conhecidos, como Gramsci e Lukacs, para só citar dois casos.

Esse dicionário não é algo isolado. Em 1954, editava-se na União Soviética o compêndio "Materialismo Dia-

lético", de Tchertkov e mais oito colaboradores, patrocinado pela Academia de Ciências da URSS, Instituto de Filosofia, editado no Brasil pela Editorial Vitória, em volume de 446 páginas. De 492 citações textuais (mais de uma por página) para 24 autores, 456 se distribuem por apenas seis deles: Stalin (161), Lenin (162), Engels (92), Pavlov (18), Marx (15) e Lissenko (8). Ressalte-se a modesta presença de Marx, superado por Pavlov (ainda Pavlov!) e a presença significativa do famigerado Lissenko, 6º colocado nas citações. A Molotov e Zdhnov, ambos dirigentes políticos, cabem respectivamente duas e quatro citações, sendo estas últimas de intervenção do censor ideológico predileto de Stalin em debate que condenou a "História da Filosofia" de Alexandrov.

Entre os 24 autores citados, é reveladora a presença de 12 representantes das ciências naturais. O único estrangeiro mencionado, na verdade em base crítica, é Holbach. Nenhum outro filósofo é lembrado. Nesta constatação, estou deixando de lado, além de Marx e Engels, também Lenin e Stalin. Com os "Cadernos Filosóficos" e o "Materialismo e Empiriocriticismo" de Lenin e a "Dialética da Natureza" de Engels, os livros mais citados são dois opúsculos de Stalin, "O Marxismo e os Problemas de Linguística" e "Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico", de 17 e 35 páginas respectivamente, sendo o último praticamente transcrito nas sucessivas citações.

Mas com o Relatório de Kruschiov (1956) colocando em questão tudo o que fizera e dissera Stalin, foi elaborado novo compêndio, "Fundamentos do Marxismo-Leninismo", por Kuucinen e mais sete outros autores, Editora Estatal de Literatura Política, 1959. A edição brasileira da Editorial Vitória (do Partido Comunista) é de 776 páginas. Para possibilitar um confronto com o compêndio anterior, limitamo-nos às partes que tratam do assunto correspondente, isto é, a Introdução - "Sobre a concepção marxista-leninista do mundo" e a Primeira Parte - "Fundamentos filosóficos da concepção marxista-leninista do mundo", num total de 118 páginas (menos de 40% do compêndio anterior).

Filósofo será então quem detiver o poder político: Stalin. No entanto, seu marxismo é pobre, simplificado, enrijecido e esquemático.

Nele são feitas 59 citações textuais, de 16 autores: Lenin (33), Engels (8), Marx (4); B. D. Dunham, Hegel, Heisenberg, William James e Kensziuro - uma cada; Kruschiov (2); Laberence, Pavlov, John E. Russel, Toynbee e Wittgenstein - uma cada.

Comparando com o compêndio anterior, Lenin tem mais da metade das citações; Marx continua com uma presença modesta (ainda se recorre mais a Engels); um pouco atenuada, persiste a preferência por cultores das ciências naturais: Stalin, presença avassaladora antes, não é citado uma única vez; Kruschiov já é citado duas vezes, mas nenhum outro dirigente ou filósofo soviético é citado. Todos os colaboradores são trocados. Mudam-se os homens, não as idéias. O marxismo permanece oficial, ortodoxo, dogmático.

No País

Quanto ao marxismo oficial, abarcando todo o movimento comunista mundial, vamos ocupar-nos de dados relativos ao nosso país. Tomamos a revista "Problemas" (o nome soa hoje irônico), órgão oficial do então Partido Comunista do Brasil, que tem o subtítulo "Revista Mensal de Cultura Política". Editada a partir de agosto de 1947, estendeu-se até dezembro de 1955, quando foi publicado seu último número. Nossas considerações têm por base 66 números (já que não pudemos dispor dos outros), correspondendo a cerca de 90% da publicação, com 618 trabalhos. Estes são em sua maioria estrangeiros :400 (65%), com fração substancial de soviéticos, 252 (41%). Os nacionais cobrem os 35% restantes. Em número de páginas, a participação nacional cai para 27% (2118 em 7762 páginas).

Os nacionais são, esmagadoramente, informes gerais ou específicos, resoluções, proclamações, notas, cartas e comunicações da direção do Partido, entrevistas escritas de Prestes e uma de Arruda (segunda pessoa do Partido à época) e editoriais da revista - trabalhos oficiais da direção nacional, portanto. Sobram 36 (6%) trabalhos, dos quais oito são pequenas biografias, quase todas de estrangeiros. Dos 28 (5%) trabalhos restantes, oito versam sobre temas internacionais. Os 18 (3%) artigos finais tratam de problemas nacionais diversos (mas nem sempre exclusivamente nacionais) e quase exclusivamente políticos.

Os 218 trabalhos nacionais se distribuem por 34 nomes, que são os colaboradores da revista em seus oito anos e meio de existência. Esses colaboradores eram membros da direção executiva do Partido, ou membros do Comitê Central, ou membros dos órgãos auxiliares imediatos da direção executiva. Os membros da direção executiva respondem diretamente por 166 trabalhos, assinados ou não; os demais membros do Comitê Central por 28; a direção da revista, impessoalmente, por sete pequenas notas; os 14 trabalhos restantes são assinados por membros dos órgãos auxiliares. Cerca de 10 pessoas, membros da direção executiva, respondem diretamente por 77% da colaboração nacional nos 66 números considerados. Curiosamente, para só citar um caso, bastante revelador, o mais conhecido e reconhecido marxista nacional - Caio Prado Júnior -, que tinha divergências com a direção do Partido, nunca teve nada publicado na revista.

Algumas tendências se acentuaram no curso dos anos: a transcrição

de artigos soviéticos - dos 71 trabalhos dos nove números de março a dezembro de 1954, 52 eram soviéticos e 16 nacionais; a colaboração de tipo impessoal e cada vez mais centralizada - os 16 trabalhos nacionais foram todos elaborados pela direção executiva, sete assinados por Prestes. O número 60, em pleno agosto de 1954, de 93 páginas, atinge o paroxismo: pequeno comunicado de uma página, elaborado pela direção executiva, contra 92 páginas de colaboração soviética, em oito artigos transcritos! Só nos resta supor que - com o peso crescente da transcrição de artigos soviéticos, a centralização, a impessoalização da colaboração nacional e a escassez no tratamento de problemas nacionais - dada a perplexidade teórica na matriz, revelada pelo Relatório Kruschiov, a direção da revista (ou direção executiva do Partido) tenha entrado em pane. Ela simplesmente nada tinha a dizer. Cessou a publicação. Registre-se que em todo o período de sua existência a revista não tenha publicado sequer um artigo teórico de autor nacional sobre o marxismo.

A massa de dados relativos às publicações soviéticas e nacionais aqui examinadas permite-nos compreender o sentido de certas expressões, como marxismo oficial e marxismo dogmático. Despojado de seu caráter crítico e de sua função de instrumento de investigação, o marxismo é reduzido a letra morta, a ideologia justificadora do Estado, a ritual, a cerimônia.

Filósofo será então aquele que detém o poder político. Por isto, não seria exagero considerar Stalin o maior filósofo de seu tempo. No entanto, seu marxismo é pobre, simplificado, enrijecido e esquemático: quatro traços do materialismo dialético, três do materialismo filosófico marxista, quatro do materialismo histórico. Para ele, materialismo histórico é uma extensão do materialismo dialético: "O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético (...) ao estudo da vida da sociedade e de sua história." O determinismo social é patente com todas as suas conseqüências: "... a vida material da sociedade é a realidade objetiva (...) e a vida espiritual da sociedade o reflexo dessa realidade objetiva, o reflexo do ser." Mais, eliminando a "negação da negação" dos quatro traços do seu materialismo dialético, Stalin projeta na natureza o que é próprio da realidade social e humana e transmuta choques entre coisas em contradições, pois "(tudo) é matéria em movimento" e "os objetos e os fenômenos da natureza levam sempre contradições internas".

O que marcou então a sociedade comunista mundial e particularmente a sociedade comunista soviética foi uma visão coisificada do homem.

Que se pense no que poderia fazer Marx se só contasse com esse materialismo dialético para elaborar "O Capital". Mas o pior é que "Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico" passou a constituir algo como uma bíblia do movimento comunista mundial.

Creio que a melhor explicação do tema aqui examinado continua sendo a de Sartre, em sua "Questão de Método": "Desde o momento em que a URSS, encurralada, solitária, empreendia seu esforço gigantesco de industrialização, o marxismo não poderia deixar de sofrer o contragolpe dessas novas lutas, de suas necessidades práticas e dos erros que quase sempre acarretam. Nesse período de recolhimento (para a URSS) e de refluxo (para os proletariados revolucionários), a própria ideologia é subordinada a uma dupla exigência: a segurança - isto é, a unidade - e a construção na URSS do socialismo. O pensamento concreto deve nascer da práxis e para ela se voltar, a fim de esclarecê-la: não ao acaso e sem regras, mas - como em todas as ciências e técnicas - em conformidade com princípios. Ora, os dirigentes do Partido, obstinados em impelir a integração do grupo até o fim, temeram que o livre devir da verdade, com todas as discussões e conflitos que comporta, quebrasse a unidade de combate. Reservaram-se o direito de definir a linha e de interpretar o acontecimento. Além disso, temerosos de que a experiência trouxesse seus próprios ensinamentos, que colocasse em discussão algumas de suas idéias diretoras e contribuísse para enfraquecer a luta ideológica, consideraram a doutrina fora de sua alçada. (...) Após ter-nos atraído a si como a lua atrai as marés, após ter transformado todas as nossas idéias, após ter liqüidado em nós as categorias do pensamento burguês, o marxismo bruscamente nos abandonou. Não satisfazia nossa necessidade de compreender. Na situação particular em que nos encontrávamos, nada de novo tinha mais para nos ensinar porque parara."

Materialismo Histórico

O ponto de partida de Marx, verdadeiramente revolucionário, foi o homem em sociedade, produzindo sua vida. Era uma nova visão da realidade. Foi assim que ele elaborou o que veio a ser chamado Materialismo Histórico. Empenhado em desvelar o mecanismo da sociedade capitalista e da exploração de classe, dedicou-se à crítica da economia política, obra monumental que lhe esgotou a existência. Por isso mesmo, pouco se dedicou aos fundamentos teóricos de sua doutrina, de sua filosofia. Traçou apenas suas linhas gerais, preocupado que estava em fazer a filosofia descer do céu à terra. Não se deteve em apurá-la, em esclarecer pontos fundamentais. Um deles, crucial, é a fundamentação de sua dialética. Este trabalho coube a Engels, que não o enfrentou com o mesmo espírito criador do amigo e companheiro. Adotou moldes clássicos, metafísicos, possibilitando o desenvolvimento de uma concepção já não dialética, mas determinista, do agente da história, isto é, o homem.

Basear-se no homem em sociedade é o que significa a famosa inversão da dialética, colocando-a em sua posição natural: sobre os pés. A dialética não é algo inamovível, lei eterna que rege coisas e homens, mas modo de ser do homem e da sociedade, em determinada configuração. Mas essa inversão pôde também ser interpretada como uma inversão estrita. A dialética já não será então o modo de ser o espírito, mas da matéria, de onde tudo provém. O que há são coisas, matéria em movimento que se desenvolve dialeticamente. Quanto ao homem, dotado de consciência, ficaria reservado a ele o papel de espectador passivo desse movimento inexorável. Mas isso já não é dialética, que é totalização, e sim parcialização, hipostasiação, interpretação. Acabamos caindo no terreno do arbitrário, do que Lukacs caracterizou como "idealismo voluntarista".

Foi nesse clima metafísico, idealista, contrafação materialista do idealismo metafísico, que se moveu o Partido Soviético. Como nada podia fazer, já que o homem seria um espectador passivo, acabava tudo podendo fazer. Agindo em terra arrasada - os homens são coisas -, munido de esquemas mecanicistas, simples, passou a ditar normas ao homem sobre o próprio homem. As relações vigentes entre os homens tornam-se, por decreto, relações mecânicas entre coisas. O homem elimina sua própria liberdade, a dialética desaparece, estranho determinismo passa a regular a sociedade dos homens. Algo que se poderia denominar determinismo dialético, por mais estranha que possa parecer essa associação. Um determinismo consentido, de fato, que se interpreta de fora, através de esquemas dialéticos formais. O conteúdo é determinista, já que ao se eliminar a interiorização se elimina igualmente a possibilidade da negação e, em conseqüência, a contradição.

Se o pensamento de Marx for tomado em seu conteúdo crítico, social e libertário, permanece eficaz, não envelheceu.

Trata-se de uma dialética sem contradição, de uma antidialética. E como a verdade vem de fora, como a verdade são os outros, por uma fuga permanente à própria consciência, um empurrar sucessivo acaba estourando em Stalin, o outro supremo: arbítrio, lei, "guia, mestre e pai" e, por que não?, deus. Não há tanto exagero. Isto é do "mais ocidental dos escritores soviéticos": "Eu não gostava de Stalin, mas por muito tempo acreditei nele e o temi. Falando dele com amigos, tratava-o de patrão, como todo mundo. Era mais ou menos como os antigos hebreus pronunciavam o nome de deus" (Illia Ehremburg, "Memórias").

O determinismo como interpretação (idealismo) e a submissão às necessidades da produção e aos conseqüentes decretos de cima (voluntarismo) vinham a calhar e só se poderiam acentuar. Não sendo o trabalho livre criação, não podendo o trabalhador se experimentar, já que tudo decorria da planificação do centro, ficou-se apenas no reino da necessidade. O marxismo se transformou numa ideologia da produção e Stalin no Grande Gerente, ou o Número Um.

O que marcou então a sociedade comunista mundial e particularmente a sociedade comunista soviética foi uma visão coisificada do homem. Algo como se segue. O princípio de tudo, a realidade primária, absoluta, é a matéria. Esta se regeria por um princípio de choques, chamados contradições, cuja superação conduziria sempre, de forma inevitável, à passagem a um estado superior. Assim, do contínuo progresso da realidade física passou-se à realidade vital e, desta, à realidade psíquica. O progresso da realidade psíquica resultou num ser dotado de consciência. O ser humano é então capaz de ver as leis que regem a modificação das coisas e, por isso mesmo, dele próprio. Dotado desse poder de espelhar essa realidade móvel - tudo é matéria em movimento - a sabedoria humana consistirá então em dobrar-se a esse reino da necessidade. De nada valerá contrapor-se a essa realidade para impedir seu processo de desenvolvimento. Todo o saber acaba, então, por se reduzir a uma história natural.

Determinismo

Mas não sendo coisa e sim livre, só resta ao comunista uma saída: imitar a coisa. Assim, a dialética da natureza estendida ao social, uma forma de determinismo, passou, por decreto, a vigorar entre os homens (que se lembre do episódio Lissenko). Essa determinação, entretanto, se chocará com algo inevitável: o homem se refugiará em sua interioridade. Mas como a interioridade é considerada errada, inimiga, será um homem dividido, envergonhado de sua interioridade. (Quando Akhmatova escreve)"... Mas eu te juro pelo jardim dos anjos,/Eu te juro pela imagem milagrosa,/Pelos êxtases ardentes de nossas noites...", Zdhanov cai-lhe em cima: "Freira ou libertina, ou antes freira e libertina, em quem a libertinagem se alia à oração. Essa é Akhmatova, com sua pequena e mesquinha vida pessoal, seus sentimentos pusilânimes e seu erotismo religioso e místico." - "As tarefas da literatura na sociedade soviética"). Só essa postura poderá explicar o monolitismo do pensamento do marxismo oficial ao tempo de Stalin. Significativo é que este, a maior autoridade do marxismo antes do Relatório Kruschiov e autoridade nula depois, não tenha sido retificado pela crítica soviética em suas concepções filosóficas. Por outro lado, nada autoriza que o socialismo realizado na Rússia, dos países para ele menos preparados, de acordo com o que colocara Marx, socialismo de cima para baixo, temporão, seja transformado em modelo universal de realização do socialismo. E nada autoriza

igualmente que o marxismo oficial não possa ser superado.(1)

Afinal, como fica hoje o marxismo?

Se ele for tomado como uma escatologia - em que viveríamos numa "sociedade dos fins" -, como um movimento religioso, como uma seita do tipo "fora do Partido não há salvação", não vejo qualquer esperança.

Se sua adaptação russa por Lenin - que modificou o mundo, mas que se esgotou na própria União Soviética - for universalizada como a única forma de modificação revolucionária, restam poucas esperanças.

Mas se o pensamento de Marx for tomado em seu conteúdo crítico, social e libertário, permanece eficaz, não envelheceu. Marx foi em sua juventude o teórico da alienação e do humanismo. A luta contra a alienação é a luta pela libertação do homem, sob todos os aspectos. Esse tema é retomado em "O Capital", quando trata da alienação total do trabalho humano, em que os meios de produção e o produto de trabalho não pertencem ao trabalhador, o objetivo do trabalho se lhe escapa e, finalmente, a própria técnica da produção já vem de fora.

O aspecto crítico do marxismo está em plena vigência. A obra fundamental de Marx, "O Capital", não é um tratado de economia, mas uma crítica da economia política, aliás seu subtítulo. E o capitalismo não se converteu milagrosamente na solução dos problemas da humanidade. A competição capitalista excita os "espíritos animais", estimula a produção, como sustenta Marx em "O Capital", mas cria intolerável tensão que não torna as pessoas felizes.

E, afinal, se o capitalismo assumiu em países desenvolvidos formas menos selvagens de exploração, como sistema mundialmente dominante continua responsável pela vida tensa e freqüentemente opressiva, pelos bolsões de miséria nos próprios países desenvolvidos e pela nada idílica miséria no resto do mundo.

REFERÊNCIA

1. Este texto é um resumo de trabalho elaborado no final da década de 60. Nem pensei então em publicá-lo, quando muitos que se enquadrariam nas críticas aqui feitas lutavam com grande generosidade para libertar nosso País da ditadura militar e eram por ela torturados e massacrados.

Luiz de Carvalho Bicalho
Professor aposentado do Departamento de Filosofia da UFMG



PELA ADAPTAÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA MARIA HELENA LUZ — 91



C&T

■ Com base nas pesquisas da PNAD desde a década de 70, o professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Cedeplar da UFMG, José Alberto Magno de Carvalho, demonstra que o padrão demográfico brasileiro já é outro, com acentuada queda das taxas de fecundidade.

JOSÉ ALBERTO M. DE CARVALHO

Queda da fecundidade cria novo padrão demográfico no Brasil

Desde o final dos anos 60, o padrão demográfico brasileiro vem sofrendo profunda modificação, causada pela rapidíssima e generalizada queda da fecundidade. Tal processo constitui-se numa das mudanças estruturais mais importantes ocorridas na sociedade brasileira nesta segunda metade do século XX, pois suas conseqüências serão enormes, não somente em termos demográficos, mas também econômicos e sociais.

Devido à má cobertura dos registros de nascimento, as estimativas de fecundidade para o País e a maioria das unidades da Federação utilizam-se dos dados censitários e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). Entre 1940 e 1960, a taxa de fecundidade total (TFT)(1) da população brasileira oscilou entre 6,1 e 6,3. Em 1970 a TFT era de 5,8. A partir daí há um rápido declínio, alcançando 4,4 em 1980 e 3,4 em 1986, última data para a qual há informações. Entre 1970 e 1986, apenas 16 anos, há um declínio da fecundidade superior a 40%. Ainda que mantendo diferenciais de nível ainda significativos, a queda se deu em todas as regiões brasileiras: Nordeste, 47%; Sudeste, 41%; Sul, 48%. (2) No mesmo período, a TFT declinou em 36% na população urbana e em 34% na rural. (3)

Diante do grande declínio observado e tendo em vista experiências históricas dos países que já terminaram sua transição demográfica, pode-se afirmar que o caso brasileiro é um processo irreversível, tendendo rapidamente, apesar de oscilações conjun-

turais, para níveis de fecundidade próximos ao da mera reposição da população, com TFT em torno de 2,3. Atualmente, já se encontra próxima deste nível a fecundidade dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e, de modo geral, a das classes média alta e alta brasileiras.

A prevalência da anticoncepção no País e seu perfil quanto aos métodos adotados apontam também para a irreversibilidade do processo e colocam alguns problemas que estão a exigir reflexão. Em 1986, duas pesquisas independentes, uma do IBGE e outra da Bemfam, mostraram que em torno de 65% das mulheres casadas brasileiras, entre 15 e 44 anos de idade, estavam praticando a anticoncepção. Destas, 80% estavam esterilizadas ou adotavam a pílula, em proporções praticamente iguais. A taxa de prevalência no Brasil é semelhante à atualmente existente nas nações desenvolvidas, onde a TFT média encontra-se em torno do nível de reposição, sendo numerosos os países com fecundidade abaixo da reposição. Por outro lado, nos países desenvolvidos, de modo geral, menos da metade das mulheres que adotam o planejamento familiar usa a pílula ou está esterilizada. O quadro brasileiro é preocupante, pois a quase totalidade das mulheres que adotam a anticoncepção usa a pílula, um método que exige um acompanhamento médico cuidadoso, ou já está esterilizada, um método irreversível. Não se trata de ver por trás desta situação qualquer plano diabólico com intentos de genocídio, pois a demanda por anticoncepção no Brasil é genuína e a história demográfica mostra que, de uma maneira ou de outra, os casais acabam por atingir seus objetivos quanto ao número de filhos. Trata-se, sim, de constatar que as mulheres brasileiras, por falta de informação e de acesso a outros métodos, não estão podendo exercer de maneira adequada um direito básico. Na verdade, um bom serviço de planejamento familiar, dentro do Sistema Nacional de Saúde, teria como conseqüência, paradoxalmente, uma maior recuperação do nível de fecundidade nos períodos pós-crise econômica, pois a esterilização não seria tão generalizada.

As mulheres brasileiras, por falta de informação e de acesso a outros métodos, não estão podendo exercer de maneira adequada um direito básico.

Conseqüências demográficas

Há duas conseqüências diretas, e óbvias, do declínio da fecundidade: menor ritmo de crescimento populacional e modificação na distribuição etária. Há de se atentar, no entanto, para diferenças marcantes a curto e longo prazos.

A distribuição etária atual da população brasileira tem duas partes bem distintas: 1) aquela correspondente às pessoas acima de 20 anos, pertencentes a gerações nascidas antes do declínio da fecundidade e, por conseqüência, relativamente grande; 2) a referente à população abaixo de 20 anos, já nascida após a queda da fecundidade e, por conseguinte, relativamente menor.

À medida que se avançar no futuro, o segmento nascido pós-declínio da fecundidade terá uma participação cada vez maior na estrutura etária brasileira. Este processo levará a uma distribuição etária proporcional radicalmente diferente daquela observada no Brasil até 1970.

A taxa de crescimento da população depende não somente dos níveis de fecundidade e mortalidade correntes, mas também da distribuição etária em cada momento. Com o rápido declínio da fecundidade, a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) não caiu em ritmo igual, mas sim mais lentamente. Isto devido ao fato de que a proporção das mulheres em idade reprodutiva era muito elevada, pois constituía-se de mulheres pertencentes a gerações nascidas antes de 1970. Apenas quando toda a população feminina em idade reprodutiva pertencer a gerações nascidas depois de 1970 é que a TBN espelhará plenamente os novos níveis de fecundidade.

A atual distribuição etária brasileira leva a um ritmo de crescimento insustentável a longo prazo. A título de exemplo, a taxa média anual de crescimento da população entre 1985 e 1990 deve ter sido de aproximadamente 1,8%, enquanto a taxa compatível com os níveis de fecundidade e mortalidade do qüinqüênio (taxa intrínseca de crescimento) seria 1,0%. Entre 1995 e 2000, as duas taxas deverão estar em torno de 1,5 e 0,4% ao ano, respectivamente.

O ponto exposto acima é de fundamental importância na discussão sobre a adoção de políticas de controle de natalidade. Os controlistas sempre enfatizam a taxa corrente de crescimento, que tem um componente inercial significativo devido à distribuição etária "ultrapassada". Na realidade, o debate deveria se dar muito mais em termos da taxa intrínseca de crescimento, limite máximo a que tenderá o crescimento da população na hipótese da fecundidade não mais declinar.

Apesar da taxa de crescimento "artificialmente" alta, o declínio da fecundidade já teve como conseqüência uma diminuição significativa no ritmo de crescimento da população brasileira. As projeções feitas pelo IBGE/Celade no início dos anos 70, que não adotaram a hipótese de rápida queda de fecundidade (constatada pela primeira vez nas PNAD de 1974 e 1976), previa, para 1990, uma população brasileira total de 165 milhões de pessoas e, para o ano 2000, 213 milhões de pessoas. A população em 1990 não deve ter atingido 150 milhões de pessoas e no ano 2000 provavelmente não passará de 170 milhões. Como se vê, em 1990 estavam "faltando" cerca de 15 milhões de pessoas, obviamente com idade inferior a 20 anos, que não nasceram devido ao declínio da fecundidade, e no ano 2000 deverão estar "faltando" 43

milhões de pessoas abaixo de 30 anos. Estes dados são um exemplo incontestável da profunda modificação na distribuição etária, pois estas pessoas que estavam "faltando" em 1990 (15 milhões ou 23% da população abaixo de 20 anos) e as que estarão "faltando" no ano 2000 (43 milhões ou 44% da provável população abaixo de 30 anos) farão com que a pirâmide etária brasileira, que pouco se alterou até 1970, modifique-se completamente, com estreitamento significativo na base.

A tabela abaixo apresenta a distribuição etária proporcional da população brasileira observada em 1970, estimada para 1990 e projetada para os anos 2000 e 2020, assim como aquela que necessariamente seria alcançada após 2020, caso não houvesse mais declínio da fecundidade depois daquele ano.

O panorama exposto, no que se refere até o ano 2000, nada tem de especulativo e muito pouco de hipotético. Trata-se de uma realidade concreta, quase toda ela já vivida, pois se passaram mais de 20 anos desde o início do processo de rápido declínio da fecundidade, e faltam apenas 8 para se chegar ao ano 2000.

Surpreendentemente, tão profunda mudança passou até agora praticamente desapercebida nos planos de desenvolvimento e nos projetos na área de políticas sociais. Não há neles, de modo geral, referência sequer à nova dinâmica demográfica brasileira, que obviamente coloca novas questões a serem enfrentadas, mas também cria algumas condições favoráveis à superação de alguns velhos problemas brasileiros, mormente na área social. Continua viva na mente de boa parte dos planejadores e implícita na maioria dos planos e projetos a idéia, ou crença, de uma população extremamente jovem, de distribuição etária constante, crescendo a taxas em torno de 3% ao ano, quebrando a barreira dos 200 milhões de habitantes

Distribuição Etária Proporcional da População Brasileira

ANO / IDADE	1970	1990	2000	2020	Distribuição etária limite *
0 - 4	15,5	11,4	9,9	8,4	7,5
5 - 14	27,1	22,9	19,3	16,4	14,5
15 - 64	54,3	61,2	65,5	67,1	62,5
65 +	3,1	4,5	5,3	8,1	15,5

* Caso não haja mais declínio da fecundidade após 2020.

Fonte: CARVALHO, J.A.M. "O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão retrospectiva". In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. 1988. Olinda. Anais... Belo Horizonte: ABEP, v. 1, p. 33-66.

antes do final do século e caminhando inexoravelmente para uma explosão demográfica século XXI a dentro, a não ser que haja uma intervenção controlista por parte do Governo.

A realidade é outra, e se está perdendo a oportunidade de se tirar proveito, em benefício da população mais carente do País, das condições favoráveis criadas pelo novo padrão demográfico brasileiro, assim como de se preparar para enfrentar alguns problemas que necessariamente advirão a médio e longo prazos.

Acreditar que a simples redução da fecundidade, com a conseqüente queda na taxa de crescimento da população, levará à solução dos problemas sociais, é pura ingenuidade neomalthusiana. Se assim fosse, já se teria resolvido o problema dos menores carentes e da delinqüência juvenil nas grandes cidades. Pelo contrário, tem aumentado continuamente. As condições favoráveis geradas pela redução relativa ou até absoluta das populações-metas a serem atingidas por várias políticas sociais só serão realmente aproveitadas se houver decisão política, definição de prioridades e implementação de programas e projetos consistentes.

Políticas voltadas para a infância: Num país com tantas carências sociais e enfrentando grave crise econômica, tem-se que ser seletivo quando da definição das políticas sociais, concentrando-se os gastos naqueles setores que garantam maiores retornos a médio e longo prazos.

A população brasileira abaixo de 5 anos no ano 2000 será provavelmente menor, em termos absolutos, do que em 1980, devendo voltar a crescer levemente no início do próximo século. Apresenta-se uma situação altamente favorável para investimentos maciços na população infanto-juvenil nas áreas de saúde, nutrição e educação pré-escolar. Estar-se-ia assim garantindo melhores condições às gerações jovens e adultas-jovens do final deste século e início do próximo, inclusive assegurando o retorno dos investimentos a serem realizados posteriormente em educação formal, saúde, treinamento de mão-de-obra, etc.

Política educacional: A população em idade escolar a ser atendida nos diferentes níveis de ensino vem aumentando em ritmo cada vez menor. A população entre 5 e 14 anos de idade deve ter aumentado na década passada a uma taxa média anual de 1,2% e nesta década deverá sofrer ligeiro declínio em termos absolutos. Enquanto até 1970 a capacidade do sistema escolar brasileiro tinha que crescer em torno de 3% ao ano para simplesmente atender ao aumento da demanda causado pelo crescimento demográfico, atualmente a expansão necessária para tal finalidade é significativamente menor. Se mantidas as mesmas taxas históricas de expansão do sistema, será possível melhorar sensivelmente a cobertura em todos os níveis educacionais.

Teme-se, uma vez identificada esta circunstância relativamente favorável, que dela se use como argumento para diminuir, em termos relativos, os parcos recursos gastos neste País com a educação. A sociedade brasileira está tendo uma oportunidade ímpar de superar, definitivamente, a depri-

mente situação educacional do País, principalmente no que se refere ao ensino de 1º e 2º graus. As atuais condições do ensino nestes níveis, mormente do ensino público, estão a demonstrar claramente como esta oportunidade está sendo perdida.

A situação, do lado da demanda, é extremamente favorável à definição e implantação de uma verdadeira e definitiva política educacional no País. É propícia à melhor qualificação e remuneração dos docentes, à introdução do ensino em tempo integral, etc, o que, necessariamente, levaria a uma melhor qualidade do ensino.

Políticas sociais em relação à terceira idade: O fenômeno, já presente no Brasil, da velhice desamparada materialmente e em termos familiares e afetivos, tornar-se-á um sério problema a médio e longo prazos. A população acima de 65 anos é aquela que mais crescerá no País até a segunda década do próximo século, a taxas anuais extremamente altas, ao redor de 3,4% ao ano.(5)

O aumento do peso relativo da população idosa recrudescerá na entrada do próximo século. As pessoas idosas pertencerão a famílias cada vez menores (tendência a famílias com apenas dois filhos), e a probabilidade dos velhos terem filhos ou parentes com quem morar tornar-se-á rapidamente decrescente.

Tal fenômeno já é bastante conhecido nos países desenvolvidos que, apesar de todos os recursos disponíveis, não encontraram solução adequada e humana para o problema. Como o decréscimo da fecundidade no Brasil está-se dando num ritmo muito maior do que o observado naqueles países em sua transição demográfica, conseqüentemente o envelhecimento da população brasileira também se dará mais rapidamente. O País terá que conviver com este fenômeno sem ter provavelmente superado vários problemas típicos do subdesenvolvimento, enfrentando assim, neste aspecto, uma situação paradoxal.

Teme-se, uma vez identificada esta circunstância relativamente favorável, que dela se use como argumento para diminuir, em termos relativos, os parcos recursos para a educação.

O sistema de saúde terá que se preparar para atender a esta parcela crescente da população, que apresenta um quadro de morbidade bem específico: doenças do aparelho respiratório, cárdio-vasculares, etc. Por outro lado, em termos relativos, a demanda em outras áreas declinará, como na pediatria, obstetrícia, etc.

O sistema de Previdência Social terá também que suportar um peso

crescente no que se refere ao pagamento de aposentadorias, pois estará diante de uma proporção rapidamente ascendente de população idosa. Num sistema de repartição simples dos recursos financeiros, como funciona a Previdência Social brasileira, a necessidade de se adotar uma idade mínima para as pessoas se aposentarem decorre mais do envelhecimento relativo da população (função do declínio da fecundidade) do que do aumento da esperança de vida (função da queda da mortalidade). Haverá seguramente no País um problema de eqüidade a ser enfrentado no que se refere à transferência de recursos entre as gerações em idade de trabalhar, relativamente menores, e aquelas em idade de aposentadoria, relativamente maiores.

REFERÊNCIAS

1. Número de crianças nascidas vivas de uma mulher que, ao longo de sua vida reprodutiva, tivesse seus filhos segundo os níveis de fecundidade (por idade) que prevaleceram no período considerado. Assim, uma TFT de 4,0 em determinado ano indica o número médio de filhos nascidos vivos por mulher de uma coorte que, no decorrer de sua vida reprodutiva, vivenciasse os níveis de fecundidade observados no ano em questão.

2. Os dados de 1986 são provenientes da PNAD, que não cobre todo o Centro-Oeste e o Norte. Nesta região, entre 1970 e 1980, a TFT declinou em 21%, e no Centro-Oeste em 30%.

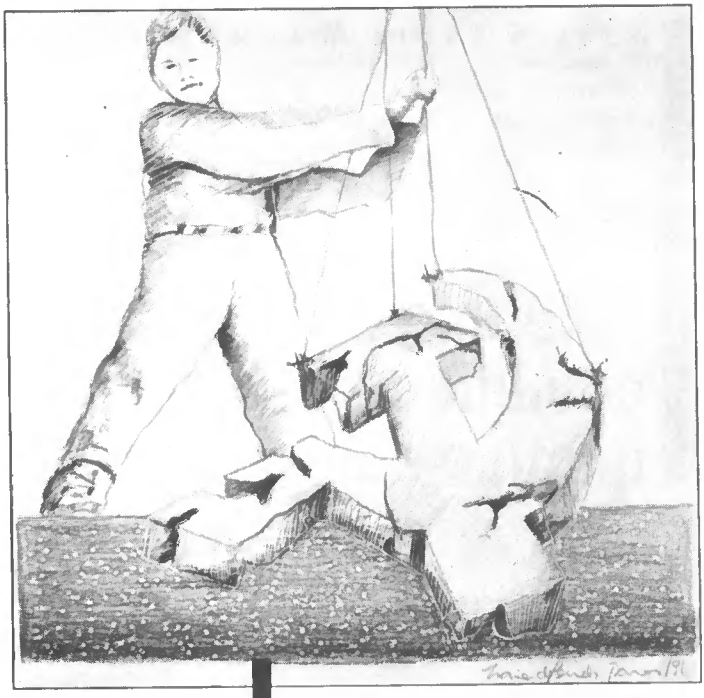
3. A aparente contradição entre um declínio superior a 40% no País e uma queda menor tanto na área urbana quanto rural (36 e 34%), deve-se à mudança do peso relativo das duas populações entre 1980 e 1986, com a célere urbanização do Brasil.

4. Este item baseia-se em:

CARVALHO, J.A.M. "As profundas modificações da estrutura demográfica brasileira e algumas conseqüências para o planejamento social e econômico." In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. 1988. Belo Horizonte. Anais... São Paulo: ANPEC, v. 1, p. 145-162.

5. Deve-se atentar para o fato de que até aproximadamente o ano 2035 toda a população acima de 65 anos pertencerá a gerações que nasceram antes do início do declínio da fecundidade e que vivenciaram uma significativa queda da mortalidade. Daí as altíssimas taxas de crescimento.

José Alberto Magno de Carvalho
Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Cedeplar - UFMG



INTERNACIONAL

■ As transformações por que passa a União Soviética puseram fim à mística comunista. É sobre as consequências disto que disserta o professor do Departamento de Ciência Política da UFMG, José Clóvis Machado.

JOSÉ CLÓVIS MACHADO

Falência do modelo soviético põe fim à mística comunista

Repetiu-se, nesta segunda quinzena de agosto, o ano de 1989 na União Soviética. Em pouco mais de uma semana, armou-se um "puscht" contra o governo constitucional. Falou-se, em seguida, em guerra civil prolongada e no retorno à Guerra Fria. Dois dias depois, sofrem os golpistas uma derrota acachapante, graças à indignada reação popular, guiada por brava liderança e orientada por uma mídia que faz hoje do mundo realmente uma aldeia global, onde o sucesso de golpes palacianos torna-se extremamente difícil. E num precipitar de acontecimentos, o Partido Comunista, até há pouco o guia inconteste de toda a sociedade soviética (artigo 126 da sua Constituição) é posto sob ilegalidade e praticamente extinto.

Rompe-se com estruturas políticas solidamente institucionalizadas, clama-se por eleições presidenciais diretas e proclama-se independente a grande maioria das repúblicas sob a égide da União. Tudo em uma semana!

Bem a gosto dos jornalistas especializados, fazem-se exercícios "kremlinológicos", tentando-se interpretar grandes e revolucionários movimentos sociais através da leitura do que ocorre dentro dos muros do Kremlin, como se as águas turvas pelo choque de personalidades conflitantes se tornassem cristalinas à medida que emergisse um líder sobre os outros.

Daí as previsões eruditas feitas num dia serem desmentidas no dia seguinte por acontecimentos que se sucedem atropeladamente num fluir

constante. O resultado é uma grande perplexidade sobre o que ocorreu, está ocorrendo e irá ocorrer, e uma sensação de se estar perdido no vendaval das mudanças que transformam os rumos da História nos dias de hoje.

Talvez por isso seja interessante, às vezes, desviar o foco de atenção do caudal de fatos que os meios de comunicação nos projetam diariamente para os grandes e longos processos que se desenvolveram através dos anos. Talvez aí encontremos mais elementos que nos ajudem, se não a entender o que hoje ocorre, pelo menos a nos livrarmos um pouco da confusão e perplexidade que nos cercam.

É nessa direção que passo, em seguida, a fazer algumas reflexões que espero possam ajudar a aclarar um pouco o processo pelo qual passa a União Soviética.

Duas variáveis

Os processos sociais em geral e os políticos em particular são, em grande medida, produto de duas variáveis, a econômica e a cultural, que interatuam e se combinam de formas diversas.

Os fundadores das ciências sociais modernas estavam cientes disso e partiram da análise dessas duas variáveis para entender e explicar as transformações por que passam as sociedades modernas.

Um deles, Marx, ao colocar a luta de classes como o motor da história, deu particular ênfase à variável econômica para analisar o capitalismo, sem deixar de lado o relacionamento necessário e a interdependência e autonomia relativa das outras esferas da vida social, principalmente a cultural.

Um outro, Weber, sem deixar de dar a devida importância à variável econômica (e ele era um professor de economia), deu particular ênfase à variável cultural, ao destacar, na sua clássica "Tese de Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", a importância de uma cultura específica (ética e religiosa) para que ocorresse o florescimento do capitalismo.

O resultado é uma grande perplexidade e a sensação de se estar perdido no vendaval das mudanças que transformam os rumos da História nos dias de hoje.

Porém, o marxismo-leninismo-stalinismo que implantou e desenvolveu o socialismo real na União Soviética tinha quase tudo de Stalin, apenas um pouco de Lenin e o que tinha de Marx era uma deturpação da sua visão dos processos político-sociais.

Logo após a Revolução de 1917, confrontou-se a liderança soviética com o grande desafio de construção da sociedade socialista. No início da

década de 20, as perspectivas que se apresentavam ao grupo bolchevista no controle do poder político soviético eram as mais negras possíveis. A economia estava em situação caótica, inteiramente desfalecida, como conseqüência, em grande parte, de uma guerra civil, de ordem interna; do envolvimento da União Soviética numa guerra mundial, a I Grande Guerra; da ameaça efetiva de intervenção estrangeira; e de inúmeros focos de resistência e rebelião contra o novo regime.

Para enfrentar essa situação crítica, introduz Lenin, em março de 1921, uma série de decretos, chamados Nova Política Econômica (NEP), que restaurou, estrategicamente, em grande medida, o capitalismo na economia soviética, principalmente no setor agrícola. E essa Nova Política Econômica obteve um grande sucesso, em termos de reconstrução econômica. Assim é que, em 1925, a agricultura já tinha alcançado o seu nível de produção do período anterior à guerra.

A NEP serviu também para tornar patente aos dirigentes soviéticos a necessidade de embarcarem num grande programa de desenvolvimento industrial se quisessem manter o regime em condições de operação.

Sucessão

Porém, nessa época, 1925, Lenin já tinha saído do cenário, e a acirrada luta pela sua sucessão, que se havia iniciado quando ele ainda estava vivo, ia em franco andamento.

Não me cumpre descrever aqui os diversos estágios da luta sucessória. Basta apenas lembrar que ela se repartiu em três grandes etapas: Stalin contra Trotski, Stalin contra a Oposição de Esquerda, e Stalin contra a Oposição de Direita.

As personalidades envolvidas na disputa, todas elas aspirando ao poder político, ora se alinhavam com um grupo, ora com outro, fazendo e desfazendo alianças, surgidas sempre de conveniências táticas e de interesses momentâneos.

Mas as disputas eram, de modo geral, levadas a efeito, tendo como ponto de referência duas posições: o grupo de direita, mais moderado, e o de esquerda, preconizando medidas violentas e radicais.

E esta luta pela sucessão foi conduzida não só em termos ideológicos e políticos mas, principalmente, econômicos, tendo em vista as diretrizes básicas e as escolhas políticas a serem adotadas para um planejamento capaz de promover o rápido desenvolvimento econômico da União Soviética.

Na área econômica, as correntes políticas se manifestaram e firmaram seus pontos de vista através dos chamados Grandes Debates Industriais.

Os debates sobre o planejamento relacionavam-se com o esforço da União Soviética para controlar e dar direção à sua economia.

As escolas de pensamento econômico não ficaram alheias às disputas e participaram também dos debates sobre planejamento. De um lado, situavam-se os geneticistas, que viam o planejamento como um diagnóstico da economia. Para eles, todo o setor

econômico deveria estar estreitamente relacionado com os outros setores. Procuravam evitar o caos que resultaria, na sua opinião, de uma tentativa de planejamento integral e abrangente.

Afirmavam que a planificação deveria focalizar-se somente nas relações entre os diversos setores da economia. Não desejavam um planejamento que controlasse e dirigisse toda a economia diretamente. O plano deveria apenas apontar os problemas econômicos que se manifestassem nos diversos setores, a fim de que o governo os solucionasse.

Este grupo se identificaria com a Oposição de Direita, que preconizava um desenvolvimento progressivo, não radical. Em outras palavras, a Direita queria apenas imprimir um ritmo mais acelerado à Nova Política Econômica, sem fazer-lhe, contudo, alterações súbitas e violentas.

De outro lado, havia os teleologistas, identificados com o Grupo de Esquerda, cujos líderes políticos buscavam as bases teóricas de seus argumentos principalmente nos trabalhos de Preobrazenski.

Os teleologistas queriam um planejamento dirigido, válido para todas as atividades econômicas manifestadas dentro do Estado. Advogavam também o rompimento do tradicional equilíbrio entre agricultura e indústria. Esse equilíbrio, afirmavam, estava a conter o desenvolvimento econômico da União Soviética. Davam, pois, mais ênfase ao crescimento do que propriamente à suavidade e equilíbrio do mesmo.

Havia áreas em que os dois grupos se punham em total desacordo, tais como a direção dos investimentos econômicos e quem iria arcar com seus custos, o financiamento dos investimentos e o papel do capital estrangeiro e do comércio com o exterior.

Nenhum dos dois grupos, porém, preconizava medidas compulsórias totais para a obtenção dos recursos para desenvolvimento do plano e a coletivização só foi introduzida por Stalin em 1928-1929.

Dialeticamente, o modelo comunista soviético continha em si as sementes de sua própria destruição.

É verdade que nos Grandes Debates Industriais havia acordo geral sobre certos itens: todos os grupos concordavam quanto à necessidade de um crescimento econômico acelerado para a União Soviética. Achavam também, todos eles, que nesse crescimento dever-se-ia dar ênfase especial à industrialização. Finalmente, concordavam quanto à necessidade de o Estado controlar a economia soviética.

Voltando, então, à disputa política, por volta de 1925 Stalin já havia emergido como o mais forte concorrente à sucessão de Lenin, sendo Trotski banido do país. Para dar combate aos seus contendores mais fortes, Stalin associa-se ao Grupo de Direita, atacando frontalmente as medidas preconizadas pelo Grupo de Esquerda.

Após 1927, porém, quando a ameaça esquerdista já havia passado, volta-se Stalin contra seus antigos aliados, o Grupo da Direita. Passa a preconizar, então, de modo tão extremado que por certo surpreenderia o próprio Preobrazenski, a política econômica da ala esquerdista que antes ele próprio rotulara de "a industrialização estúpida", e que acabou por prevalecer como orientadora do planejamento econômico soviético.

Industrialização

Em 1930, já estava também a ala direitista inteiramente derrotada, tornando-se Stalin o líder inconteste de toda a Rússia. Feita assim a "escolha política", pôde a União Soviética, na primavera de 1929, embarcar no seu Primeiro Plano Qüinqüenal de superindustrialização, paralelo a um programa de completa coletivização da agricultura que iria, então, fornecer os recursos necessários à industrialização.

E o resultado deste primeiro plano, e dos planos que se seguiram, a médio prazo, foi um sucesso extraordinário em termos econômicos, tornando-se a União Soviética um exemplo quase sem paralelos de um país que, em pouco mais de 40 anos, conseguiu sair de sua condição de país essencialmente agrícola e de economia retrógrada, para se transformar num país industrializado e a segunda potência mundial, não só em termos bélicos mas também de indústria pesada.

A população soviética também passou, nesse tempo, por um grande crescimento nos seus indicadores econômicos e sociais, com altos padrões de escolaridade e educação, de condições de vida e saúde, de modo que, se hoje se acha nesse aspecto distanciada dos países do Primeiro Mundo, também está muito distante da miséria e desigualdade econômica e social que nos caracterizam, a nós do Terceiro Mundo.

Não se pode, contudo, deixar de mencionar aqui o preço elevado que se pagou por esse desenvolvimento acelerado da economia soviética. O ônus maior foi suportado pela população agrária que, à custa de uma coletivização violenta e da requisição forçada de bens, viu-se em situação cruciante. Há estudiosos do assunto que colocam na casa dos cinco milhões as pessoas que se viram sacrificadas por esse desenvolvimento, quer através das deportações, quer pela perda da própria vida.

Ainda mais: se o modelo econômico e político estabelecido na União Soviética, principalmente a partir de Stalin e por ele e seus sucessores implementado, a médio prazo, como vimos, foi muito bem sucedido, pelas distorções que apresentava passou a gerar as suas contradições, que vieram por negá-lo para, finalmente, como ocorre hoje, transformá-lo totalmente

em algo qualitativamente diferente. Em outras palavras, dialeticamente, o modelo comunista soviético continha em si as sementes de sua própria destruição.

De forma resumida, pode-se dizer que o sistema político soviético, que nos dias de hoje se desfaz, apresentava certas características singulares e sui generis que o levaram, através do tempo, a desenvolver as suas contradições: um sistema econômico centralmente dirigido e penetrando todas as formas de manifestação no âmbito da economia; um partido político único todo abrangente, e penetrando e dirigindo todas as formas de manifestação sócio-econômicas, culturais e políticas da sociedade; uma ideologia oficial excludente e uma polícia política (a KGB) repressora de toda manifestação não ortodoxa e, portanto, de toda iniciativa política que não partisse dessa ortodoxia; e, finalmente, o monopólio dos meios de comunicação e das armas.

Sem prolongar demais, pode-se dizer que o marxismo dogmático (uma contradição de termos), instalado e implementado por Stalin e por seus sucessores, caracterizava-se pelo economicismo estreito e mecanicista, em que todas as manifestações da outra dimensão de que falei antes, a cultural - incluindo-se aí problemas tais como diferenças étnicas, religiosas, lingüísticas, aspirações de vida e de consumo, entre outras -, se subordinavam mecanicamente à resolução do problema econômico e, uma vez resolvido este, os outros, que dele eram meros reflexos, deixariam de existir.

Nova classe

Com suas contradições, o modelo econômico soviético, no seu desenvolvimento, não levou à gradual extinção da luta de classes, mas sim ao surgimento, como descreveu Milovan Djilas com grande lucidez, ainda na década de 40, de uma Nova Classe, que mais tarde, na década de 70, Charles Bettelheim detalha com precisão no seu livro "A Luta de Classes na União Soviética". Uma nova classe que, embora não seja proprietária, no sentido tradicional, é a verdadeira possuidora do controle dos meios de produção: a tecnoburocracia incrustada dentro do "apparatishik".

Muitas das repúblicas que declararam independência são dotadas de economia frágil, extremamente dependente dos subsídios da União da qual querem se separar.

Esse controle dos meios de produção e, por conseqüência, de todas

manifestações sócio-econômicas e políticas, dá-se gradualmente com a transferência dos poderes teoricamente conferidos aos órgãos legislativos das organizações governamentais e partidárias para os pequenos comitês executivos que deveriam estar subordinados a eles, e destes para os relativamente pequenos "bureaux" e para o então Presidium, formados por funcionários profissionais do Partido.

E as relações entre o Partido e as diversas instituições, que para nós constituem o que chamamos a sociedade civil organizada - sovietes, organizações de jovens, de profissionais, associações de escritores, de técnicos, cientistas e até os sindicatos, que Lenin queria fossem "as correias de transmissão" entre os trabalhadores e o governo - são penetradas pelo "apparatishik", perdem gradativamente sua autonomia e são transformadas em instituições meramente endossadoras da política social, antes de articuladoras de interesses e de reclamos para a ação política advindos da sociedade.

Neste quadro, quando o modelo econômico começa a apresentar rachaduras quase irreversíveis, das quais as longas filas nas lojas de abastecimento e o consumo crescente de vodca pela força de trabalho são meros sintomas, e quando se torna patente o gozo indiscriminado dos privilégios da "nomenklatura", tudo posto a descoberto a partir da Perestroika de Gorbatchov, as aspirações contidas sob aquela dimensão que chamei de cultural, represadas por tantos anos, voltam à tona em ponto de ebulição.

Somente dentro dessa perspectiva se pode, creio, explicar, de um lado, a total recusa popular aos símbolos do Partido e, de outro, o pipocar de declarações de independência de repúblicas com etnias, religiões, línguas e costumes diversos.

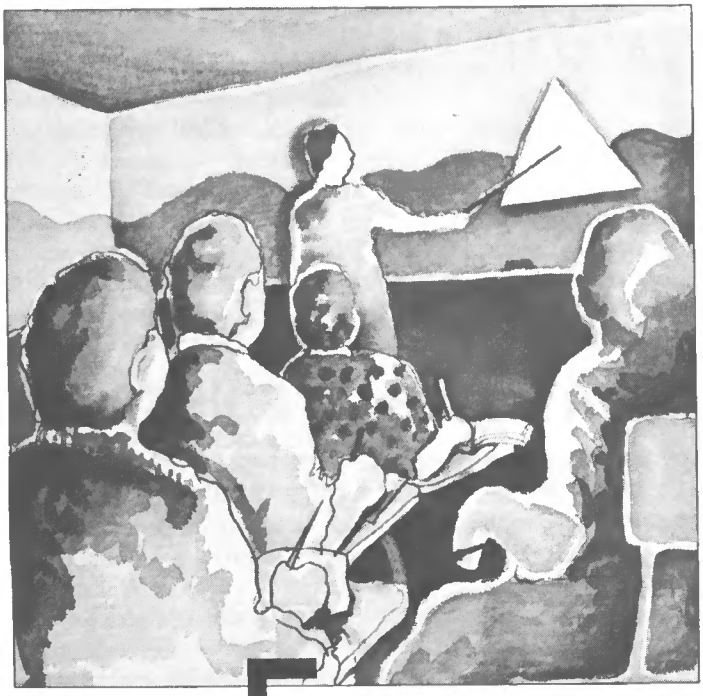
Não me parece que se possa dizer que as proclamações de independência e autonomia reflitam basicamente problemas de natureza econômica. Cumpre lembrar que muitas das repúblicas que declararam independência são dotadas de economia própria frágil, extremamente dependentes dos subsídios da União da qual querem se separar. Para ilustrar isso, basta lembrar o exemplo da República da Moldávia, que quer abandonar a União Soviética para unir-se à atrasada Romênia.

Certamente, os pontos trazidos nestas reflexões já foram contemplados nos motivos que inspiraram a Perestroika. Ela tem um longo e árduo caminho a percorrer e o desafio que a sociedade soviética enfrenta é imenso.

Todos nós esperamos, confiantes, a luz no fim do túnel e, concluindo, indagaria se em vez de uma reestruturação (perestroika) não será mais adequado fazer, com a experiência arduamente ensinada na prática, um novo começo?

Talvez só assim não precisemos dizer, em pouco tempo, que nosso belo sonho socialista de igualdade, fraternidade, liberdade e democracia acabou.

José Clóvis Machado
Professor do Departamento de
Ciência Política da UFMG



ENSAIO

■ A Universidade do Estado de Minas Gerais é uma realidade: já conta com 14 fundações educacionais das diversas regiões e sua ativação promete trazer vantagens para o ensino superior no Estado. Quem explica é o reitor da UEMG, Aluísio Pimenta.

ALUÍSIO PIMENTA

Universidade Estadual: em busca de soluções para cada região

Muitas pessoas perguntam qual a razão de se criar uma Universidade Estadual de Minas Gerais. Não estaria nosso Estado já atendido com seis universidades federais e cinco faculdades também federais, uma universidade católica, a PUC-MG, e várias dezenas de escolas superiores isoladas particulares situadas na Capital e no interior?

A pergunta tem procedência e deve ser respondida nos termos em que é colocada.

Para respondê-la, queremos lembrar que hoje é fato indiscutível que somente se desenvolveram os países que realizaram grandes investimentos em educação, nos vários níveis pré-escolar, primário, secundário e superior. Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão e, mais recentemente, os chamados "tigres asiáticos" constituem os exemplos mais evidentes desse fato. Mas não necessitamos ir tão longe.

Basta destacar, no Brasil, o exemplo do Estado de São Paulo, que é, sem dúvida, o Estado líder da federação brasileira. Seu orçamento equivale praticamente a 50% do orçamento nacional. Exerce ampla liderança na indústria, no comércio, na agricultura e na agro-indústria, sobressaindo-se também política e culturalmente. O interior do Estado está em franco processo de desenvolvimento, marchando rapidamente para ganhar sua autonomia com relação à Capital. Para não alongar este raciocínio, é suficiente lembrar que já as estatísticas de 1988 indicavam a enorme liderança de São Paulo no que se refere ao ensino universitário, com destaque para o in-

terior. Em 1988, São Paulo contava com 309 estabelecimentos de ensino superior, enquanto Minas Gerais possuía 129, o Rio de Janeiro 108, e o Rio Grande do Sul e o Paraná 54. Destes estabelecimentos, São Paulo dispunha de 19 universidades e Minas Gerais de 6.

As mesmas estatísticas de 1988 indicavam que a matrícula do ensino superior em São Paulo era de 474.487 estudantes; Rio de Janeiro dispunha de 216.666; Rio Grande do Sul de 142.656; e Minas Gerais de 136.436. O Estado de São Paulo conta hoje com três universidades estaduais, atendendo a Capital e as cidades mais importantes do interior. A estas universidades estaduais o orçamento dedica 9% do ICMS, o que equivale a 1,5 bilhão de dólares em 1991.

Estas três universidades mantêm unidades em importantes cidades do interior, fazendo com que o Estado incentive e atenda, direta ou indiretamente, cerca de 30 unidades de ensino, pesquisa e extensão. O interior de São Paulo tem atualmente qualidade de vida e condições econômicas de se auto-sustentar e colaborar ativamente no desenvolvimento do Estado. As diferenças nas estatísticas sobre as condições do ensino superior de São Paulo e em outros estados da federação falam por si.

No que se refere à pós-graduação, podemos comparar a situação de São Paulo com a de Minas Gerais através dos seguintes números: enquanto São Paulo mantém, em nível de mestrado, 192 cursos na Capital e 178 no interior, Minas Gerais possui 42 cursos na Capital e 32 no interior. Em nível de doutorado, São Paulo oferece 163 cursos na Capital e 101 no interior, enquanto Minas mantém 16 na capital e 11 no interior (Fonte: Relatório da Capes de 1991). A diferença é demasiado grande e exige análise cuidadosa. Esses números nos obrigam a considerar a relação estreita entre a oferta de ensino de 3º e 4º graus e o desenvolvimento do Estado. Sem dúvida, o ensino de 1º e 2º graus é um componente fundamental e imprescindível à formação da cidadania. Porém, é insuficiente para atender à complexidade atual do desenvolvimento econômico, social e político. É no nível do 3º e 4º graus que se consegue dominar e produzir conhecimento científico capaz de gerar a tecnologia requerida pelo progresso material. É nesse nível também que o indivíduo chega à consciência das exigências da sociedade em seus diversos aspectos e do papel que aí deve desempenhar. Somente a educação superior possibilita atingir a autonomia e superar a condição de colonizado. É também na Universidade que se formam os professores do 2º grau e se estudam, nas faculdades de educação, as alternativas e os métodos pedagogicamente mais adequados para a alfabetização e o ensino primário.

Os dados referentes a São Paulo nos permitem estabelecer uma correlação entre seu processo de desenvolvimento e o alto padrão de seu sistema educacional, amplamente distribuído por todo o Estado. Não nos esqueçamos que o mais importante não é somente o fator quantitativo. São necessários também a qualidade, a interiorização do ensino superior de bom nível, a diversidade de cursos (de

graduação e pós-graduação) e de pesquisas que atendam às características regionais.

Não resta dúvida: é preciso levar a todo o Estado de Minas Gerais o ensino universitário de qualidade, a pesquisa e a extensão.

As Universidades Estaduais

As universidades estaduais têm características próprias. Devem ser ao mesmo tempo universais e regionais, mantendo o compromisso com o Estado em sua integridade, na Capital e no interior, num arco que se estende sobre o urbano e o rural. Através do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços, as universidades estaduais se fazem presentes nas comunidades, com o conhecimento e a tecnologia que se tornaram indispensáveis para a solução de inúmeros problemas sociais, como o das desigualdades, da pobreza, dos cuidados com a saúde, da alimentação, das novas técnicas de plantio e de produção, do ensino de 1º e 2º graus, entre inúmeros outros. Procuram formar profissionais no setor da agricultura, da zootecnia, da saúde pública, da mineração, da ecologia, da administração de mananciais hídricos, da piscicultura, sem deixar de lado as artes, as letras e as ciências básicas, fazendo com que colaborem no desenvolvimento econômico, social, cultural e político da região, do Estado e do País.

Nos países desenvolvidos, os profissionais de formação universitária, científica e tecnológica tornaram-se a mola propulsora do progresso social e material.

As universidades estaduais dos Estados Unidos, que se originaram do sistema "Land Grant Colleges", constituem importantes instituições que, em estados como a Califórnia, superam em muito as universidades privadas.

É possível que as universidades estaduais multicampi constituam as experiências mais bem sucedidas no sentido de realizar projetos que, atendendo ao mesmo tempo às mais diversas vocações regionais, propiciem um desenvolvimento articulado em nível cultural, social e econômico. "A natureza multicampi da universidade regionalizada está associada à sua missão de interiorização do desenvolvimento, de minimização de desigualdades regionais, de potencialização do desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde se instala" (Fundação João Pinheiro, "Análise Institucional das Fundações Educacionais Optantes: Realidade e Perspectivas", Belo Horizonte, 1991, p. 71).

No que se refere ao ensino superior, tanto em Minas como no Brasil, temos assistido à expansão do ensino privado e das unidades isoladas. Estas ofereciam, em 1980, 54,7% de matriculados no 3º grau. No contexto do ensino superior do País, Minas apresenta um número menor de universidades proporcionalmente ao total de unidades isoladas de ensino. As universidades representam em Minas 4,6% do total de unidades isoladas; no Rio Grande do Sul, 20,27%; no Rio de Janeiro, 8,53%; em São Paulo, 9,53%. Em Minas, há 20 faculdades isoladas

para cada universidade, conforme dados levantados pela Fundação João Pinheiro. Sabe-se ser impossível, com algumas exceções, manter nestas faculdades padrão de ensino e pesquisa e o nível de qualificação do corpo docente equivalente ao das universidades.

Sob outra perspectiva, já vimos que a interiorização do desenvolvimento, que se coloca como um imperativo para nosso Estado, depende da interiorização do ensino universitário, na medida em que este é condição para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. Dentro de um projeto de modernização e de desenvolvimento do Estado, torna-se necessária a criação da UEMG, que deverá estar voltada, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, para as carências e perspectivas das diferentes regiões de Minas, integrando-as, ao mesmo tempo, no contexto do Estado e do País.

Determinação constitucional

A Universidade do Estado de Minas Gerais foi criada por decisão da Assembléia Constituinte do Estado e definida através dos artigos 81 e 82 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Mineira de 1988 e de seu artigo 199. Definida sob a forma de autarquia, tem assegurada sua autonomia didático-científica e administrativa, incluída a gestão financeira e patrimonial, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Fica determinado pelo artigo 81 que ela terá "sua Reitoria na Capital e suas unidades localizadas nas diversas regiões do Estado". Será integrada por "fundações educacionais de ensino superior instituídas pelo Estado ou com sua participação" que, num prazo de 180 dias após a promulgação da Constituição, optarem por sua absorção pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Essas são, em resumo, as determinações constitucionais referentes à criação da UEMG.

Somente a educação superior possibilita atingir a autonomia e superar a condição de colonizado.

Posteriormente, a lei 10.323, de 20 de dezembro de 1990, indica "estudos e atos necessários à instalação e funcionamento da Universidade" e define diretrizes que devem nortear a elaboração de seu Plano Jurídico-Institucional (artigo segundo, parágrafo segundo):

"I - participação da comunidade científica e acadêmica do Estado, através de seus representantes;

II - inserção no planejamento estadual de educação e ensino como instrumento de propulsão do desenvolvimento econômico, social e cultural de Minas Gerais e de suas regiões;

III - caracterização da vocação de cada região mineira, com indicação de quadros alternativos para cumprimento das diretrizes constitucionais;

IV - identificação das diversas missões da Universidade, em consonância com a realidade onde esteja localizada a unidade, observando-se padrões de excelência acadêmica e científica, com vistas ao desenvolvimento integral da respectiva comunidade e sua inserção no contexto estadual;

V - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - respeito aos princípios da autonomia universitária, do pluralismo de idéias e de concepções filosóficas, políticas, estéticas, religiosas e pedagógicas e da democratização das formas e métodos internos de gerenciamento, administração e planejamento das atividades meios e fins;

VII - definição da estrutura orgânica da universidade em todos os seus níveis de deliberação, fiscalização e execução;

VIII - definição das metas e objetivos a serem atingidos a curto, médio e longo prazo, tendo em vista as atividades meios e fins;

IX - definição de estratégias de consolidação institucional e de promoção das atividades fins."

Através dessas indicações fica definido o perfil da UEMG, expresso sobretudo por seu compromisso com o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.

São 14 as fundações que, em consonância com as determinações constitucionais, manifestaram sua opção no sentido de se integrarem à Universidade do Estado de Minas Gerais: Fundação Faculdade de Filosofia de Carangola; Fundação Cultural de Campanha; Fundação Educacional de Divinópolis; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (Diamantina); Fundação Educacional de Lavras; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Patos de Minas; Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas de Varginha; Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte); Fundação Escola Guignard (Belo Horizonte); Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (Belo Horizonte); Fundação Educacional Lucas Machado (Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais); Fundação Educacional Nordeste Mineiro (Teófilo Otoni) Parágrafo 3º do art. 5, da lei 10.323).

As faculdades mantidas por essas fundações oferecem cursos que abrangem áreas diversas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Biológicas, Engenharias, Ciências Agrárias, Medicina, Odontologia, Fisioterapia Ocupacional, Enfermagem e Obstetrícia, Direito, Administração, Processamento de Dados e Artes. Atualmente predominam nas unidades do interior os cursos de formação de professores, o que já define o importante papel que terá a UEMG de contribuir para a melhoria do ensino de 1º e 2º graus no interior de Minas.

Essas instituições constituem a base a partir da qual se construirá a Universidade. Será necessário criar novas condições e perspectivas para seu crescimento qualitativo nas diferentes áreas de conhecimento, com a fina-

lidade de torná-las aptas a contribuir para o desenvolvimento regional, no plano econômico, social e político.

Finalidades e Condições

Cabe à Universidade promover o ensino das ciências, das técnicas, das humanidades e das artes, articulando-o com a pesquisa e cuidando de transmitir à sociedade seus resultados. Estes fins devem ser realizados pela UEMG a partir de suas condições específicas, ou seja, enquanto universidade descentralizada, situada em diferentes municípios do Estado, com a missão de apreender e expressar problemas regionais e propor soluções em consonância com perspectivas culturais e científico-tecnológicas e com vistas ao desenvolvimento em todos os seus níveis.

Será, pois, sua tarefa, articular as finalidades básicas, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, com o compromisso de atender às demandas regionais e às exigências de desenvolvimento. Na verdade, esta deve ser a tarefa de toda a Universidade: o compromisso com a sociedade que a institui para nela buscar respostas às suas necessidades.

Dentro desta perspectiva, o objetivo prioritário da UEMG deverá ser a qualidade de seu pessoal docente e administrativo e dos cursos atualmente ministrados. Assim, a UEMG já está desenvolvendo projetos, com a finalidade de engajar o mais rápido possível suas unidades em programas visando à qualificação e capacitação de seus docentes e funcionários. Esta política tornará possível propiciar, através de convênios com universidades credenciadas, cursos de especialização e de mestrado para seus docentes. Visando à melhoria dos cursos, um dos projetos será a realização, com a colaboração de professores visitantes, da avaliação de currículos, programas, métodos de ensino e bibliografias. Para atender à política de qualificação, pretende-se ampliar e atualizar as bibliotecas e equipar os laboratórios.

A interiorização do desenvolvimento, um imperativo para nosso estado, depende da interiorização do ensino universitário.

Serão desenvolvidas pesquisas e oferecidos cursos relacionados com as atividades e necessidades regionais. Estudos cuidadosos foram realizados para definir a vocação de cada região e delinear novos cursos e centros de pesquisa que poderão ser implantados. Assim, visando à integração ao desenvolvimento regional, pretende-se organizar cursos na área de agronomia e zootecnia, de ecologia, de

piscicultura, de administração de recursos naturais etc. Serão realizadas pesquisas relativas à cultura regional e à história, às condições de vida das populações, aos recursos minerais, à fauna e à flora, às condições climáticas e outras pesquisas que apresentem soluções para os problemas das diferentes regiões.

A UEMG considera como sua tarefa prioritária colaborar efetivamente com a melhoria do ensino de 1º e 2º graus mediante realização de cursos de licenciatura de bom nível, e também através de cursos de reciclagem e de especialização que serão ministrados aos professores de 1º e 2º graus.

Mediante a interiorização do ensino universitário e com a criação de cursos que atendam às necessidades regionais, a UEMG estará oferecendo condições para que se evite o êxodo de estudantes para a Capital.

Através de convênios com a Secretaria de Educação do Estado de Minas e com as Secretarias de Educação municipais, procurar-se-á desenvolver colégios universitários que atuem como um elo entre o ensino de 2º grau e a Universidade, possibilitando também modificar o sistema de admissão ao ensino superior, com vistas a promover o acesso de jovens das classes menos favorecidas.

Pretende-se realizar um amplo programa de serviço à comunidade, colaborando com as prefeituras locais, com setores produtivos regionais e grupos sócio-culturais. Serão realizados convênios com as Secretarias de Estado, com a Epamig, Emater, IEF, Cemig, FJP, Cetec, Indi e outros, no sentido de desenvolver atividades de interesse das populações.

Com o objetivo de melhorar seu desempenho acadêmico, a UEMG realizará intercâmbio com outras universidades brasileiras e estrangeiras, buscando a colaboração destas em seu processo de implantação e desenvolvimento.

Aluísio Pimenta
Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais



A revista Caminhos é uma publicação semestral da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH -, voltada à reflexão dos mais variados temas atinentes à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.